



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS 1
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**

BRENNO COSTA BARBOZA

**VIDA COLETIVA: REFLEXÕES
SOBRE A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E
EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE**

Salvador
2007

BRENNO COSTA BARBOZA

**VIDA COLETIVA: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE
COMUNIDADE E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial à obtenção de título de mestre em Educação.

Orientador: Professor Antônio Dias Nascimento

Salvador
2007

Barboza, Brenno Costa
Vida coletiva: Reflexões sobre a relação entre comunidade e
educação na contemporaneidade/Brenno Costa Barboza. – Salvador:
2007
155 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e
Contemporaneidade

Inclui Bibliografia e anexos

1- Educação 2 Educação. -Comunidade. 3. Contemporaneidade
I. Título.

CDD 370

Àqueles cujo envolvimento e interesse por um tema ou questão não pode ser medida, categorizada ou enquadrada dentro de perspectivas absolutas.

Aos educadores formados que tentam todos os dias buscar alternativas que dêem oportunidades de realização a todos os sujeitos, diante de tantas hierarquias e relações desiguais.

À todas as pessoas insatisfeitas com as promessas não cumpridas e caminhos unilaterais disponíveis na atual perspectiva contemporânea de mundo, cada vez mais segregadora, desumana e intolerante, mas que são capazes de querer, pensar e tentar um convívio humano diferente.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de prestar meus sinceros agradecimentos aos meus pais e irmãos, minhas referências do quanto precisamos de integridade e disposição para conseguirmos nos sustentar em todos os momentos difíceis. As palavras jamais refletirão tudo que me deram. Obrigado.

À Patrícia, minha parceira, musa, poetisa, longa companheira de jornada, super - atleta incansável nos seus objetivos e sempre vencedora de desafios. Seu sorriso, alegria e disposição foram e são sempre essenciais para este resmungão. Obrigado.

Ao professor Antonio Dias, cuja orientação por meio de críticas, sugestões e pedidos incessantes bem como seu exemplo de engajamento social fizeram com que pudesse encontrar-me na audaciosa modernidade e reconstruir as formas de engajamento que pretendo seguir na vida. Obrigado.

Às professoras pareceristas Luciene Maria e Josanne Moraes cujas contribuições e sugestões concisas sobre a literatura, forma, objetivos e metodologia foram inestimáveis para o pleno desenvolvimento deste estudo. Obrigado.

À professora Nadia Fialho pela organização, simpatia e bom humor com que nos envolveu nos dilemas educacionais e pelas valiosas recomendações sobre nossos trabalhos. Obrigado.

À professora Narcimália Luz, cujo enfoque sempre diferenciado da diversidade e do conhecimento possibilitou revisar minha compreensão do emocional, do lúcido e do nosso interior sempre mutável. Obrigado.

À professora Jaci Menezes pelo incentivo e resgate da necessária combinação dos marcos históricos com nossas impressões como forças fundamentais de análise e panorama. Obrigado.

Aos professores Tarso Mazzotti e Ana Cavalieri com quem iniciei os primeiros passos interpretativos da realidade, do envolvimento com questões educacionais, filosóficas, sociológicas e da descoberta de como expressá-los academicamente. Obrigado.

Aos velhos e sempre amigos antigos Glauber e Alexei, cujos caminhos seguem diferentes trajetos, mas que mantêm aquela necessidade de troca e apoio que sempre nos aproxima de novo. Obrigado.

Aos colegas e amigos de mestrado, em especial, Alfredo, Bolinha, Carlos Danon, Conceição, Flavia, Isabel, Lucio, Marcela, Mayra, Rosa, Rose, Sandra, Sigma, Tadeu, Ubton e Valmir que muito contribuíram sem saber e no tempo que dispunham. Obrigado.

Às meninas que estão ou estiveram atuando na secretaria do mestrado, em especial à Gina, Solange e Daniela, por facilitarem e ajudarem na regularização de processos e procedimentos absolutamente necessários. Obrigado.

A todos do pessoal técnico - administrativo da Uneb com quem travei contato ao longo deste trabalho, pois mesmo sem lembrar de todos os nomes, reconheço que não poderia ter realizado este estudo sem tê-los conhecido. Obrigado.

Aos professores das disciplinas e convidados que tive oportunidade de conhecer no mestrado pelas suas visões e abordagens de questões das quais jamais poderemos fugir ou desconsiderar. Obrigado.

A todos aqueles que compreendem a coletividade, bem como a comunidade, não como conceito ou idéia abstrata que precisa estar vinculada à determinada perspectiva de conhecimento, mas uma forma de elo humano que nos explica e, sobretudo, nos ajuda a encontrarmos escolhas para continuarmos sobrevivendo e melhorando.

"... Aqueles que gostam de imitar as virtudes da montanha assemelham-se ao homem bom, e aqueles que gostam de imitar as virtudes da água aproximam-se do sábio."

Confúcio, Analectos, VI, 21

RESUMO

Este estudo dissertativo foi construído a partir do desdobramento de questões e temas investigados no curso em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. O presente trabalho trata da análise e reflexão das relações coletivas através dos significados atribuídos à comunidade pelos estudos apresentados nos anais de três Grupos de Trabalho (Educação, Movimentos Sociais e Sociologia da Educação) publicados pela Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED) no período de 2000 a 2002. Buscamos compreender quais as perspectivas que orientam a definição de comunidade apresentada e sua relação com a educação, o espaço escolar e os elementos de facilitação ou dificuldade nessa dinâmica, tendo em vista as novas tendências contemporâneas nas relações entre os grupos, indivíduos e instituições sociais, como o *engajamento radical* (GIDDENS, 1991) e os dilemas entre *segurança e liberdade* (BAUMAN, 1998, 2003). Nossa hipótese é de que as políticas e práticas estabelecidas para estas relações coletivas são orientadas por abordagens defasadas e pouco alinhadas com os atuais problemas do cotidiano contemporâneo, conforme indicam os dados e estudos consultados para contextualizar e dialogar com as questões pertinentes ao estudo. O trabalho centra-se, portanto, no significado dado a *idéia social* (SCHILLING, 1974) que chamamos de comunidade e no seu grau de envolvimento com os processos educacionais. Analisamos os dados selecionados segundo categorias vindas de marcos histórico-conceituais elaborados a partir dos referenciais teóricos e perspectivas metodológicas escolhidas. Entendemos por fim que a comunidade e todas as formas de organização coletiva dentro da contemporaneidade precisam criar e assumir constantemente novos parâmetros de diálogo, participação, envolvimento e articulação que tragam mais flexibilidade nas relações sociais para que tenhamos práticas educacionais e sociais mais adequadas aos problemas e necessidades emergentes.

Palavras-chaves: Relações coletivas, diálogo, participação, articulação, Comunidade, Educação, Contemporaneidade.

ABSTRACT

This dissertative study it was constructed from the unfolding of questions and subjects investigated in the course in Educação and Contemporaneidade of the University of the State of the Bahia. The present work deals with the analysis and reflection of the collective relations through the meanings attributed to the community for the studies presented in annals of three Work groups (Social Education, Movements and Sociology of the Education) published by the National Association of Researchers in Educação (ANPED) in the period of 2000 the 2002. We search to understand which the perspectives that guide the definition of presented community and its relation with the education, the pertaining to school space and the elements of facilitation or difficulty in this dynamics, in view of the new trends contemporaries in the relations between the social groups, individuals and institutions, as *radical enrollment* (GIDDENS, 1991) and the quandaries between *security e freedom* (BAUMAN, 1998, 2003). Our hypothesis is of that the established practical politics and for these collective relations are guided by unbalanced boardings and little lined up with the current problems of the daily contemporary, as indicates the consulted data and studies to contextualizar and to dialogue with the pertinent questions to the study. The work is centered, therefore, in the meaning given *social idea* (SCHILLING, 1974) that we call community and in its degree of involvement with the educational processes. We analyze the data selected according to categories description-conceptual landmark comings elaborated from the theoretical referenciais and perspective chosen metodológicas. We understand finally that the community and all the forms of collective organization inside of the contemporaneidade need to constantly create and to assume new parameters of participation, involvement and joint that bring more flexibility in the social relations so that practical educational and social more let us adjust to the problems and emergent necessities.

Keywords: Collective relations, Community, Education, Contemporaries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação de Filiação por entidade	20
Figura 2 – Relação de Filiação por entidade	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Voluntários por Estado	22
Tabela 2 – Distribuição de Entidades por Áreas de Atuação	23
Tabela 3 – Quantidade de publicações dos grupos por ano	103
Tabela 4 – Média geral de trabalhos publicados por Grupo de trabalho	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação
CEDES	Centro de Estudos de Educação e Sociedade
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPEA	Instituto de Pesquisa e Aplicação
MST	Movimento dos Sem Terra
SBPC	Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OS DILEMAS DA CONTEMPORANEIDADE	15
1. LITERATURA: COMPREENSÕES INICIAIS DOS SIGNIFICADOS DA COMUNIDADE	39
1.1 TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE PRÉ-MODERNA: A CONSTITUIÇÃO INICIAL DA COMUNIDADE	51
1.2 TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO: A MUDANÇA COMUNIDADE – SOCIEDADE VIA PRESSUPOSTOS	60
1.3 AS CONSEQUÊNCIAS MODERNAS: A FORMAÇÃO DA MASSIFICAÇÃO E DO ESTRANHO	69
1.4 OPÇÕES DA COMUNIDADE CONTEMPORÂNEA: O ENGAJAMENTO RADICAL E A NOVA COMUNIDADE	81
2. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS:	94
3. ANÁLISE DE DADOS: IMPRESSÕES SOBRE A COMUNIDADE NA CONTEMPORANEIDADE	102
3.1 DAS FONTES LEVANTADAS	102
3.2 CATEGORIAS	105
3.2.1 NATUREZA DAS RELAÇÕES COLETIVAS	106
3.2.2 CARÁTER EDUCACIONAL	123
3.2.3 SAIDAS CONTEMPORÂNEAS	128
4. CONCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS:	142

ANEXOS _____ 148

ANEXO 1 – TEXTOS ANALISADOS _____ 149

INTRODUÇÃO: Os dilemas da Contemporaneidade

A relação entre a parte e o todo é uma certa forma de relacionamento, nada mais, e como tal, sem dúvida, já é bastante problemática. Em certas condições, pode ser vinculada a relação entre os meios e o fim, mas não lhe é idêntica...

Norbert Elias, A sociedade dos indivíduos.

O homem desde seu aparecimento no mundo aprendeu a se relacionar com a natureza, com os animais e entre seus semelhantes pela necessidade de sobrevivência e perpetuação da espécie, pois viver submetido aos mesmos termos e condições que as demais formas de vida nunca foi considerada uma boa opção para as necessidades humanas.

Ao longo dos séculos, tais interações foram estabelecendo hierarquias, valores, sentimentos, hábitos e crenças para determinar o entendimento que a humanidade possuía deles. Compreender os fenômenos ao ponto de ser capaz de reproduzi-los e interpretá-los se tornou a melhor escolha humana para assegurar a humanidade seu controle hegemônico do meio ambiente físico e dos demais seres vivos.

Todavia, as conquistas obtidas ao longo do percurso da existência humana, como as diversas descobertas e aperfeiçoamentos construídos pelo homem para beneficiar seu sustento, interesses, confortos e facilidades, não foram capazes de responder de maneira satisfatória a muitas dúvidas existenciais que sempre lhe acompanharam.

Um aspecto humano de interesse mais imediato no mundo atual fortemente marcado pelo conflito e diferença entre os homens vem da dúvida sobre o que caracteriza as relações humanas entre povos, grupos e sujeitos.

Buscar compreender as motivações dos pensamentos e ações contemporâneos na coletividade parece ser uma opção razoável para entendermos a diversidade de idéias que nos provocam tantos incômodos, expectativas e conflitos, pois os sentimentos que parecem perturbar as relações humanas nos ajudam na construção dos significados e simbologias das interações de hoje e os parâmetros do que pretendemos estabelecer.

Um dos aspectos que reforçam esse conflito se apresenta na própria maneira de viver nas grandes capitais e nas pequenas cidades e povoados. A forma de pensar e viver já não tem o mesmo sentido ou as mesmas relações praticadas no passado por nossos familiares.

A ordem globalizada e a velocidade nas informações e conhecimentos trouxeram novas interações entre as pessoas, novos valores e crenças a serem criadas e seguidas. Tornou-se comum ouvirmos que ninguém mais consegue viver sem usar e atualizar os recursos disponíveis de um computador ou celular.

Cada vez mais as aplicações de estudos e pesquisas nas mais diversas áreas e ordens têm sido realizadas num espaço de tempo menor, trazendo para nosso alcance as recentes descobertas e soluções que se propõem a resolver os grandes males humanos em pouco tempo. Por conseqüência, surgem os mais variados tratamentos que prometem estender a expectativa de vida e as condições de saúde dos indivíduos.

Como podemos perceber, os estudos sobre a população mundial indicam uma estimativa de vida média superior a 80 e até mesmo 100 anos de idade, idades consideradas inimagináveis até o século passado. A taxa de crescimento para população mundial também segue uma progressão quase geométrica e deixa muitas dúvidas acerca dos rumos para uma superpopulação diante da escassez dos recursos naturais.

A questão é se estamos realmente preparados para permanecermos por tanto tempo num mundo com tantas pessoas com as quais temos tanta dificuldade de nos relacionar e tão diferentes entre

si. Parece sempre urgente entendermos como são estabelecidos os nossos laços e como eles podem nos ajudar a sobreviver diante de tantas expectativas.

Esta dinâmica da vida moderna e as promessas do aguardado desenvolvimento contemporâneo indicam a emergência de compreendermos melhor os pressupostos e características presentes na organização coletiva do homem na atualidade.

Os discursos de grupos políticos, movimentos sociais, organizações privadas e iniciativas governamentais, principais representações da coletividade humana, têm difundido um resgate da inserção de segmentos históricos e socialmente estigmatizados e/ou discriminados no projeto moderno, como é o caso das comunidades.

Esta defesa de um resgate limitado de experiências anteriores funciona como alternativa para manter uma sensação de segurança e conforto para os abalados pela experiência contemporânea, afinal é muito difícil aceitar inquestionavelmente novos parâmetros e mudanças sem nos recordar ou apoiar, ao menos em parte, sobre algo que já conhecíamos e considerávamos satisfatório antes.

A trajetória da coletividade humana enquanto fenômeno a ser considerado na contemporaneidade sempre foi bastante criticada nas abordagens científicas. Alguns dos maiores questionamentos tratam da legitimidade da temporalidade, localidade e circunstâncias dos momentos históricos e de idéias que demarcaram o percurso das relações coletivas humanas, como a substituição da noção de comunidade pela de sociedade.

Vale destacar que ao tratarmos ao longo deste estudo as dinâmicas coletivas humanas como sendo relações, temos a intenção de meramente apresentar uma forma genérica de nomear os fenômenos de interação entre sujeitos e grupos de maneira mais compatível com as características da interação entre os homens na contemporaneidade, cujo contexto indica uma mudança sendo desenvolvida sobre todas as formas de organização e expressão humana.

Contudo, temos alguns consensos nas Ciências Humanas quanto ao reconhecimento de transições ou marcos demarcados que podem ser considerados significativos o suficiente para um entendimento dos dilemas que caracterizam o momento atual que chamamos de contemporâneo,

como as revoluções científicas, ideológicas e religiosas advindas pelo iluminismo, expressadas por Rouanet (1998).

Percebemos que o autor compreende a contemporaneidade como sendo apenas uma das interpretações possíveis da proposta moderna original. Dentro de sua argumentação os antagonismos e expectativas que hoje sentimos resultaram no entendimento de um futuro guiado principalmente pela expectativa de um eficaz desenvolvimento das potencialidades humanas.

Neste sentido, as relações humanas são orientadas pela idéia de uma ordem reconhecida através da confiança na organização das instituições político-econômicas, sociais e culturais da sociedade.

As instituições enquanto campos estruturadores da vida estável e controlada, juntamente com as medidas econômicas e de gestão eficaz de total nivelamento das condições de produção e consumo do sistema, não apenas atuam para manter estes objetivos contemporâneos, como também repreendem as manifestações de discordância ou repúdio vindas da violência, intolerância, descrença ou descontentamento.

O que muitas vezes desconsideramos é que tais ações costumam ser responsáveis diretas por trazer não apenas o conflito e o descontrolo, como também geram nova negociação de alternativas para transformar as condições das quais discordamos.

A violência, sem dúvida, é considerada brutal e condenável para a maioria das pessoas, na totalidade das sociedades atuais e mesmo em muitas forma de organização anteriores, contudo expressa claramente que a ordem vigente está falhando na aplicação e concretização de suas propostas.

Um exemplo que podemos apontar igualmente, mas em menor escala, surge quando refletimos sobre as condições de trabalho e as relações familiares reconstruídas na perspectiva moderna e discutida em maiores detalhes a frente e no referencial teórico.

As próprias dinâmicas escolares são alvos de muita discórdia por manter antigos hábitos e valores em contraponto ao que conhecemos como falho ou ineficaz, como as críticas feitas nos

últimos anos acerca do analfabetismo funcional e dos portadores de necessidades especiais que ainda são excluídos do devido atendimento pela escola.

Dessa forma, simultaneamente ao esforço por encontrar opções aplicáveis sobre o desequilíbrio das condições de vida, entendidas neste estudo como sendo a forma pela qual os sujeitos lidam com as transformações, são sempre resultantes das medidas político-econômicas adotadas por todo globo, precisamos fazer também um redimensionamento das afirmações e certezas apresentadas no discurso e na proposta contemporânea, pois são elas que orientam as práticas.

Precisamos compreendê-las como sendo apenas uma reunião de determinadas convenções passíveis de maiores críticas e reflexões que devem ser discutidas entre os participantes no cotidiano, pois é no dia-dia que as idéias, leis, conceitos e práticas estabelecidas devem ser claramente vistas e produzirem debates e discussões.

Boa parte dessa insatisfação vem sendo levantada por sujeitos e grupos cujas falas representam interesses e motivações diversas cuja preocupação central tem sido de propor outras abordagens nas relações sociais humanas e rediscutir as estabelecidas.

As projeções de novos parâmetros de organização para as instituições fundantes da sociedade moderna rumo a uma realidade efetivamente globalizada e uniforme nos conhecimentos, culturas, valores, condições e diálogos exercidos pelo homem tornam-se mais preocupantes.

As atuais tendências dos estudos sobre os fenômenos humanos ignoram ou desconsideram todo um processo de historicidade e diversidade de ações originário das escolhas adotadas por povos e culturas na constituição de ideários, estruturas e realizações específicas. Os sujeitos em suas escolhas seguem suas próprias motivações, impossibilitando uma extinção absoluta de conquistas sem uma intensa discussão sobre as possibilidades da adoção de novas formas de viver.

Nesse sentido, a contemporaneidade tem sido cada vez mais representada e caracterizada, política e socialmente, pela proliferação dos movimentos sociais que tem sido estabelecida como uma nova e rica maneira de contra-argumentar e perceber os contrasensos do projeto moderno.

A Pesquisa Mensal de Emprego (suppme) de abril de 1996 denotava uma expansão de grupos e projetos ligados às questões abordadas pelos movimentos sociais, abrangendo seis das dez

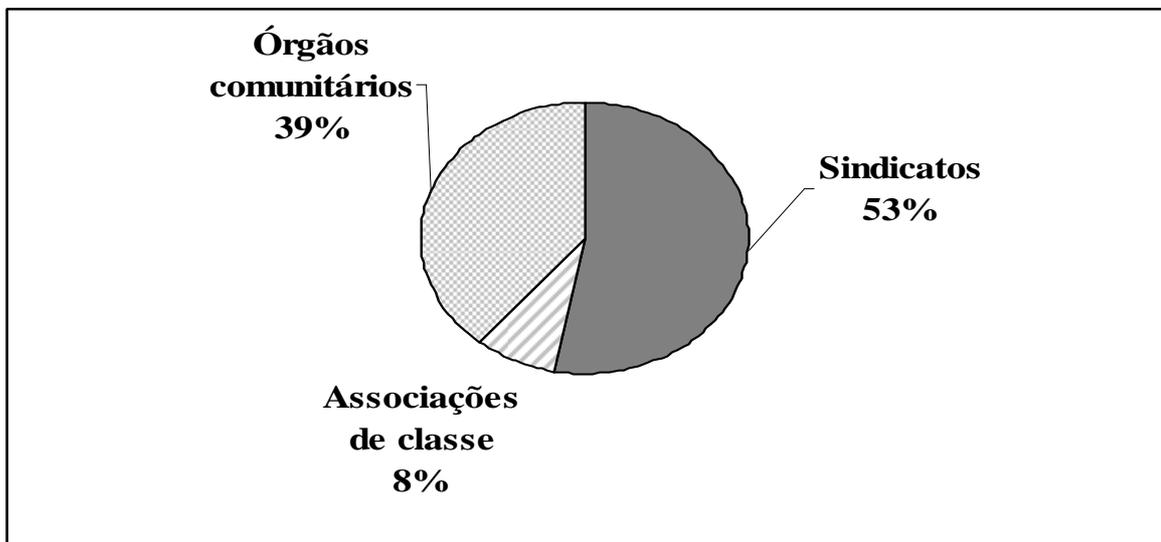
áreas metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Nesse estudo, as populações pesquisadas representavam cerca de 25% da população brasileira.

Entre os aspectos tratados está o perfil do associativismo nas regiões metropolitanas pesquisadas, tendo como base os dados sobre a filiação a sindicatos, a associação a órgãos de classe e a associação a órgãos comunitários.

O associativismo indicado como sendo de natureza sindical agrega os sindicatos de empregados e de empregadores; o de classe contém os órgãos de classe que reúnem facultativamente pessoas pertencentes a categorias profissionais ou econômicas; e, finalmente, o de natureza comunitária que abrange as associações de bairro, associações religiosas, recreativas, filantrópicas, e "outras" não especificadas.

Dos 22,5 milhões de pessoas de 18 anos ou mais de idade pesquisadas, no estudo citado, 31% tinham vínculo com um ou mais dos três tipos de associação considerados, na proporção indicada abaixo.

FIGURA 1 - Relação de Filiação por entidade



Fonte: IBGE, suppme, 1996.

Por estes dados percebemos que a filiação aos sindicatos detinha maior predominância sobre as demais alternativas de filiação, contudo os órgãos comunitários apareciam desempenhando uma opção mais viável do que a associação de classe.

O estudo revela que esse crescimento do envolvimento e filiação com as questões comunitárias acabava por superar a sindicalização por tratar de temas de problemas mais abrangentes e com maior intercâmbio com outras entidades dentro da sociedade.

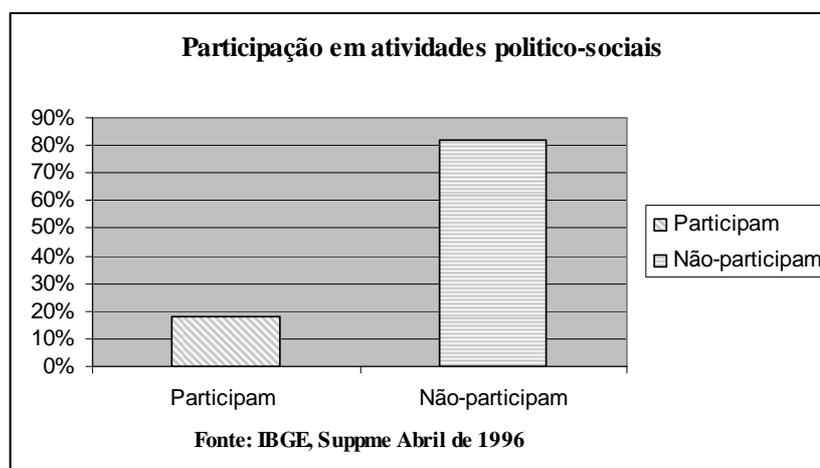
Podemos compreender, dessa forma, que o envolvimento com questões comunitárias abordada por temas relacionáveis como associativismo, participação e representação de interesses presentes em diversas pesquisas realizadas nas grandes capitais do país e nos estudos que apresentamos.

Todos esses subsídios demonstram como essas manifestações trazem outros parâmetros e exemplos viáveis de práticas locais diferenciadas. Essas práticas indicam alternativas mais adequadas, provocando uma retomada na pauta da agenda moderna de temas e discussões voltados para as minorias e segmentos historicamente ignorados ou marginalizados.

Em vários casos, as reivindicações pleiteadas claramente defendem uma substituição de ordem civil, legal, cultural, econômica e política dos direitos e oportunidades socialmente disponíveis, bem como a presença maciça de questões ligadas a povos e culturas, como nas recentes discussões acerca do desenvolvimento agrário ou da valorização das populações afro-descendentes e indígenas.

O voluntariado também pode ser entendido como uma das expressões mais significativas da necessidade de revisão das relações coletivas feitas pelo Estado e certamente também nas demais formas de organização humanas para podermos restabelecer novas perspectivas para o homem.

As informações levantadas pela mesma pesquisa citada anteriormente que trata da participação em atividades políticas e sociais, como se vê na figura 2, revela que a grande maioria, 82% da população pesquisada, se mantém afastada de ações vinculadas aos aspectos políticos e sociais.

FIGURA 2 – Participação em atividades político- sociais

Fonte: IBGE, Suppme 1996.

Um dado mais recente, divulgado pelo Programa Voluntários em 2005, diz que 54% dos jovens brasileiros possui interesse de participar como voluntários, embora não saibam como proceder nem onde encontrar informações. A distribuição dos profissionais no campo de voluntariado mesmo sendo pequena, transita entre a administração (14%), os estudantes (11%), os pedagogos 3,22% e os professores em geral 5,67%. Na distribuição por capitais o eixo Rio-São Paulo predomina com 68,37%, enquanto na Bahia a percentagem é de 3,42%.

TABELA 1 – Distribuição de Voluntários por Estado

Estado	Porcentagem
São Paulo	55,78%
Rio de Janeiro	12,59%
Minas Gerais	5,24%
Rio Grande do Sul	4,54%
Paraná	4,18%
Bahia	3,42%
Distrito Federal	2,68%
Santa Catarina	2,13%
Pernambuco	1,77%
Ceará	1,33%
Goiás	1,04%
Espírito Santo	0,88%
Pará	0,59%
Rio Grande do Norte	0,59%
Maranhão	0,53%

Mato Grosso do Sul	0,47%
Paraíba	0,42%
Amazonas	0,35%
Mato Grosso	0,35%
Alagoas	0,28%
Sergipe	0,24%
Piauí	0,21%
Rondônia	0,10%
Tocantins	0,10%
Roraima	0,07%
Acre	0,06%
Amapá	0,06%
Total	100,00%

Fonte: Programa Voluntários em 2005, disponível no site www.voluntarios.com.br

É interessante notar também a distribuição de voluntários por área na qual fica explícito o perfil dos profissionais e dos campos onde há mais incidência desse tipo de proposta. Este dado se torna mais rico na contextualização das formas de relação humana na contemporaneidade e na sua ligação com a educação, quando notamos que apesar da educação e seus profissionais ocuparem relativo destaque nas discussões e projetos de cunho voluntário não existem tantos participantes quanto se presume.

TABELA 2 – Distribuição de Entidades por Áreas de Atuação

Área de atuação	Porcentagem
Assistência a crianças	16,69%
Assistência e serviços sociais	14,49%
Assistência a deficientes	8,67%
Educação	8,63%
Creches	5,36%
Saúde	4,39%
Assistência a idosos e adultos	4,07%
Assistência a jovens	3,69%
Desenvolvimento	3,60%
Direitos humanos e cidadania	3,38%
Assistência familiar	3,03%
Associações comunitárias	2,88%
Serviços médicos de reabilitação	2,79%
Promoção da cidadania	2,17%
Hospital	1,91%
Ambientalismo	1,65%
Cultura	1,62%

Saúde preventiva	1,45%
Educação e pesquisa	1,14%
Assistência a deficientes físicos	0,88%
Associações de bairro	0,83%
Assistência a adultos	0,75%
Esporte	0,70%
Conservação recursos naturais	0,55%
Tratamento e recuperação dependentes	0,51%
Proteção de animais	0,48%
Assistência a desastres e catástrofes	0,42%
Produção e comercialização coletiva	0,42%
Direitos da mulher	0,37%
Assistência material	0,35%
Profissionalização	0,35%
Ambulatório	0,26%
Proteção dos direitos civis	0,26%
Moradia	0,22%
Reabilitação de infratores e criminosos	0,22%
Serviços jurídicos	0,15%
Tecnologias alternativas	0,11%
Aconselhamento vocacional	0,09%
Combate à violência	0,09%
Prevenção do crime	0,09%
Proteção ao consumidor	0,09%
Sanatório	0,09%
Associações científicas	0,07%
Controle da poluição	0,02%
Museus	0,02%
Total	100,00%

Fonte: Programa Voluntários em 2005, disponível no site www.voluntários.com.br

Outro movimento importante que deve ser considerado é o de grupos informais sem financiamento, pois aponta outro elemento relevante na compreensão das forças de transformação e impulsão da ordem estabelecida, o que indica não apenas a descrença nas instituições fundadas com as revoluções científicas sócio-política, econômica e cultural modernas, mas o interesse de coletividades em resolverem seus problemas e dificuldades da forma como puderem.

Podemos considerar essa e outras manifestações contemporâneas como indícios da inevitável reformulação dos rumos, dos objetivos e das ações da perspectiva moderna, pautadas numa

crença desordenada na cientificidade. Essas manifestações se baseiam também num modelo de progressão econômica cuja ampliação das normas e códigos para existir e se desenvolver cria disparidades e perdas aos sujeitos, ocasionando a desordem dos coletivos, indicada por Berman (1986) como conseqüência da ênfase numa modernidade baseada no conflito e contradição.

No contexto brasileiro, parte dessas divergências sobre as questões das políticas públicas continua concentrada exclusivamente no plano educacional, espaço em que reconhecemos uma considerável inadequação dos projetos de atuações formuladas pelos setores político-administrativos. O que nos conduz para incompatibilidades com as demandas e anseios de uma crescente população descontente com as propostas encaradas apenas como estratégias de manutenção das desigualdades.

Esse descontentamento frequentemente se refere ao fato das instâncias reguladoras do processo educacional não conseguirem assegurar a melhoria na vida dos indivíduos que passam pelo processo educativo, independente da modalidade de sua formação.

Os diversos projetos acentuam a necessidade da ampla formação, a ser posteriormente continuada pelos educandos, entretanto poucos conseguem assegurar condições de vida adequadas dentro da situação hegemônica que por sua vez continua a estimular a formação ampla como saída para melhoria de vida.

Dentre os diversos reflexos desse distanciamento entre as expectativas dos sujeitos com a real situação profissional e relacional contemporânea encontramos também na educação a limitação das linhas de abordagem nacional, representada pela legislação e parâmetros da educação brasileira, com as demandas trazidas pelas microrealidades atendidas.

Essa oposição entre micro e macromeios se destaca como significativa interrogação entre os dilemas da atualidade, por conta do esforço de atores e grupamentos na busca por ousadas iniciativas que solucionem ou pelo menos amenizem os problemas de suas realidades, sem precisar abrir mão dos laços e interesses que lhes compõem.

Essa conduta, muitas vezes estimulada pelos próprios órgãos governamentais oficiais, expõe os caminhos seguidos pelos discordantes da perspectiva moderna.

Todavia, o momento tem indicado a urgência de re-visitarmos com maior submersão o contexto que nomeia e significa as áreas componentes da contemporaneidade, no intuito de expressarmos de maneira condizente a compreensão que temos e precisamos possuir da experiência humana e das investidas que ainda podemos realizar para reduzir ou extinguir os desequilíbrios mais prejudiciais a vida atual.

Podemos entender algumas determinações político-educativas vigentes no momento enquanto sinalizadoras de um insistente convite ao consistente questionamento acerca das ações restritas e globais desempenhadas pela escola na coletividade humana diante dos múltiplos desafios expostos no presente. Todavia, a abordagem poderá ser mais bem trabalhada com uma ênfase nas relações coletivas.

Essa reflexão para que seja condizente com a compreensão das relações coletivas e seus reflexos precisa perpassar desde a epistemologia da sua fundamentação e organicidades pedagógicas até as atribuições sistematizadas dos conhecimentos adotados nas articulações com os sujeitos atendidos. Tal preocupação se justifica pelo entendimento do alcance e das diversidades do processo educativo, cujo conteúdo não se encontra necessariamente atrelado com modalidades educativas de escolares e, portanto, continuam sendo de difícil concordância e compreensão mesmo entre especialistas.

Na tentativa de desenvolver uma linha de compreensão sobre tais questões realizamos, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro uma aproximação inicial da questão, num estudo intitulado *percepções do diálogo entre escola e comunidade*¹, aprofundando outra abordagem previamente realizada na pesquisa *Escolas de tempo integral: análise de uma experiência escolar* na qual um dos aspectos de análise centrava-se na abordagem sobre a relação do espaço escolar com a comunidade cujo enfoque originou nossa escolha por desdobrar o tema e as análises num estudo mais abrangente.

Em nosso trabalho anterior, sobre a dinâmica escola-comunidade, em ocasião da escrita monográfica, buscamos principalmente resgatar e tentar revitalizar leituras e dados que nos indicassem o contexto que fundamenta a sociedade pela discussão de princípios e elementos histórico-políticos situados no desenvolvimento industrial brasileiro entre as décadas de 50 e 60.

¹ Apresentado na Faculdade de Educação da UFRJ em 2001 sob orientação do Prof. Tarso Bonilha Mazzotti e co-orientado pela Prof. Ana Maria Vilela Cavallieri

Este período é considerado como marco significativo da expansão educacional nacional e das definições contemporâneas das relações humanas e institucionais. Para contemplar tal interesse, estabelecemos diálogos com produções literárias e documentos datados sobre o tema que pudessem oferecer uma compreensão das bases da organização humana contemporânea.

Em contrapartida as explicações calcadas na literatura, realizamos também análises de narrativas de alguns dos participantes mais expressivos do espaço escolar como apoio na constituição do panorama imediato e da reflexão acerca das opções de enfrentamento dos problemas apresentados.

As discussões dos pressupostos societários apresentaram situações culminantes na compreensão das ações contemporâneas dos grupos sociais e das instituições como a transição da coletividade para as massas, enfatizada por Wright Mills (1962); a atuação da escola dentro dos parâmetros empresariais enquanto agência de socialização apontada por Pereira (1976) e a proliferação da transitoriedade e descrença que amplia a formação dos guetos, conforme salienta Kilpatrick (1974).

Estas contribuições possibilitaram que entendêssemos a abordagem da comunidade não apenas na interação com a estrutura contemporânea da sociedade, onde estas repercussões expressam o resultado de um longo processo que antecede as fontes societárias, mas na necessidade de constituirmos os momentos marcantes da constituição da comunidade e na sucessão para o entorno do que hoje chamamos de sociedade, um sistema e modo de vida estruturado e regido pelo Estado e suas instituições.

Precisamos entender, nesse contexto, que os códigos culturais e as teorizações científicas, que nos auxiliam no esclarecimento de fenômenos, realizam uma síntese que solicita de outros esclarecimentos sobre as variedades presentes no contínuo humano, assegurando uma permanência e credibilidade aos argumentos levantados pelos cientistas, lideranças diversas dentre os vários atores que fazem parte da coletividade representando as posições em destaque por aceitação e ampla divulgação das suas idéias e de seus grupos.

Considerável parte da discussão sobre a postura diante da construção do pensamento e do conhecimento na atualidade nos remete às posições de articulação entre as particularidades do

todo e as complexidades das partes, numa dinâmica dialética que impede a fragmentação sectária dos saberes. Essa combinação entre os saberes produz a *hiperespecialização*, apontada por Morin (2000) dentre várias indagações como um dos maiores desafios a serem tratados no delineamento de uma globalidade do ser humano e na constituição de reformas do pensamento.

Obviamente que ao relacionarmos tal princípio coma discussão da educação e das relações coletivas, em especial as de caráter comunitário, é preciso considerar os limites e abrangências envolvidas quando tratamos dos sujeitos em suas individualidades.

Contudo, independente das possibilidades e indicações apontadas por estudos e pensadores sobre o mundo na contemporaneidade, torna-se imprescindível um reconhecimento e exercício amistoso de uma coexistência não hierarquizada das abrangências e limites dos campos locais e macros na coletividade que considerem as características e demandas dos que delas compartilham, para que todos sejamos capazes de analisar os dilemas contemporâneos.

Nesse sentido, anseios, ações e, principalmente, alternativas desenvolvidas têm sido pouco exploradas pelas Ciências Humanas devido ao constante destaque dado aos conflitos e as incertezas que caracterizam o homem e suas expressões no mundo global. Enfatizar os problemas como maneira de responder aos dilemas não oferece uma alternativa de melhoria ou esforço no sentido de seguirmos em direção a outra(s) forma(s) de disposição de mundo, conforme alertam autores como Giddens (1991).

Precisamos sim exercitar movimentos e estratégias diferentes das conhecidas para podermos provocar opções realmente novas que nos permitam erguer uma leitura de mundo e relações diferenciadas pela participação ativa, crítica e contestatória do desenvolvimento social ou por outras escolhas de modificação da contemporaneidade. Algumas formas de viabilizar tais ações podem ser observadas no tratamento das premissas de um determinado valor e na reformulação dos objetivos de uma determinada ação, ou seja, apesar das enormes dificuldades que a realidade moderna e contemporânea trazem, é possível estabelecer estratégias educativas e sociais que amenizem as condições desiguais.

As próprias finalidades e pressupostos do campo da educação ainda são pontos de grande divergência e conflito dentro das áreas do conhecimento em Ciências Humanas, em especial as Sociais.

As pesquisas e teorizações elaboradas por especialistas em educação sobre as estruturas societárias e de suas principais instituições apontam que mesmo a sociedade contando com disposições legislativas avançadas para a gerência eficaz dos conflitos e diferenças no contexto educacional, estas continuam possuindo muitas disparidades ao serem comparadas ao estado vigente e ao comportamento efetivo das instituições e grupos sociais que a compõem, como no caso da questão da alfabetização e da educação especial.

Um das conseqüências dessa divergência vem através da resistência e negação de iniciativas que trazem práticas distanciadas que evidenciem o desconhecimento do funcionamento das escolas e do processo educacional nas microrealidades.

Outra situação recente que ilustra esses contrasensos na atualidade são as leituras que podemos fazer das informações do censo escolar em 2002 divulgadas pelo Ministério da Educação em parceria com o INEP, cujos dados denotam uma ampliação das matrículas no ensino regular em 5%, com cerca de 3 milhões de alunos (cerca de 53% entre 1996-2002).

Se somarmos estes dados com os do ensino fundamental, poderemos ter o entendimento de que ocorre uma ampliação no atendimento e procura pelo ensino público, e que os aspectos elementares e imprescindíveis para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da coletividade estariam sendo devidamente alcançados resultando, portanto, na plena eficácia das ações realizadas.

No entanto, essa busca pela formação inicial também pode estar comunicando que a dinâmica educacional realizada, a partir da suposta formação flexível, tem, de fato, um caráter diretivo e possivelmente restrito, voltado somente para a adequação dos sujeitos aos padrões considerados básicos no perfil intelectual e profissional demandado, estando dessa forma aptos para obter as vantagens e benefícios da vivência nas relações coletivas.

A constante veiculação de informações e modificações nas relações do trabalho e da vida social indica também uma geração de expectativas e exigências que cada vez menos conseguem ser absorvidas nos limites das instituições existentes, mas que são constantemente estimuladas de maneira massificada na mentalidade de uma coletividade.

Podemos entender, portanto, que os meios formais, como a escola, têm enfrentado maior dificuldade na tradução dos anseios dos diversos grupamentos e na interação com as comunidades e demais agrupamentos. O esforço por criar meios para diminuição deste quadro ou mesmo de alcançar os parâmetros oficialmente instaurados, como parecem indicar as iniciativas voluntárias de grupos informais nas favelas e periferias atendidas pelo Estado, acaba ficando a revelia das mesmas.

Esse reconhecimento da limitação e distância das instâncias públicas, que tem impulsionado cada vez mais atitudes sectárias e individualizadas, provoca o aumento de um interminável ciclo que nos coloca num estado quase permanente de transitoriedade, cujos impactos são percebidos na constante ansiedade, incerteza e conflito que experimentamos nas nossas tentativas de alcançar novas situações.

Isto pode ser explicado na educação, em parte, por um pressuposto implícito no meio escolar de que deve ser capaz da promoção do desenvolvimento e da articulação dos segmentos sociais locais através meramente de sua inserção junto aos grupamentos da comunidade. Esta idéia está presente no processo educacional brasileiro desde a década de 40, através de seus projetos político-pedagógicos e programas de progresso e desenvolvimento nacionais.

Este dado pode explicar a falta de eficácia nas tentativas de aproximação da comunidade e seus membros por parte da escola, embora o conjunto cultural (valores, crenças e ideologias) transmitidos por instituições e grupos vinculados ou não aos programas do Estado também possa ser imposto sem o devido reconhecimento e adequação das intenções de uma comunidade.

Muitas vezes, o relacionamento da instituição formal ou informal com a chamada comunidade contemporânea se realiza, primeiramente, com o grupo familiar, pois é reconhecido como referência inicial das escolas e demais instituições sociais na interação.

Num contexto educacional, este contato se faz de forma distanciada por meio dos conselhos, reuniões ou eventos onde são discutidas as atividades, problemas e idéias que fazem parte dos acontecimentos diários educacionais. Nestes momentos surgem as sugestões ou anúncios de iniciativas trazidas pelo Estado para resolver ou diminuir os males, como as recentes parcerias interinstitucionais como empresas, associações, universidades e projetos sociais de ONG's e

programas como o projeto “Amigos da escola” incentivado pelo governo para amenizar uma limitação no diálogo e aproximação das famílias.

A natureza deste diálogo na área educacional pode variar conforme a intencionalidade e acordos entre os participantes, indo desde um auxílio específico na preservação da infra-estrutura física até o trabalho e constituição de perspectivas profissionalizantes, no intuito de complementar as atribuições precariamente oferecidas pela escola.

Gradativamente a situação desse intercâmbio unilateral tende a ficar dificultosa pela percepção estreita dos setores convidados quanto ao que compreendem como benefícios para as coletividades que fazem parte do corpo educativo, especialmente das famílias e grupos da comunidade, tornando-se incapazes de lidar com a gama de possibilidades desta coletividade.

Essa situação também foi visualizada na pesquisa sobre escolas de tempo integral, na qual a escola não dispunha de um relacionamento melhor com as famílias que atende por não saber se portar diante das novas formas familiares onde o pai ou a mãe substitui sua contraparte nas decisões e encontros pedagógicos.

Certamente devemos este caráter único do meio escolar a sua representação de uma educação restrita ao espaço escolar que funciona como única área privilegiada de discussão, adaptação e ampliação dos saberes construídos na sociedade. Ainda seguimos o paradigma de que é na escola que precisamos aprender as normas, leis e condutas que devemos desempenhar no mundo.

Partindo destas considerações sobre as potencialidades e papéis da educação na atualidade e dos movimentos da escola formadora de sujeitos para a modernidade, torna-se possível percebermos a necessidade de entendermos os processos e idéias constituintes da coletividade ao longo dos seus principais marcos históricos e da atualidade.

Tal entendimento pode contribuir na construção de atos e repertórios mais pertinentes para formulação, questionamento e modificação de conhecimentos que possam explicar as práticas estabelecidas hoje. Sendo tais práticas repletas de incoerências, embates e arranjos na organização humana, a reflexão pode também nos ajudar a criar uma tradução educacional menos longínqua de opções diferenciadas e autênticas que expressem um momento posterior ao da contemporaneidade.

Para contemplar esta e outras questões, realizamos uma análise reflexiva dos significados presentes nas produções de trabalhos em Educação Popular, Movimentos Sociais e Sociologia da Educação da ANPED no período de 2000 a 2004 para encontrar os limites, ambigüidades e propostas que evoquem novos parâmetros para as relações coletivas na sua interação com a educação atual.

Utilizamos como procedimento metodológico a análise de documentos sob um enfoque de cunho qualitativo, seguindo uma proposta de análise dos enunciados das fontes e de seus significados a partir de uma perspectiva intitulada de *metaforização*, apontada por Mazzotti e Pereira (2000) cujos conteúdos nos permitem realizar considerações não como um método preciso de avaliação ou análise convencional, mas sim como um recurso analítico válido para compreender os argumentos e sentidos das interpretações elaboradas sobre um dado objeto ou questão.

Para este intento, distribuimos o estudo nos seguintes capítulos:

No capítulo I discutimos a trajetória das principais idéias, conceitos que envolvem a comunidade, sociedade e educação além dos reflexos de suas aplicações na contemporaneidade através de uma revisão da literatura em Ciências Sociais, sobretudo estudos e trabalhos de Filosofia e Sociologia, formando uma historicidade dos fundamentos das relações coletivas e suas implicações na atualidade.

No capítulo II discutimos as opções metodológicas adotadas neste estudo, esclarecendo e justificando detalhadamente as escolhas de fontes e recursos de análises empregados nas análises.

No capítulo III discutimos as interseções entre as fontes escolhidas, o contexto apontado e a literatura vista através da análise dos dados de acordo com categorias constituídas segundo nosso referencial. Apresentamos também nosso entendimento preliminar da discussão e das questões de estudo.

No capítulo IV discutimos por meio de um balanço geral as compreensões das análises, realizando uma conclusão com sugestões para aprimoramento em futuros estudos.

QUESTÕES DE ESTUDO:

Este estudo teve como intenção realizar uma análise e discussão dos significados e dos pressupostos envolvidos na abordagem contemporânea de comunidade vista nos textos selecionados que foram publicados nos anais da ANPED no período de 2000 á 2002, tendo por intenção compreender seus significados com a educação a partir dos conteúdos e argumentações elaboradas pelos autores dos textos.

Os textos selecionados para tal análise foram divulgados e apresentados nos GTS de Educação popular, Sociologia e Movimentos Sociais, e sua escolha vem de nosso entendimento de que se tratam de áreas constantemente relacionadas com questões educacionais atuais e cujos conteúdos envolvem não apenas a discussão, mas a prática de alternativas nas relações coletivas voltadas para criação e superação dos conflitos da contemporaneidade.

Como os textos da ANPED possuem uma vasta e diversificada produção, optamos pela seleção de textos completos publicados ao invés de utilizarmos resumos como produções específicas nos grupos de trabalho, pois buscamos com isso vislumbrar aqueles cujo tema ou abordagem tratassem diretamente ou de forma implícita da discussão sobre comunidade e educação.

Buscamos compreender através destas produções analisadas quais são as relações e os impactos que as dinâmicas coletivas possuem sobre a educação enquanto estratégias para constituição de novos parâmetros educacionais no Estado contemporâneo.

A importância de compreendermos os conceitos e desdobramentos envolvidos nos argumentos dos trabalhos que tratam das relações coletivas, bem como seu vínculo com o contexto educacional contemporâneo é resultante do atual debate sobre as novas perspectivas das macropolíticas no mundo moderno.

Dentro dos debates macropolíticos sobre alternativas, existe uma constante tentativa de re-estabelecer interações entre indivíduos, grupos e instituições dentro de propostas diferenciadas que possam trazer melhorias e oportunidades na vivência humana, individual e coletiva, sejam de âmbito local, nacional ou global.

Articulações genuínas entre os conhecimentos humanos e da natureza na totalidade de suas expressões também são incentivadas para ampliar os temas a serem tratados e refletidos nesta interação, esclarecendo quais podem ser as ações e características dos espaços formais e informais nas instâncias contemporâneas ascendentes.

Os projetos realizados pelo Movimento de Organização Comunitária, MOC², são um dos exemplos das ações que vem sendo realizadas por iniciativas que atuam paralelamente junto ao Governo Federal, prefeituras, instituições internacionais e civis locais. Seus projetos se inter-relacionam com temáticas como trabalho infantil, desenvolvimento local e cidadania, reforçando que as abordagens contemporâneas dos movimentos sociais e as entidades relacionadas estão de fato mais voltadas para questões ligadas á pluralidade e temas que se entrecruzam.

Em contrapartida, outras tendências indicam um declínio e constante crise dos meios educacionais formais de alcançar, por uma abordagem bastante defasada de suas propostas de ensino e ações, uma expressão mais condizente da realidade pleiteada pelos sujeitos.

Deste modo, é compreensível concluirmos que haja uma inadequação dos programas educacionais realizados com os anseios e macro-objetivos das políticas públicas voltados para constituição de novas abordagens do ensino-aprendizado e do conhecimento.

Cabe salientarmos também que as produções brasileiras nas Ciências Sociais que contemplaram a questão das dinâmicas nas relações coletivas humanas no país ainda são esparsas e sem maiores continuidades. Geralmente refletem um período específico ou temáticas específicas.

Uma das poucas referências encontradas de estudos no Brasil relacionando, entre outros aspectos, a dinâmica das relações humanas e a educação foram os realizados por Pereira (1963,1967) e Mello (1982) que abordavam dentro de um contexto de cunho desenvolvimentista e industrial progressista, os quesitos intra-escolares como preponderantes na compreensão do processo educativo.

Nessa abordagem a escola atuava como qualificadora e preparatória das aptidões dos educandos e de seus profissionais, com o complexo papel de ajustar harmoniosamente as necessidades e divergências dos sujeitos e do meio para demonstrar a coexistência de aspectos dispares de

² O MOC é uma organização não-governamental voltada ao desenvolvimento político e ecológico da região do semi-árido da Bahia, sediado em Feira de Santana – BA.

enfoque tradicionais e moderno-industriais na constituição de objetivos, conhecimentos e atividades do campo escolar.

Embora tais estudos e suas conclusões ainda tenham grande importância como referenciais para o entendimento dos elementos divergentes e de contrasenso da instituição educacional de hoje, as condições contemporâneas indicam constantemente a observação e atualização de outras possibilidades de abordagens no intuito de apresentar alternativas mais consistentes de construção das interações homem – educação – coletivos humanos.

Para contemplar e interpretar significativamente uma parcela das nuances envolvidas nestas interações optamos pela leitura de autores da Filosofia e da Sociologia cujos trabalhos estivessem vinculados direta ou indiretamente com a educação, pelo fato de suas considerações e delineamentos acerca do dinamismo das coletividades e da comunidade em especial, oferecerem uma vasta extensão sobre os diálogos conduzidos nas análises e reflexões constituídas ao longo deste estudo.

Nossa perspectiva da contemporaneidade presente ao longo deste estudo possui características próprias que delineiam uma noção do contemporâneo, a partir principalmente das considerações sobre as ações e dilemas modernos realizadas por autores como Bauman (1998) e Giddens (1991).

Em seus estudos demonstram que as grandes e significativas transformações nas dinâmicas das produções culturais, políticas e relacionais humanas indicam a efetivação de um contexto que não pode ser delimitado apenas como continuidade fiel dos processos históricos e sociais do percurso da humanidade (como nas correntes que defendem a existência de graus para modernidade em alta, média e baixa).

Também não podemos considerar a realidade atual como sendo uma substituição absoluta de um paradigma (como as correntes que sustentam a instauração da pós-modernidade) cujas bases de sustentação decorrentes de movimentos sucessivos na discussão acerca de temas como trabalho, economia, desenvolvimento e outras permanecem determinantes para a maior parte da ordenação e acordos sobre normas e padrões da realidade e do mundo atual.

Desta forma, defendem que as repercussões vindas nos sentimentos e dúvidas pessoais de cada sujeito hoje, são influentes sobre as escolhas e opções do homem moderno e na incapacidade do modelo de organização centrada na idéia de sociedade e Estado. O teor urbano-industrial sustentado pela perspectiva moderna de Estado não consegue superar as conseqüências geradas pela adesão dos povos em seguir e viver segundo esta forma aparentemente única e absoluta de vida.

Este paradigma insinua e provoca não apenas o choque e a desilusão quanto aos rumos do homem, mas traz uma reflexão em profusão que nos impulsiona para nos esforçarmos em realizar leituras mais abrangentes da atualidade de forma a originar uma caracterização mais condizente do momento presente.

Dessa maneira, o emprego do termo contemporaneidade tem sido a escolha que parece melhor retratar e sintetizar a temporalidade e a historicidade atual, marcada pela forte transitoriedade, indeterminação, perigos e buscas pelo ajuste adequado entre segurança e liberdade.

Tal adoção de perspectiva teórica poderá proporcionar também algumas aproximações do percurso geral dos processos coletivos comunitários bem como nas especificidades de características que podem contribuir na compreensão dos argumentos levantados ou num detalhamento das justificativas e análises para os questionamentos levantados no estudo.

Embora a escola ainda desponte como base essencial de qualquer projeto e formação educacional, adotamos uma compreensão interpretativa da conjuntura macro da educação por incluir maior gama de iniciativas e permitir o entendimento da inserção das práticas nas políticas públicas.

Entendemos deste modo que as ramificações e dilemas amplos podem ser devidamente combinados por meio de uma interlocução cautelosa sobre as incidências no contexto educacional brasileiro e do estado da Bahia, sem desconsiderarmos as incoerências e conflitos neste contato ou o desgaste que vivência a instituição escolar enquanto espaço, no qual os acúmulos da crise anteriormente discutida tendem de uma expansão terminal constante para o momento de estagnação insolucionável, caso deixemos de considerar fatores macro e extra-educacionais preponderantes na composição e nas ações das instâncias educativas e escolares.

Tendo em vista as implicações destas e outras disposições envolvidas na caracterização mais atualizada das coletividades humanas e na discussão de maneiras de constituir e potencializar de forma enriquecedora as relações entre comunidade, educação e políticas públicas, principalmente nos rumos que podemos construir na contemporaneidade, decidimos elaborar as seguintes questões a serem comentadas neste trabalho:

- 1 - Quais os contextos sobre comunidade nas fontes adotadas?
- 2 - Como são descritas as concepções sobre a comunidade e a escola?
- 3 - Quais as questões descritas como problemáticas na articulação entre política, educação e comunidade?
- 4 - Quais os problemas apontados quanto à relação comunidade e educação?
- 5 - Quais propostas/sugestões/iniciativas apresentadas na interpretação dos autores para melhorar a relação da comunidade com a escola e a educação?

O questionamento sobre as produções envolvendo comunidade, escola, educação e demais aspectos precários na formação de políticas públicas podem nos apresentar parte dos conflitos e noções envolvidos no contexto de constituição da comunidade contemporânea bem como no esquadramento dos significados e as possibilidades de intercâmbio com as demais instituições.

As demais perguntas incidem sobre a efetiva distinção e/ou aproximação na relação da comunidade com o meio educacional de hoje, buscando compreender os parâmetros e os vínculos dessa interação que tem sido cada vez mais exigida nos dispositivos de lei, como nos projetos de reforma universitária em andamento no governo federal e nos planos estaduais e municipais de alguns estados que prevêem um comissionado permanente nas instituições escolares com diversificadas representações da comunidade.

Todas as questões levantadas têm por finalidade maior apresentar uma parte das idéias e concepções envolvidas na discussão e compreensão do tema, explicitando algumas das leituras que orientam e constituem as procedências das políticas educacionais que tratam do assunto.

Desta forma podemos oferecer uma proximidade sucinta das temáticas e situações em destaque nessa conjuntura intermediária que busca o fortalecimento das bases que substituirão este período contemporâneo, além de visualizarmos parte das indagações condizentes com este período de

revisão e reconstrução das organizações institucionais para que possam expressar uma significativa parte das demandas levantadas pela maioria de sua coletividade.

I LITERATURA: Compreensões iniciais dos significados da comunidade

A relação da pluralidade de pessoas com a pessoa singular a que chamamos “indivíduo”, bem como da pessoa singular com a pluralidade, não é nada clara em nossos dias.

Norbert Elias - A sociedade dos indivíduos, prefácio.

Tratar dos significados de comunidade enquanto uma forma de organização humana e da abrangência de suas articulações na contemporaneidade e na educação geral requer compreendermos inicialmente alguns dos principais sentidos e definições de um termo cuja trajetória nos conhecimentos científicos humanos apresenta uma extensa presença de diversos acréscimos e reinterpretações de seu sentido.

Seus significados foram recebendo tantas intervenções que seus limites e amplitudes hoje caracterizam uma situação de difícil demarcação e esclarecimento diante de tantas posições nas Ciências Sociais.

Para que possamos compreender uma parcela sólida da constituição do sentido e as críticas feitas nas leituras contemporâneas, precisamos abordar antes um pouco da trajetória de uso e caracterização do termo para localizarmos as apropriações e reconstruções realizadas sobre os significados.

Ao consultarmos o sentido etimológico do termo na busca das apropriações iniciais encontramos algumas pistas de sua significação e de seus usos iniciais, pois de acordo com o dicionário de

língua portuguesa Houaiss (2004) a palavra comunidade na sua descrição geral seria um elemento de composição antepositivo oriunda do latim *communis* significando “*que pertence a muitos ou a todos, público comum*”.

O uso deste termo no vernáculo vem desde o século XIII, sendo combinada ou servindo de fonte aos derivados latinos *communio* e *communonis* de onde se constituem os termos comunidade, associação e comunhão, entretanto os registros mais antigos de uso da palavra comunidade em sua expressão definitiva na escrita datam de acordo com a fonte consultada de 1272.

O termo *communis* fora também amplamente usado na linguagem romana posteriormente, servindo como base para formação de palavras como *comum*, *comua*, *comum-de-dois*, *comuna* que dentre outras palavras, origina o termo comunismo e comum.

Em suas acepções substantivas e derivações metonímias ou de extensão de sentido presentes na linguagem, a definição cobre desde o âmbito biológico ao jurídico.

Nesses campos podemos encontrar significados de grupamento de indivíduos; estado ou qualidade de coisas; organização ou comunhão consciente; manifestação unida de um conjunto de indivíduos organizados; conjunto de habitantes viventes na mesma área ou Estado estando irmanados por um legado histórico e cultural comuns dentre outros significados similares que parecem sugerir a forte compreensão de algo a ser ou que deve ser compartilhado direta ou indiretamente pela coletividade seja ela concreta ou abstrata.

O termo latino *communico* significa “pôr em comum, partilhar” de forma ao estabelecimento de uma ligação ou vínculo entre coisas e de onde se origina a palavra comunicar parece complementar este entendimento de algo compartilhado coletivamente.

Dentro da historicidade das definições nas Ciências Sociais, especialmente nas locuções lingüísticas, socioculturais e ecológicas, em especial na Sociologia, o sentido tem sido relacionado ao uso de um mesmo dialeto ou idioma.

Seu significado é relacionado a explanações de teor abstratos e ideais normativo-descritivos que se reportam novamente para coletividades de homens ou nações através de um sentimento de

obrigação a ser compartilhada devido a suas origens no latim *munus* que significa o “cargo ou dever obrigatório de um indivíduo”.

Assim sendo a comunidade se torna um grupo em busca de uma finalidade concreta comum voltado ao sistema social estruturado ou para certo conjunto de relações sociais estabelecidas dentro de limites geográficos específicos.

É importante considerarmos que os perímetros apontados nestas perspectivas etimológicas reportam para uma concepção marcada espacial e simbolicamente pela identificação via semelhança dos sujeitos, obtida pela partilha de aspectos culturais como a língua, costumes, valores, crenças dentre outros elementos que reunidos formam o somatório de conteúdos constituintes da coletividade.

Esta perspectiva esta adequada principalmente com a abordagem filosófica e Histórica, onde a palavra *munus* estaria de acordo com o dicionário filosófico Herder (1996) estritamente conectado ao latim *moenia* cuja expressão indica “muralhas de defesa”, mas que somado a preposição *cum* se constitui num processo e relação direta pelo seu significado de “obrigatoriedade e reciprocidade entre quem recebe e quem outorga algo” como sendo o meio de “participar e perseguir ao bem comum” numa relação conjunta e indissociável entre a combinação indivíduo e coletivo.

Discutir sobre os aspectos comumente relacionados à compreensão contemporânea de comunidade e de suas extensões parece implicar não apenas no esforço de restabelecermos o encadeamento da formação epistêmica das idéias e palavras, mas na consideração cautelosa dos pontos elaborados e problemas apresentados pelos enfoques sócio históricos das causas e processos da formação dos grupamentos humanos por diversos estudos em ciências naturais e humanas.

Parte das dificuldades na delimitação histórica em explicitar o momento e as causas da agregação humana origina-se também da forte divergência entre historiadores e cientistas sociais quanto à maneira de compreensão da história e da sucessão dos acontecimentos pela adoção da perspectiva do encadeamento progressivo ou da sobreposição de movimentos experimentados pelos sujeitos através da ressonância dos acontecimentos, como nos destaca Hobsbawm (2000).

A aceitação da concepção dos conhecimentos históricos como situados numa trajetória não linear tem correspondido e auxiliado com maior consistência no esclarecimento de questões onde a descrição das causalidades e reflexos se encontra bastante impreciso.

A organização das relações coletivas humanas parecem se constituir também pelo compromisso compartilhado de defesa e preservação de seu território e do coletivo enquanto obrigação desempenhada por todos os participantes.

Esta obrigação segue princípios devidamente acordados entre os indivíduos, conforme também apontam as investigações das ciências naturais, principalmente biológicas, sobre o desenvolvimento das relações associativistas dos seres vivos diante da necessidade de colaboração mútua para assegurar a sobrevivência, proteção e continuidade da espécie no convívio com outros animais e às mudanças ambientais naturais.

Seguramente nenhuma forma de organização entre os homens se constitui sem que ocorra uma exaustiva discussão e conflito entre as partes envolvidas, contudo a motivação da sobrevivência tanto do indivíduo quanto de seus grupos parece indicar que num determinado momento tem de se extinguir uma parcela mínima das divergências ou se estabelecer alianças temporárias para conclusão de determinados interesses.

Certamente a opção dos vencidos ou descontentes era de constituir seu próprio grupo e ordem ou sucumbir ao que fora estabelecido pela maioria.

Estas conclusões acerca dos aspectos basilares na constituição de grupos e coletividades humanas foram devidamente reforçadas pelas abordagens nas Ciências Humanas das características fundantes do coletivo humano e dos princípios que sustentaram esta adesão e continuidade, como na reconstituição indutiva de Rousseau (1999) do caminho percorrido pelos sujeitos de uma vivência individualista para o estado social através da distinção entre a natureza original e artificial do homem.

Neste sentido, a colaboração se estabelece inicialmente como estratégia para assegurar os direitos de existência natural do homem (conservação, sobrevivência e piedade) até o desenvolvimento de meios mais elaborados visando aperfeiçoar suas condições de vida (convenções sociais, política, moral, crença...)

O esforço em delimitar um momento ou quais seriam os contextos determinantes na caracterização das relações sociais denominadas de comunitárias em Ciências Sociais continua sendo dificultoso, pois os estudos e análises desta historicidade carregam algumas controvérsias não apenas na caracterização, mas na definição e no reconhecimento de acordo com cada perspectiva.

Autores como Bottomore (1974) reconhecem e defendem as contribuições dos estudos dos antropólogos sociais sobre o desenvolvimento das coletividades ao pesquisar grupos, tribos e populações camponesas como preponderantes para organização de um instrumental metodológico e para reflexão sobre as relações na coletividade.

Tal perspectiva reconhece a formação comunitária como sendo uma relação criada na interação entre indivíduos e grupos que nascera sobre outras relações vinculadas as necessidades básicas humanas de se organizar para realização de objetivos comuns.

Outras correntes defendem o ponto de vista de compreendermos ou estudarmos a comunidade através da formação da sociedade, entendendo-a como um reflexo da constituição das amplas relações sociais, principalmente em perspectivas como a explorada por Horkheimer e Adorno (1973).

Os autores localizam os estudos comunitários como sendo resultados de investigações iniciais das Ciências Sociais, principalmente da Sociologia sobre as dinâmicas populacionais adquiridas com a expansão da indústria e do modo de vida urbano, gerando a exploração de estudos de macro e micro abrangência, como o das cidades medias americanas realizado por Robert e Helen Lynd (1937), compreendidos nesta posição como marco inicial dos estudos do comunitarismo.

Entretanto, a ênfase destes estudos também esta relacionada ao aparato metodológico, pois destacam aspectos que permitiram uma padronização de novos métodos e procedimentos de verificação científica (neste caso a observação participativa) e principalmente, assim como Bottomore (1974), remetem e subordinam os significados envolvidos na noção de comunidade ao percurso das relações em sociedade.

Para os autores que relacionaram nas suas análises as produções de áreas diversas das Ciências Sociais, especialmente os estudos contemporâneos realizados após a década de 60 no decorrer dos estudos multidisciplinares ou das interpretações que remetam a Etnologia e aos estudos civilizatórios exercidos pela Antropologia, Sociologia, Filosofia, Psicologia e demais campos de produção, existe um outro entendimento para a comunidade.

Nesta perspectiva, que podemos indicar ser num teor mais comunitário, ocorre um consenso quase completo que nomeia o marco comunal como estando geralmente situadas entre a Antiguidade e a Idade Média em oposição às explicações clássicas anteriores, pois são baseadas nos pressupostos da chamada sociedade como predominantes a partir principalmente das grandes revoluções política e científica, com a formação do Estado e da industrialização na composição do viés econômico e orientador das dinâmicas humanas modernas.

As confirmações do caráter agregacional também na espécie humana pelos estudos biológicos, bem como nas contribuições de estudos antropológicos e psicológicos sobre a constituição das coletividades pela constituição das tribos e grupos nômades, colaboraram sensivelmente nas reflexões dos estudos de teor comunitário realizado nas últimas décadas, pois demonstraram que atividades e o cotidiano dos grupos em busca pela sobrevivência e continuidade apresentavam uma necessidade posterior da especialização como estratégia de continuidade, podendo ser entendida também como um dos possíveis caminhos percorridos pelos sujeitos para a constituição das macro-estruturas modernas.

Essa discussão do teor dos aspectos de vínculo nas relações coletivas e seus possíveis significados na reflexão sobre a atualidade serão melhor abordadas nos capítulos posteriores.

Podemos compreender a partir destes aspectos a grande fascinação que a comunidade enquanto tema ou proposta exerce na corrente de pensadores que defende a existência de um espaço coletivo naturalmente presente a partir destas sentenças, explicada por Bauman (1998) em sua discussão da retomada das posições comunitaristas dentro da contemporaneidade:

... o que torna tão atraentes as visões de “comunidade natural” evocadas em obras comunitárias é, acima de tudo, o fato de que ela foi imaginada independentemente do estado e mesmo em oposição a ele. Dá a impressão de que o estado, refletindo os sentimentos populares, foi abandonado pelos filósofos comunitários ao lado “gerador de riscos” da existência humana: ele

cuida da liberdade, mas, ao fazê-lo, deixa os indivíduos entregues a seus recursos manifestamente inadequados, na luta para navegar entre os riscos da liberdade, a fim de chegar ao ponto da “escolha significativa”. Como outrora a nação, do mesmo modo agora a “comunidade natural” simboliza esse sonho de um porto seguro. (BAUMAN, 1998: 241)

Essa semelhança entre a proposta moderna de tonalidade liberal e o comunitarismo que vem sendo retomado na contemporaneidade gera uma controvérsia na escolha dos sujeitos, pois o retoma dentro da concepção atual do que podemos compreender por comunidade, intenções de uma suposta segurança, proteção, unidade e colaborações anteriormente presentes na idéia de Nação ou Estado-nação.

Sabemos que tal perspectiva do Estado possuía discursos e atividades que buscavam promover os mesmos objetivos de integração via uma identificação por laços históricos e culturais próprios a uma determinada região e grupo, obrigando as propostas comunitárias a se posicionarem entre uma situação de total liberdade individual de seus aspectos constitutivos ou na afirmação de que sua base constitutiva precede toda e qualquer escolha a ser adotada pelos seus membros.

Giddens (1991) salientara esta tendência de contraste ao apontar que os estudos sociológicos buscaram diferenciar uma forma eminentemente coletiva, ligada à idéia de comunalidade de relações de cunho social, vistas como caracteristicamente impessoais na modernidade.

Todavia, Giddens também alega que ocorrem diferenciações nas análises e nas suas reflexões que acabam por distinguir erroneamente os conteúdos ligados ao comunal e ao social.

Para ele tais estudos compreendem os acontecimentos como sendo resultantes de um mesmo fenômeno sem maiores distinções, como nas alegações de uma tendência moderna de desintegração das comunidades na cidade, cuja afirmação tem sido confrontada pelos estudos urbanos sobre o que apontam como sendo na realidade o crescimento e reivindicações de afirmação dos guetos e grupos de cunho comunal diante das generalizações e uniformidades modernas.

Novamente Bauman (1998) parece nos trazer maior elucidação das abordagens contemporâneas ao tratar desta improvável semelhança nos discursos trazendo ao debate a carga e finalidade do que podemos entender por diferenças para os estudos e autores liberais e os comunitaristas.

Os primeiros têm a diferença como um aspecto externo do sujeito para representar a diversidade de escolhas às quais o indivíduo pode optar, enquanto na perspectiva comunitária a diferença serve como elo integrador por fazer parte da coletividade, o dito ser diferente, que representa a afirmação de uma postura diante de outras formas de viver e existir. Por este motivo diz que a proposta liberal da diferença está voltada a *liberdade individual* enquanto a comunal indica *o poder do grupo para limitar* esta liberdade do indivíduo.

A questão da escolha parece incidir fortemente na constituição dos grupamentos humanos e na reflexão acerca de projetos que escapem das amarras modernas, pois indica não apenas as características dos sujeitos que dele fazem parte, como os meios adotados pelos membros no convívio e aceitação de novos repertórios políticos ou culturais com os quais possam vir a se identificar.

Isso fica implícito nesta passagem de Bauman que aparentemente resume a posição comunitária de hoje:

A teoria comunitária (exatamente como o liberalismo, no que diz respeito a isso) é uma ideologia moderna, elaborada e preconizada segundo condições modernas – ou seja, sob as circunstâncias em que a escolha é não só uma possibilidade, como uma realidade a que é difícil escapar. Os indivíduos modernos estão “sentenciados” a uma existência de escolha..... O determinismo em estilo comunitário não é automático. Paradoxalmente, sua ação não pode completar-se sem o papel ativo desempenhado pela vontade e escolha humanas. (BAUMAN, 1998:234)

Aceitar a diferenciação nas *escolhas* dentro de prerrogativas comunais contemporâneas parece implicar numa transformação de longo prazo dos elementos constituintes desta opção de vida coletiva, podendo inclusive extinguir com tais grupos.

Todavia, determinar as escolhas arbitrariamente sugere uma seleção orientada, onde surge a afirmação sob um exclusivo ponto de vista do que é certo e errado, suprimindo as devidas relativizações e questionamentos.

Esse dilema causador do *paradoxo* dos comunitaristas na modernidade, como nos afirma Bauman, teria origem nas bases de formação e perpetuação do nacionalismo moderno e do

Estado-nação, o qual acredita ser a origem principal das perspectivas comunais propagadas na atualidade.

Uma discussão atenta dos princípios fundados na modernidade pela inclusão da noção de sociedade e de seus impactos sobre a comunidade será realizada nos capítulos posteriores.

Desta forma poderemos realizar também as relações com o projeto de escola e educação historicamente situadas na realidade contemporânea atual com as divergências e controvérsias emanadas da sociedade atual, na medida em que o modelo de educação majoritariamente presente nos espaços educacionais segue uma proposta explicitamente urbano-industrial desenvolvida nas décadas de 50 e 60, como nos indicam Pereira (1963, 1967 e 1976) e Mello (1993).

Esta forma de organização e ampliação dos sistemas de ensino é firmemente pautada nas idéias nacionalistas de uniformidade, rigidez e arbitrariedade como meio eficaz de tratamento dos conhecimentos hierarquicamente organizados e voltados a uma formação que perpetua a ordem social vigente, como já nos apontaram os diversos estudos reprodutivistas e da teoria crítica sobre os aspectos culturais e sociais em conflito no espaço escolar e educacional.

Apesar das motivações do atrelamento entre indivíduo e coletivos e das modalidades desta dinâmica serem importantes na compreensão inicial bem como na visão atual dos significados da comunidade, optamos por fazer uma abordagem de teor abrangente e sucinto desta questão nas ponderações e construções do estudo para que possamos realizar uma focalização apenas sobre as análises dos significados e apropriações do que hoje compõe a comunidade através da literatura científica pesquisada.

Este enfoque teve o intuito de repensarmos os projetos educacionais contemporâneos, embora reconheçamos a necessidade de abordagens mais detidas desta interação não apenas no mapeamento das organizações coletivas humanas em sua formação através do diálogo entre indivíduo e coletivo, mas também na apreensão e reflexão das expressões da vida humana na atualidade, como nos movimentos sociais; nas famílias; instâncias governamentais, religiosas e suas representações; legislações; iniciativas econômicas e seus financiamentos além das demais formas de expressão coletiva dos sujeitos.

Sendo assim, a discussão dos significados e a compreensão do ideário que fundamenta a comunidade na sua interação com o meio educacional e a contemporaneidade, indicaram a necessidade de analisarmos uma parcela do curso da concepção nas produções das Ciências Humanas, principalmente nas Ciências Sociais onde a questão fora tratada inicialmente e de onde se fundamentaram diversificados movimentos e correntes de abordagem do tema.

Nossa intenção ao enfatizar as análises dos significados que permeiam a comunidade não se encontra no intuito de realizarmos um delineamento rígido e definitivo da mesma, mas de apresentarmos marcos sócio-históricos bastante significativos da constituição atual da comunidade.

Esta caracterização da comunidade contemporânea sem dúvida resulta de sucessivas correntes de conceitos, interpretações, argumentos e situações em debate num dado contexto que parecem persistir no presente, numa condição de permanente ausência de definição, oferecendo trechos distintos e pouco conhecidos do assunto.

Dentre as diversas áreas de abrangência das Ciências Sociais, optamos por trabalhar com uma bibliografia baseada na literatura filosófica e sociológica conjuntamente com as leituras de cunho educacional, cujas aproximações com o tema fossem mais condizentes com a proposta do estudo.

Tais áreas além de serem campos reconhecidos de constituição inicial dos conceitos de comunidade, sociedade e contemporaneidade abordados neste estudo, possuem considerável relevância pela colaboração de seus autores na elaboração de diversas estratégias em educação, através de iniciativas institucionais ou por movimentos sociais, no amplo agrupamento das relações humanas que a circundam.

Adotaremos ao longo do estudo e nas análises deste trabalho uma compreensão das idéias ou noções envolvendo a comunidade e as questões relacionadas à proposta de nosso estudo enquanto quesitos amplos do conteúdo estabelecido coletivamente por pesquisas e trabalhos (cultura, valores, política...).

Dessa forma realizamos uma reflexão cautelosa das causalidades a partir do retorno às formas de expressão e relações originárias dentro de determinados períodos, mas de um significado amplo em sua constituição que impeça uma limitação espaço-temporal da sua problematização.

Tal percepção nos permite abranger e debater o tema da significação da comunidade e demais organizações relacionadas na modernidade, como a sociedade, de uma forma mais dinamizada ao reconhecermos os limites históricos sociais e culturais dos termos e ações inicialmente vinculados, porém sem abdicar da necessidade de retomar suas influências e reflexos na discussão contemporânea pela criteriosa reflexão das bases de pensamentos fundantes.

Assim sendo o reconhecimento de conceitos e definições enquanto *idéias*, ou mesmo *noções*, como sendo algo transitoriamente situado e ao mesmo tempo ilimitado se apresentou como uma opção viável de entendimento parcial da versatilidade em que o conhecimento se desenvolve e da mutabilidade pela qual está freqüentemente passando, realçando a necessidade da argumentação e do debate constante dos cientistas no mapeamento dos parâmetros de constituição da realidade.

Consideramos em nossas análises dentro das linhas apresentadas a presença e colaboração bastante pertinente dos estudos de autores como Horkheimer e Adorno (1973), Tönnies (1963), Schilling (1974), Giddens (1991), Bauman (1998 e 2003) e outros citados durante a discussão e análises.

Estes autores tratam da ocorrência de uma diferenciação no percurso das relações e organizações coletivas de forma a nos permitir distinguí-las e nomear seus agrupamentos de forma própria.

Embora tenham várias divergências, argumentam em favor do fato de haver entre os diversos povos e culturas existem rupturas de tal ordem nos seus percursos que nos impedem de categorizar sua historicidade organizacional coletiva senão pela cuidadosa ponderação dos sentidos, termos e contextos característicos a cada momento.

Dessa forma optamos por sustentar as conclusões de alguns estudos e reflexões de autores clássicos pela contribuição na descrição e análises prévias de contextos, noções e termos que definem o trajeto da antiguidade à contemporaneidade, mas apenas na medida em que seus argumentos podem nos trazer elucidação acerca dos significados previamente constituídos nas coletividades e em especial na comunidade.

Em contrapartida, os dilemas e conseqüências do encaminhamento da coletividade são paulatinamente tratados nos diálogos com autores mais contemporâneos que construíram suas

posições críticas partindo da produção de referenciais semelhantes ou próximas das citadas em relação a determinados pontos da discussão.

Para contemplarmos uma reflexão e discussão mais consistente da comunidade através dos principais pressupostos filosóficos – sociológicos - educacionais e dos conseqüentes intercâmbios nos macro ou micro projetos da contemporaneidade, optamos pela apresentação de uma historicidade compacta e distribuída de acordo com quatro momentos considerados característicos do curso das idéias humanas na atualidade:

- 1) A constituição inicial da comunidade – neste sub capítulo retratamos uma breve retrospectiva dos aspectos fundantes mais expressivos da idéia de comunidade e do processo educativo inserido na constituição do homem pré-moderno, cujas ações e pensamento desde a antiguidade até a Idade Média se baseiam na compreensão de uma totalidade absoluta das coisas e na segurança sobre o que fora estabelecido.
- 2) O antagonismo com o advento da sociedade – este sub capítulo discutimos sobre a construção e o assentamento da idéia de sociedade enquanto uma proposta de superação e desenvolvimento da idéia de comunidade na instauração da perspectiva de uma modernidade urbano-industrial e nos dilemas para orientação das práticas educacionais brasileiras.
- 3) A massificação e a criação do estranho – o sub capítulo apresentamos duas idéias ou noções fortes presentes na atualidade para nomear e determinar o devido lugar bem como um reconhecimento do sujeito: a massa e o estranho, nomeclaturas que salientam os resultados das transformações nas relações humanas e coletivas diante do advento da sociedade e da comunidade contemporânea.
- 4) As opções contemporâneas – O sub capítulo proporcionamos uma reflexão detida acerca de algumas possibilidades de escolha viáveis de serem adotadas pelos sujeitos que vivem esta condição, tendo em vista o contexto e problemas apresentados, mas que podem se voltar para a constituição de alternativas direcionadas a sobrepôr os determinismos modernos.

Vale ressaltar que as elaborações discutidas se pautam em parâmetros e pontos calcados em produções literárias clássicas e recentes, enfatizando abordagens que se centraram principalmente nos dilemas mais expressivos da comunidade, vista por vezes como uma disposição organizacional da macrorealidade ou como área periférica de reflexão por ser entendida como extensão interior de uma microrealidade.

Tais visões nos oferecem uma gama de compreensões variadas dos caminhos organizados pelas coletividades e sujeitos participantes para estabelecer seus espaços, dinâmicas, regras comportamentos e opções percebidas na contemporaneidade imediata. Entretanto a ênfase que devemos obter dessa historicidade é de compreendermos não apenas as estratégias criadas e organizadas para superar as dificuldades num determinado contexto, mas os desafios que podemos e devemos superar.

I. 1 TRAJETÓRIA DA PRÉ-MODERNIDADE – A CONSTITUIÇÃO INICIAL DA COMUNIDADE

Os homens devem ter corrompido um pouco a natureza, pois não nasceram lobos e acabaram se tornando lobos.

Voltaire.

Costuma-se afirmar que o homem diferente de outros seres vivos precisa da colaboração e convivência entre seus semelhantes para que possa sobreviver aos perigos e dar continuidade à sua espécie, pois de acordo com estudos dos primórdios humanos feitos por etnólogos, antropólogos, arqueólogos e paleontólogos acerca dos primeiros povos as desvantagens físicas em relação aos demais animais somente foram possíveis de ser devidamente suplantadas através da racionalidade lógica, representada pela astúcia e na coesão entre os homens para enfrentar e assentar seu espaço, seja pela fabricação de armas ou na construção de estruturas que dificultavam o conflito direto.

Embora não sejam negadas algumas semelhanças entre os homens e os demais seres vivos quanto à organização da coletividade, a constituição de nossos grupamentos é pautada em outros aspectos além da associação, visto que entre os humanos a constituição comunitária também segue uma noção de pertencimento que de acordo com Schilling (1974) partiria de uma participação consciente dos sujeitos:

Cada palavra indica o que significa unicamente pelo fato de não indicar nenhuma outra coisa mais, de ser uma distinção expressa, de estar em certa dependência da correlação ou de exclusão com outras palavras. (SHILLING, 1974:10)

Nesse sentido a distinção citada nos indica não apenas a particularidade nas relações entre os significados dados pelo homem a objetos e fenômenos, mas comprova a intencionalidade no ato de nomear o que se encontra a sua volta, reforçando a correspondência entre a realidade e seus componentes.

A representação da realidade e o nomeio das *coisas* pela recurso da linguagem incentiva constantemente a formação do aprendizado e da ação pela designação e reconhecimento das coisas, caracterizando relações, objetos, espaços e temporalidade entre outros subconjuntos.

Desse modo os significados e as representações elaboradas no convívio de seus pares seguem um contínuo aperfeiçoamento consciente através da interação e definição de mundo e realidade mediada pela linguagem na relação coletiva.

Schilling (1974) sustenta esta combinação da hierarquização, participação e linguagem como sendo uma das possíveis interpretações viáveis para compreendermos inicialmente as motivações da agregação dos homens através da análise de um dos mais antigos vestígios da humanidade na forma de pinturas do período glaciário que antecederia a antiguidade conhecida, onde o posicionamento das figuras numa aparente situação cotidiana expressaria em seus movimentos a necessidade de articulações e interesses compartilhados para o alcance dos resultados obtidos.

Sua análise compartilha dos apontamentos formulados por Rousseau (1999) ao discutir o aperfeiçoamento do pensamento no homem enquanto resultado da linguagem (que partiria do grito natural para inflexões de objetos e sinalizações de cunho simbólico) como ordenadora de mundo e diferencial do estado natural para o social.

Os diversos estudos posteriormente realizados sobre a relação entre pensamento e linguagem de estudiosos como Piaget (1970), Vygotski (1988), Luria (1987), Chomsky (1998) dentro outros que pesquisaram as relações entre pensamento, linguagem e indivíduo apontam para uma aproximação recorrente entre a construção da coletividade e da individualidade humana em todos os seus aspectos e a linguagem, embora sigam trajetórias e argumentações muito diferenciadas.

Estes autores não apenas estudaram o desenvolvimento das capacidades humanas na organização e construção dos repertórios utilizados pelos indivíduos, mas ressaltam e reconhecem a importância da linguagem como principal via de comunicação e desenvolvimento da inteligência nos períodos iniciais da relação dos sujeitos com seus semelhantes e o mundo que lhes cerca.

Sem dúvida este aspecto pode ser considerado como eixo primário na articulação das formas de organização e de representação humana, pois a linguagem não se torna apenas uma simbologia de comunicação, mas ordena e dá sentido aos fenômenos criados ou observados pelo homem, bem como atua na formação das instituições por ela fundadas.

Schilling (1974) salienta nas motivações humanas imediatas de existência, a união entre uma necessidade de colaborar para proteção e preservação da espécie junto ao desenvolvimento da linguagem como sendo as fontes iniciais da formação comunal humana:

A comunidade humana originou-se sempre ante tarefas específicas, por projetos expressos pela linguagem e pelo interesse que têm os homens. Essas tarefas, em, princípio, devem ser tais que só possam ser enfrentadas com a colaboração consciente de um grupo humano. (SHILLING, 1974:13)

A busca constante pelo intenso ordenamento e aperfeiçoamento como estratégia de salvaguardar e continuar sua história e cultura são características fortes nas civilizações da Antiguidade, cujo modo de vida fora sempre voltado ao fortalecimento de seus grupos e territórios.

Schilling (1974) ao enunciar a formação dos grupos humanos indica que sua constituição se funda pelo enfrentamento de um problema, geralmente de cunho físico ou geográfico, onde apenas o auxílio mútuo é capaz de resolver de forma eficaz ao dilema.

Esta cooperação gera uma nova disposição de grupos antes individuais e independentes a desejarem a proteção de seu espaço pela regulação de critérios e instituições capazes de prover o coletivo dentro de seus interesses.

Esta estruturação se executa de forma consciente e organizada nos sujeitos pelas instituições comunitárias (como a religião, a família, a vida política e o império), as quais cabe o papel de afirmar e delimitar os direitos, deveres e obrigações de todos no seu entorno para manter o grupo.

Na maior parte das vezes esta relação é imposta e aceita voluntariamente pela maioria dos sujeitos, por entenderem que tais limites servem de normas essenciais para o reconhecimento da condição de seu pertencimento e ação individual ou grupal, dentro do coletivo.

É importante destacarmos que nos impérios da Antiguidade a figura do líder, independente da alcunha, simbolizava, pelo mito da divindade ou do divino através da religião bem como da política toda uma forma de existir e atuar nas comunidades, onde através da rigidez em seguir tais determinações, os sujeitos pertencentes poderiam usufruir da prosperidade e longevidade.

Schilling (1974) nos relembra esta característica ao tratar dos níveis de influência e representação na comunidade via linguagem exercida pelos faraós:

A comunidade é aí representada como sendo dominada pelos deuses, porque a idéia de um acordo acerca de certas tarefas é inexplicável se se refere somente ao homem e á natureza... O que é determinante não é a representação como tal, não é o mito da origem divina do soberano, nem a genealogia nem as historias dos deuses. O que é muito mais importante é o culto que assim se torna possível. (SHILLING, 1974:30)

Neste sentido percebemos nos propósitos da prática do culto um insubstituível aliado para conservação de uma ordem e de suas relações, por justificar e ritualizar todos os eventos e

produções realizadas numa comunidade, realçando os aspectos que trazem a derradeira assimilação de uma forma de se relacionar e viver entre sujeitos numa totalidade conjunta.

Este seria um dos motivos para se afirmar que toda comunidade tem sempre um teor totalitário, onde somente pode ser reconhecido aquilo que esteja em comunhão a suas leis, costumes e normas, pois indivíduos devem estar sempre prontos ao imediato e inquestionável sacrifício de sua independência para o alcance dos objetivos da comunidade, como nos diz Schilling (1974) a vida do indivíduo *é a vida da comunidade* e apenas nela há sentido e resposta para seus dilemas existenciais.

O líder atuando conjuntamente às instituições formadas no grupo e para o grupo, demarca não somente seu papel de autoridade e as relações de poder, mas definindo uma identificação dos sujeitos com a unicidade chamada de *povo* além de seu espaço, valor, herança e objetivos diante desta coletividade integrada e plena, ao incentivar e reforçar um sentimento geral de pertencimento territorial a ser devidamente incorporado na significação da coletividade conforme nos aponta a descrição abaixo:

As grandes construções, pirâmides e templos, as estradas, as cidades e o sistema dos canais de irrigação marcam a paisagem. Isso não quer dizer que essas grandes construções sejam simplesmente a expressão de uma habilidade técnica. A marca deixada no país pela construção é antes de tudo uma santificação do terreno conquistado, que ele inclui no mito... O homem ou o grupo, sozinhos, não são aqui o conjunto vivo, mas somente o homem e seu povo na sua terra, delimitada diante dos estrangeiros, e inserida no ritmo alterado das estações, onde ocorrem as colheitas, no despontar e no ocaso cotidiano do sol... o homem esta inserido na vida e no mundo que contem todas as coisas, e não é senão por meio dessa inserção que cada indivíduo está em seu lugar, pleno de sentido. (SHILLING, 1974:32)

Percebemos nesta conclusão da real intenção dos vestígios as feições que delineiam a totalidade da comunidade, tanto no seu interior como no exterior, onde os vínculos são fortalecidos e reiterados dentro das atividades cotidianas, representadas pela *marca*, cujos significados devem ser experimentados ao ponto de serem evidentemente percebidos pela figura do forasteiro.

Os estudos das civilizações antigas, feitos principalmente pelos estudos culturais, fornecem grande suporte de considerações acerca dos propósitos e cotidianos de construção da vida

coletiva, especialmente na atenção dada para as formas de institucionalização dos grupos via cultura e demais bases de organização e hierarquização.

A influência desta perspectiva pode ser subentendida na discussão de Horkheimer e Adorno (1973) sobre os estudos das comunidades rurais que abordavam as mudanças do meio de vida na transição para o capitalismo.

Segundo a análise dos autores, as pesquisas de cunho rural ostentavam inicialmente uma forte oposição ao modo de vida social estabelecido com as cidades, dentro do que chamou de *idealização romântica* das circunstâncias vivenciadas no meio rural.

Esta visão surgira no século XX após as primeiras experiências com o sistema liberal, cujos contornos já demonstravam desde tal período as muitas dificuldades e dilemas referentes a uma existência que priorizava ao espaço e relações urbano-industriais.

Os problemas da transição no modo de vida campo-cidade trouxeram as pesquisas populacionais e culturais um conflito onde alguns autores propunham uma diferenciação entre o que estaria ligado a noção de comunidade e a de sociedade, porém a questão fora aparentemente apaziguado na realocação das questões para uma esfera macro, onde a sociedade detinha uma significação que lhe permitia absorver os significados vinculados com a comunalidade.

Certamente na atualidade há uma disposição para a compreensão destes espaços diametralmente oposta, trazida pelas perspectivas multiculturais e políticas afirmativas de diversidade no reconhecimento de ambos os espaços como constituídos por diferenças que nos permitem elaborar análises e pesquisar situações totalmente distintas devido a toda uma carga de informações, interesses, relações e objetivos diferenciados.

Todavia fora justamente dentro deste contexto de cisão do meio urbano com o meio rural que encontramos a primeira noção a contemplar um caminho mais distinto e específico entre sociedade e comunidade, apresentado na obra do filósofo e sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1963).

O autor parte da leitura dos processos de relações como sendo orientados por dois tipos de vontades: a orgânica, representada pelos impulsos e desejos aplicados ao âmbito afetivo por uma

força direcionadora instintiva, e as reflexivas, constituídas de atividades mentais direcionadas ao abstrato, sendo, portanto, de conteúdo deliberado e proposital voltado a objetivos orientados.

As vontades que governam as relações humanas seriam originadas respectivamente das relações estabelecidas na *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade ou *associação*). Na comunidade os indivíduos mantem uma relação por vínculos naturais (sobrevivência, proteção...) e sentimentais proximais e intimistas comuns a todo o grupo, exemplificados pelas relações familiares, grupos de parentesco, vizinhanças e tribos.

Em contrapartida, na sociedade os sujeitos firmam de forma deliberada e racional acordos convencionais pautados no interesse pessoal, usando como ilustração as bases econômicas que regulam as cidades e o Estado moderno.

Dessa forma a comunidade é conduzida pela sua expressividade e organização através das crenças e forças religiosas na intervenção das condições e realidade vividas pelos seus membros, ao passo que a sociedade/associação tem um teor inteiramente produzido e instrumentalizado na opinião pública para afastar as relações que não estejam adequadas a sociabilidade contratual, aos contatos e intenções políticas pretendidas.

A comunidade na sua caracterização mantém a ordem e a lei entre o povo (*volkstum*) pelo isolamento e hostilidade velada aos que buscarem o conflito ou numa relação distanciada com outro (a)s organizações. Em oposição, a sociedade progride pela manutenção de convenções e de um medo mutuo nas relações, tendo o Estado (*staatstum*) o dever de proteger sua civilização através da legislação e política.

Nessa perspectiva, os processos educacionais, embora adequados as especificidades de suas respectivas culturas e povos, seguem um ensino baseado na oralidade e na tradição adquirida pelos ensinamentos ao longo de gerações, onde a idade e experiência possuem maior destaque, valor, e reconhecimento do grupo.

A formação se baseia na apreensão dos códigos lingüísticos e de conduta necessários a convivência e na posterior continuidade na transmissão da cultura ao coletivo e igualmente construída pelo coletivo.

Muitas comunidades e localidades afastadas das grandes cidades continuam perpetuando esta forma de educação, embora também possamos encontrar tal maneira de tratar o conhecimento e o aprendizado em grupos religiosos e étnicos preconceitualizados ou marginalizados na sociedade moderna.

Os estudiosos gregos e chineses embora fizessem uso freqüente da escrita, destacavam com intensidade a oralidade através de contos, prosas, versos, dramatizações e cerimoniais políticos e religiosos como arcabouço lingüístico e cultural indispensável para a vida coletiva de seus membros e ao pertencimento nos grupos.

Essas caracterizações foram utilizadas para designar grupos pertencentes a uma mesma organização coletiva, quanto a diferentes sociedades, como nos salienta Bottomore (1974), contudo na maior parte das vezes em que fora reiterada destinava-se a realçar diferenciações de cunho social e internos da sociedade, o que parece escapar aos objetivos propostos pelo estudo do autor.

Tal abordagem fica explicita ao nos recordarmos, por exemplo, da noção trazida por Warner(1937) num estudo sobre as populações australianas, trazendo a noção de comunidade como formada pela *pluralidade de homens* que estariam unidos por interesses e sentimentos comuns devido ao simples fato de pertencer ao mesmo grupo social.

Buscar explicar e sobrepor na sociedade os princípios e significações para a constituição comunitária parece ser de fato não apenas gerador de um desgaste desnecessário, como uma rota incoerente ao realizar um esforço por manter uma tensão sustentada em construções resultadas por relações que seguem idéias e significados muito distintos.

A contemporaneidade aparenta tentar sinalizar e, sobretudo, direcionar para esta tendência de globalizar mesmo que de forma conflituosa as compreensões e significados da constituição humana, inclusive da formação inicial das comunidades, onde tudo se torna regido ou resultado das intrínsecas e múltiplas relações sociais de âmbito global unificado.

Bauman (2003) questiona e retoma a discussão de teor comunitária focando-a na intenção do que constitui suas nuances, sejam as de ordem romanceadas ou efetivas, por conta da incidência persistente no resgate contemporâneo desta noção sem os devidos esclarecimentos.

Apesar da retomada comunitária aparentar se caracterizar como alternativa viável, principalmente pela evocação de segurança rígida que nos traz, contra a ameaça constante de absoluta liberdade que sofremos estando na dinâmica insegura moderna, o dilema identificado na questão da segurança versus liberdade parece interminável e sem solução. Diante das posições encontradas hoje, comenta:

A promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada á custa da segurança. Mas a segurança sem liberdade equivale a escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal um tipo muito inseguro de segurança); e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado (e, no limite, sem uma injeção de segurança, acaba por ser uma liberdade muito pouco livre). (BAUMAN, 2003:24)

Ressaltando as conseqüências da ênfase sobre uma das escolhas da vida coletiva, apresenta uma realidade na jornada humana dual e ao mesmo tempo inconciliável quando transportada para a atualidade.

Para o autor, na contemporaneidade tendemos a buscar sobrepor um implicando na diminuição do outro, criando uma situação a qual a História indica certa confirmação.

Percebemos tal dilema quando associamos a fundamentação e organização dos povos e nações na Antiguidade, cujas condições e relações denotavam um consistente caráter comunal firmemente constituído para fincar o lugar e posição de seus grupos sobre os demais.

Na consolidação das idéias surgidas no liberalismo ocorrera o mesmo, pois para superar as tradições e costumes anteriores supervalorizou a individualidade e a liberdade como estratégias de conquista e desenvolvimento, como veremos a seguir.

I. 2 TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO: A MUDANÇA COMUNITARIAL-VIA PRESSUPOSTOS

Vim, Vi e venci.

Caius Julius Caesar – Ásia 47 a.c

A formação e continuidade das coletividades anteriores pressupunham a co-actuação das instâncias que representavam a cultura e o modo de vida dos povos para manter as características e plenitude do grupo.

Para esta finalidade era necessário impedir modificações nas tarefas, direitos e deveres na hierarquia constituída. Porém, a busca pelo controle do coletivo jamais impediu o crescimento de segmentos e idéias diferenciadas sobre a condução dos povos.

Dentro desses movimentos e construções no processo histórico e contextual das relações humanas, surgiram as noções basilares da ascensão e hegemonia do projeto moderno, instituídos pelas discussões do movimento iluminista e das revoluções da indústria e ciências na organização do Estado-nação, da cidadania, da civilização, bem como na idéia de instituições sociais enquanto novos meios de sistematização, ordenamento, negociação e transito das relações coletivas como conhecemos.

As possibilidades humanas passaram a ser devidamente estabelecidas, mensuradas e demarcadas segundo os parâmetros que foram delimitados e normatizados por pressupostos contidos nas leis do Estado em contrapartida aos limites físicos dos muros e ações dos sujeitos.

O símbolo da mudança de mentalidade e concepção de realidade visualizava-se na cidade, marco de referência do pleno desenvolvimento e progresso financeiro-comercial e tecnológico em direta oposição à vida no campo, entendida como uma opção atrasada e de retrocesso.

É importante ressaltar que o significado e a origem da *polis* e do Estado de onde costumamos subentender a cidade moderna e respectivamente a modernidade, remetem também a Antiguidade e em especial aos povoamentos gregos, formados a partir de tribos nômades, nos quais o entendimento e funcionamento de Estado era na *polis*, cujo significado, como nos recorda

Schilling (1974) era de *fortaleza de homens livres capazes de se defender e vivendo nas cercanias imediatas do domínio*.

Portanto o termo que posteriormente seria focado apenas na perspectiva da cidade com os próprios gregos e do progresso com a indústria e comércio possui raízes significativamente comuns à organização comunal anteriormente discutida.

O espaço, a defesa e a vivência coletiva eram os princípios maiores de sustentação pelos povoamentos iniciais gregos serem extensivamente formados em comunidades e somente após suas reflexões acerca das formas políticas e exercício dos princípios filosóficos e culturais voltados à vida cidadina, podemos de fato relacionar a cidade e a *polis* com a modernidade.

A relação estabelecida com o meio citadino veio a ser demarcado através da noção de sociedade, discutida por Horkheimer e Adorno (1973) como sendo o resultado da progressão da burguesia dentro da formação de um estado tendencialmente inerte até meados do século XVIII e XIX.

Nesse processo, as revoluções liberais reivindicaram o direito natural diante das leis do estado, num esforço por consolidar o processo de transição da influencia do segmento comercial em franca ascendência nas decisões do Estado a ser constituído no fim da aristocracia e no firmamento da indústria e ciência como conhecimentos racionalizados voltados ao desenvolvimento humano.

A vitória da classe burguesa marca a hegemonia da doutrina que classifica a sociedade como instância responsável por salvaguardar os contratos sociais da propriedade e do domicílio, segundo os pressupostos de filósofos como Locke.

Os autores ressaltam também a necessidade de percebermos que o liberalismo e o iluminismo representaram reflexões cruciais para a mudança, na medida em que substituem as relações do direito natural e divino do absolutismo pelo direito civil e social, com leis e instituições que possam reprimir as tradições bárbaras de guerra e violência comumente relacionadas a condição natural/ inatista do homem.

Nessa posição apenas uma nova forma de acordo, estabelecido pelo contrato social e pautada na razão, seria realmente eficaz para salvaguardar a propriedade privada e os direitos de cada

indivíduo. Passa a ser do Estado e de suas instituições a responsabilidade por garantir este acordo e a segurança do seu povo, individual e coletivamente.

Este seria o momento culminante do processo que os autores classificam por dominação, oriunda da insegurança sobre o que está oculto, a sensação descrita como sendo *medo de todos a todos* que se torna *temor a um único poder situado acima de todos*, porém sem um rosto ou modo de atuação definido, ou seja, ausente de uma figura, espaço ou forma que sejam percebidas nitidamente.

Contudo, a tarefa de obrigar os indivíduos a se submeterem pela força tão criticada pelos iluministas e modernistas nas existências comunais ganha apenas uma nova roupagem, aparentando beneficiar com suas promessas aqueles dispostos a sujeição das regras institucionais e da lei que precisariam reconhecer voluntariamente seu novo espaço e lugar.

A vida humana, seja em teor coletivo ou individual, se torna possível apenas para tal perspectiva no convívio da socialização moderna onde cada um realiza uma atividade determinada e dividida para o funcionamento das engrenagens sustentadoras da sociedade.

Desses princípios surgiram as noções mais expressivas da sociedade, como a apontada por Horkheimer e Adorno:

...entendemos por “sociedade” uma espécie de contextura formada entre todos os homens e na qual uns dependem dos outros, sem exceção; na qual o todo só pode subsistir em virtude da unidade das funções assumidas pelos co-participantes. A cada um dos quais se atribui, em princípio, uma tarefa funciona; e onde todos os indivíduos, por seu turno, estão condicionados, em grande parte, pela sua participação no contexto geral. (HORKHEIMER & ADORNO, 1973:25)

O indivíduo e sua existência, nesta perspectiva se tornam mais complexos pela fusão com a unidade geral, e posteriormente global, participando ou sendo diretamente empurrado para dinâmicas sociais de interação/socialização entre os sujeitos e representações vistos como seus semelhantes.

A finalidade e obrigação dos membros são de auxiliar no prolongamento das instituições como estratégia política segura de evitar o caos, a desordem e a barbárie da vida antiga, sobretudo no

esporádico sacrifício ou supressão de alguns direitos assegurados legislativamente para evitar a ruína das instituições, especialmente as econômicas que em pouco tempo se tornaram as mantenedoras imprescindíveis da vida moderna em sociedade.

A educação requeria uma formação mais padronizada que estivesse em plena harmonia com os interesses e necessidades das novas relações sociais em vigência, principalmente com o advento da indústria, comunicações, transporte e das tecnologias possibilitadas pelos avanços nos estudos e técnicas científicas.

O contexto exigia uma especialização e capacitação maior no uso dos recursos disponíveis para aperfeiçoar e aumentar consideravelmente as projeções dos investidores nas relações entre capital disponível na economia e a produção em vigor.

O desenvolvimento da sociedade brasileira com a industrialização ao longo das décadas de 40 a 60 exemplifica com clareza as prioridades e, em parte, os resultados do projeto moderno para a organização da educação.

Podemos perceber esse aspecto na ênfase dada pelo documento no uso do termo *utilização sistemática das forças, que podem criar condições modificadoras dos estados graves de carências, matrizes principais da desorganização social* pelo ministro do Estado, Educação e Saúde Nelson Roméro, diretor geral do Departamento Nacional de Educação em 1951 ao mencionar nos relatórios ao departamento e ao presidente Getúlio Vargas uma urgência na mobilização das instituições para promover um sistema eficaz de educação.

A discussão e conclamação do relatório referem-se a uma atuação organizada nacionalmente para implementação da campanha de educação rural para equalizar a distribuição social dos bens e recursos tecnológicos como via de promover o que acreditavam ser o *progresso humano*, denominado nos documentos como *adestramento via educação de base*.

Essas políticas eram justificadas pelo fato de tais regiões estarem isoladas e atrasadas em comparação aos meios produtivos comumente utilizados, sendo desta forma primordial a adoção de programas de incentivo não somente para alfabetização ou escolarização convencionais, mas o ensino e o preparo no domínio das técnicas consideradas mais adequadas a uma realidade que se encaminhava.

Era sem dúvida uma tentativa de alcançar o dinamismo do sistema liberal mundial, onde as exigências da indústria e comércio focados na economia da produtividade já superavam as necessidades específicas regionais:

...Já não é mais alfabetizar em massa, construir escolas ou ensinar o combate á erosão, mas substituir uma cultura por outra, mais adequadas as condições atuais do mundo. (MEC, 1952: 56)

Havia uma intenção explícita de compatibilizar de maneira diretiva o mundo local com o amplo enfoque estabelecido na modernidade e a escola, entendida como área de introdução, formação e transmissão das normas e valores mínimos ao convívio em sociedade, não havia atingido ainda a consideráveis partes do território nacional, cujo sistema político e regional continuava a se sustentar até aquele momento na dualidade entre campo e cidade com setores e relações coletivas excessivamente desiguais.

O programa educacional em desenvolvimento, tanto no seu conteúdo quanto na abordagem dos conhecimentos influenciados pelos modelos europeus e da América do Norte, previa a rápida introdução no cotidiano de ferramentas e idéias condizentes com as expectativas das grandes metrópoles, consideradas os centros nervosos do progresso e fornecedoras dos recursos (cultura, finanças, empregos...) mínimos necessários à qualificação dos serviços a serem exigidos dos futuros trabalhadores e das regiões atrasadas.

A situação da escola e do ensino primário carecia de iniciativas voltadas a superação dos altos índices de analfabetismo presentes nos dados do INEP em 1954, onde a relação da distribuição de matrículas entre as séries e ciclos totalizavam apenas 6% de uma população de 9 100 000 habitantes na faixa etária de 12 a 18 anos, uma situação considerada hoje uma representação absurda das necessidades da contemporaneidade na qual os pré-requisitos mínimos para inserção na formação básica são muito diferentes.

Os dados e estatísticas apontavam um amplo remanejamento conjuntural do espaço escolar e suas instâncias de forma a obrigar Divisão de Educação a criar alternativas que coordenassem as instituições de cunho extra-escolares, como o cadastramento das instituições culturais regionais no país no intuito de registrar todas as suas atividades e acomodá-las num projeto

nacional de educação unificada, uma necessidade visível nos dados da despesa pública com o ensino em 1951, que revelam um investimento de apenas 2,5% da renda nacional para o setor da educação.

Dentro das considerações apresentadas fica evidente o intercâmbio da organização e princípios societários com a educação segundo uma formação inter-relacionada na qual o sujeito apreende uma base de conhecimentos nos espaços sócio-culturais demarcados.

Nessa dinâmica as normas, objetivos e estratégias de aprendizado são determinados de acordo com as normalizações estipuladas institucionalmente, dentro da qual cabe essencialmente ao estabelecimento escolar e educacional formal a tarefa de prover as futuras gerações com a aquisição de uma formação destinada as demandas do mundo do trabalho.

Pereira (1976) Foi um dos principais autores a tratar da questão das relações coletivas e de sua importância com a dinâmica educacional no período. Entendia nas suas análises esta relação entre a escola e a comunidade como sendo um tema crucial nas discussões empreendidas sobre o desenvolvimento do país.

As Ciências Sociais no país discutiam algumas das implicações que permeavam as idéias da *Teoria Geral da Sociedade* em desenvolvimento pelos especialistas a partir da compreensão de dois grupos: o dos educadores, com uma abordagem de análise pautada em conteúdos pedagógicos e sociológicos e de um ramo de dos sociólogos com antropólogos, com análises macrosociais, voltadas a contextos extra-escolares.

Ambas as perspectivas entendiam as instituições escolares como os eixos de intervenção direta no sistema social. Esta concepção de sociedade como modificável exclusivamente pela ação da escola, fora e continua sendo em muitos casos a orientação dos projetos educacionais e dos discursos por ele identificados como de natureza *progressista*.

Sem dúvida o discurso progressista apontado pelo autor possui uma clara referência às perspectivas sociológicas positivistas balizadas nas teorias e análises institucionais de Weber (1936) e nas premissas da educação como um processo dual de transformação social ressaltadas por Durkheim (1964).

No discurso reacionário a escola é vista como a fonte sustentadora das normas, regras crenças e hábitos a serem reproduzidos no espaço social por ser a área social que processa a continuidade da organização da sociedade, enquanto na argumentação emancipatória, a escola continuaria sendo vista como crucial na sociedade, porém a ênfase se aplica aos aspectos relacionados com a crítica e reflexão dos conhecimentos que adquire e transforma para conduzir ao questionamento da sociedade sobre suas práticas e padrões.

Foram tais questões que influenciaram na construção da noção de Pereira (1976) da escola como sendo uma *agente socializadora* que se porta como transmissora da herança cultural e condutora dessas noções para os sistemas sociais.

Ao espaço escolar dentro desta noção, assim como a empresa, cabe a função de trabalhar para capacitar sua clientela com instrumentais que seguem um processo chamado de *endoculturação* na perspectiva indicado por Herskovitz (1952). No seu entendimento, nos espaços de formação educacional são transmitidas as *técnicas elementares de cultura* (leitura, escrita e cálculo) e as noções de *cultura geral* (História, Geografia, Ciências físicas e naturais...).

Os conhecimentos são transmitidos para acomodar o sujeito nos meios culturais urbanos inseridos no sistema urbano-industrial, permitindo um controle apurado dos resultados que seja contínuo.

Esse processo é próprio das escolas de ensino primário, pois atuam como estrutura inicial para as atividades de ensino-aprendizagem dos seus participantes e na organização dos trabalhos pedagógicos do construídos no estabelecimento.

Outro aspecto a ser destacado nestas análises de aproximação escola-sociedade principalmente no meio urbano e industrial da sociedade esta no fato destes procedimentos serem *consensualmente visados* pelos participantes da escola e moradores da denominada *área-escolar* conforme aponta Pereira (1976).

De acordo como autor tal estratégia é estimulada e possui aceitação, pois representa um meio de impulsionar os educandos a travarem contatos com experiências e oportunidades de ascendência através da cultura, entendida pelos princípios sócio educacionais modernos como

pré-requisito indispensável de enfrentamento e superação das desigualdades nas condições de vida sociais dominantes.

As idéias de organicidade e perfeição evocadas com a progressão das análises nos estudos das Ciências Sociais, em especial na Sociologia, adquiriram nas relações coletivas o sentido de eficácia e de produção nas dinâmicas vinculadas ao trabalho e nas diversas esferas de interação no decorrer da auto-afirmação da sociedade como um modelo de vida e convívio humano.

Todas as normas e contratos estabelecidos expressavam este teor como fundamental para preservação da segurança e principalmente da liberdade conclamada na inserção inicial da perspectiva liberal constituída na burguesia do Ocidente desde o século XVII.

Todavia a assimilação, dentro da analogia com o maquinário desenvolvido pelo homem, não conseguia sustentar os anseios de segurança por impedirem a plena funcionalidade do sistema institucional e da legislação como laços de integração eficazes.

Foi justamente tal situação que salientara uma das primeiras crises dentro da sociedade que levava ao que Bauman (2003) nomeara como as *tendências do capitalismo moderno* ao longo do século XX.

Ou seja, a necessidade de contemplar novos parâmetros de desenvolvimentos pautados na crença de que a estrutura e funcionamento das instituições eram o melhor meio de regular e construir novos valores bem como objetivos para coletividade, levaram a reformar as noções que vinham sendo adotadas na modernidade.

A primeira destas tendências de redefinição modernas seria da realocação de todo o conjunto de cotidianos em torno de um sentido mais naturalizado (pela vida no campo, na lavoura em contato direto com a natureza) presente nas comunidades antigas para uma *rotina artificialmente* constituída, ou seja, formada por necessidades ligadas a razões produtivas e abstratas.

Desse modo a temporalidade e a prática do dia-dia que antes seguiam um ritmo próprio e quase instintivo são redefinidas no intuito de dirigir e impor condições de vida e existência mais condizentes com os resultados apresentados por estudos acerca do tempo, movimento e organização científica no trabalho do taylorismo.

Na segunda mudança da vida moderna ocorre um resgate de concepções e sentidos comunitários adaptados à estrutura societária, uma tentativa de amenizar os efeitos nas relações impessoalizadas pela presença da máquina e da eficácia, de modo a compor seu interior principalmente na idealização da perfeição das *ciudades-modelo*, como as descritas nos estudos de Horkheimer e Adorno (1973) e demais sociólogos nas décadas de 20 a 50.

Esses estudos demonstravam uma crença na plena recriação dos vínculos da comunidade ou de seus princípios no ambiente de trabalho, ocasionando numa associação que preencheria o espaço e demais aspectos ligados ao trabalho com vínculos comunais.

Essa era de ordenamento calcado na razão e na monitoração dos ditos *quotidianos* buscava redimensionar os conflitos e dúvidas sobre a condução da modernidade ainda identificada e maravilhada apenas com as realizações industriais e científicas humanas.

A dificuldade para lidar com as rotas inseguras do percurso moderno que vinha sendo desenhado levaram ao aparecimento e delimitação das aparentes *comunidades cercadas* por extrema segurança e meios tecnológicos num verdadeiro *espaço extraterritorial*, entendido por Bauman (2003) como o atual refúgio selecionado pelas elites contemporâneas para manterem seus direitos de estarem distanciados dos dilemas e confusões do cotidiano comum nas cidades, garantindo sua separação dos denominados *intrusos*, sujeitos que seguem sua vida e caminhos de acordo com seus desígnios.

Estas situações de inadequada ligação da disposição de um segmento social numa localidade como a descrita acima, fazem parte dos equívocos que podemos realizar nas nossas análises como nos alerta Giddens (1991) ao frisar que o entendimento indispensável acerca da comunidade local deve ser cauteloso quando realizamos a comparação entre contextos tradicionais e modernos.

Para o autor as denominadas por ele *relações localizadas* são sempre regidas e transformadas espaço-temporalmente por serem como fonte ou aspecto mais constituinte o que nomeia de *segurança ontológica* nestas comunidades, mas na modernidade tornam-se dissipadas pelo seu conteúdo diverso e múltiplo que não comporta mais tal rigidez.

Esses abalos nas afirmações e cláusulas estabelecidas pelo contrato vigente entre os indivíduos e as instituições foram os maiores condutores dos atritos e incômodos que submergem na contemporaneidade.

As realizações, por vezes, ineficazes da modernidade levaram em muitos casos a adesão de coletividades aos regimes totalitários que apelavam para uma idéia de segurança e ordem similares aos presentes nas comunalidades, porém tratam-se de meras interpretações deturpadas.

Entretanto, nenhuma das opções modernas conseguiu suprimir as nuances e dilemas produzidos em seu próprio meio, apenas inflamaram as já desgastadas sensações de incompletude e desorientação de mundo, obrigando seus participantes a integrarem inconscientemente ao todo ou a resistirem como marginalizados.

I. 3 CONSEQÜÊNCIAS MODERNAS – A FORMAÇÃO DA MASSIFICAÇÃO E DO ESTRANHO

Quando as perspectivas de construir uma comunidade realmente duradoura e extratemporal se enfraquecem e tornam-se cada vez mais nebulosas, as reservas de hoje inúteis de irrequieta energia geradas pela insegurança inerente á existência humana são transferidas para o domínio espacial e temporal do eu.

Zygmunt Bauman – Em busca da política.

O aperfeiçoamento das premissas sociais pertinentes á modernidade na contemporaneidade, por vezes em colaboração com aspectos e modos da vivência próprios á comunidade, indicam um rastro histórico da permanência de grupos e povos num esforço para salvaguardar características e vestígios de experiências e cotidianos anteriores ao dinamismo da constituição das idéias e manifestações humanas na modernidade.

Bauman (1998) alega que tais premissas provocam também uma insatisfação ou procura constante por iniciativas que possam ao menos reduzir o esforço dos discursos e práticas

modernas de ordenar a realidade dentro de padrões e valores tidos como sendo de interesse universal, ou na constante busca da *pureza* humana.

Para o autor esta valorização de uma suposta perfeição humana significa entender o diferente como alguém que desequilibra e ameaça todo um projeto de inserção, adequação e unificação global das formas de ser e estar do homem na atualidade, ocasionado junto ao avanço de caráter perpétuo das idéias e valores modernos.

Foi baseada neste modo de constituir os coletivos e as relações que a ciência moderna demonstrara em seus postulados a possibilidade de plena explicação e compreensão dos fenômenos naturais e de variados dilemas humanos.

As idéias iluministas afirmaram a certeza de uma infinitude nas capacidades humanas pelo estímulo na criação e aperfeiçoamento das formas constituintes da totalidade humana. As mudanças sóciopolíticas sustentaram a primazia pela liberdade do indivíduo e de novas convenções via contratos que homogeneizassem a ordenação do espaço e do tempo dos sujeitos, enquanto a indústria firmava uma opção de produção e comércio centrada no acúmulo que se estendia para além da subsistência, indo de encontro a todas as facetas dos sujeitos.

Uma das ocorrências que denotam ilustrativamente este engajamento contemporâneo de unificação inadequada dos conhecimentos e ao mesmo tempo, a dificuldade na adaptação de saberes constituídos através de longos estudos, debates e reformulações por um grupo de especialistas são as novas tendências de áreas das ciências naturais em renovar seus objetos e caminhos diferenciados pela focalização multidisciplinar de manifestações humanas.

Tais especulações, antes eram consideradas abstratas e de base cultural subjetiva duvidosa na descrição e análise dos fenômenos.

Hoje as propostas antes desacreditadas têm sido amplamente conduzidas e incentivadas na comunidade científica internacional que produz por grandes centros de biologia, física e química.

Desta forma podemos notar que investigações como do estudo e aplicação de diversos temas e interrogações peculiares ao campo dos dilemas, sentimentos e reações humanas abstratos, através de explicações das causalidades da atração humana via neurologia ou dos desejos infantis pelo

mapeamento das funções cerebrais se tornaram recorrentes, mas seus argumentos e implicações parecem ausentes da devida temporalidade de discussão e análise.

No contexto educacional contemporâneo, uma das discussões e questionamentos mais polêmicos na sua epistemologia trata da necessidade ou não de termos perspectivas de interdisciplinarização das ciências humanas na construção de conhecimentos em educação ou de reconhecermos um caráter único e próprio da educação.

Tal debate tem indicado uma forte tendência para “unificar” os conhecimentos científicos na educação segundo uma teoria geral, a partir da qual seria constituído os saberes propriamente pedagógicos, sendo este apenas um dos pontos de contenda conceitual na compreensão do que se constitui como caráter investigativo e científico na educação, como nos apontam as críticas de Mazzotti e Oliveira (2000).

Podemos remeter e comparar muitas destas redescobertas das tendências científicas contemporâneas de união e integralidade com especulações formuladas desde a antiguidade entre os filósofos pré-socráticos que consideravam existir uma totalidade entre homem enquanto sujeito com a realidade visível e a desconhecida num estado *uno* e indissociável de harmonia existencial.

Porém as argumentações implementadas no contexto moderno sugerem um intuito de mapear e explicar rigidamente todas as possibilidades das facetas humanas, através do inadequado resgate de concepções clássicas do conhecimento adaptadas irregularmente ao contexto científico atual, respaldadas pela *confiança* nos *peritos* e seus *sistemas* destacados por Giddens (1991) e na promessa de oferecer a desejada *segurança* buscada freneticamente pelos sujeitos a partir do devido respaldo e reconhecimento coletivo das promissoras contribuições que tais estudos poderão propiciar aos dilemas e progressos humanos no presente e, principalmente, no futuro.

Todavia, podemos também entender esta mesma postura não somente como um inadequado regresso das idéias sem as devidas conexões ou restrições filosóficas, históricas, político-culturais e religiosas que constituem tais premissas no intuito de salvaguardar a produção moderna, mas como um pretense esforço de controlar os riscos e inseguranças nas construções científicas devido a constante e intensa imprevisibilidade moderna que salienta uma *liquidez*, indicada por Berman (1986) na discussão dos efeitos contemporâneos dos dilemas adquiridos

pela modernidade frente à ineficácia e o esvaziamento dos projetos e ações desenvolvimentistas vindas da mentalidade político-econômica do estado moderno.

Dessa forma as fontes de estudos e pesquisas que balizavam e sustentavam as instituições sociais já se encontravam bastante desgastadas não somente pela incapacidade de sequer amenizar as disparidades, indicando a eminência da finitude, mas tiveram seu agravamento por conta da obsessão vinda desde o iluminismo e das grandes revoluções científicas de explicar e demarcar em definitivo cada aspecto humano ao ponto de provocar uma diluição.

Justamente no período de maior crescimento da modernidade com a evolução e fascínio das revoluções industriais e da afirmação do modelo das grandes metrópoles nas décadas de 40 e 50 que se constitui uma das maiores críticas da estrutura de poder formada pelo projeto moderno e em especial os seus efeitos sobre os sujeitos.

Os estudos de Wright Mills (1962) descrevem uma das grandes conseqüências das relações estabelecidas na modernidade ao descrever uma base minoritária de poder, chamada de *elites*, responsável pelo domínio efetivo na aparente democracia seguidora da vontade popular.

Segundo o autor, tais elites eram formadas por capitalistas, líderes políticos e chefes militares que vinham sendo formados e se relacionando dentro dos mesmos meios e situações para atuarem utilizando mecanismos e estratégias conjuntos para unificar a realidade de forma a sustentar seus interesses compartilhados.

Um dos principais movimentos elaborados por estes grupos na interação com os demais segmentos da sociedade, cuja intensidade consegue repercutir ainda hoje, seria o que nomeia por *transposição* do espaço e coletivos *públicos* para a condição de *massa*, uma noção empregada pela Escola de Frankfurt e inicialmente nos estudos de Walter Benjamin (1986) com os quais possuía uma grande identificação.

Em sua leitura do fenômeno, a coletividade estaria reunida inicialmente numa *comunidade de públicos*, na qual existe uma organização da comunicação para responder qualquer opinião e expressão dirigida às autoridade, pois o público tem livre autonomia na participação direta e diálogo com os meios institucionais dirigentes destinados à formulação de atos de condução das questões públicas.

Na transição do público para a massa ocorre um ordenamento ostensivamente estruturado e hierarquizado para dificultar e inibir a resposta do indivíduo, pois as autoridades atuam sobre as opiniões de forma a reorganizar e canalizar toda e qualquer ação em andamento na massa através de agentes que reduzem sua autonomia.

O papel desempenhado e destacado da mídia e meios de comunicação em geral exemplifica o papel das instituições na formação do pensamento e ação dos sujeitos, trazendo interlocuções animadas e profundas com diversos temas presentes na sociedade no intuito de confundir as discussões para tornar a coletividade uma *sociedade de massas*.

Instituições como os meios de comunicação atuam em grande parte dos aspectos do indivíduo e do público, expondo conteúdos e transformando-os em *mercados das mídias* e mantenedores das instituições em posições privilegiadas.

Essa noção esclarece parte dos entraves educacionais em tomar uma atitude mais transformadora diante das desigualdades e problemas sociais, pois sendo ela também veículo institucional de propaganda das intenções plurais do Estado e da sociedade, tem por ocupação na escala globalizada da contemporaneidade exacerbar a interiorização de conhecimentos gerais e problemas ligados à esfera global (o meio ambiente, a tecnologia virtual, a clonagem...).

Assim sendo, as questões previamente selecionadas por uma forma de coletividade específica determina quais são as prioridades imediatas da realidade de todos os sujeitos, de modo a favorecer uma percepção de mundo pautada na totalidade global das coisas, onde as particularidades e diferenças são problemas a serem suprimidas ou combatidas em nome do predomínio da macro-sociedade.

A responsabilidade institucional escolar passa desta forma a reunir preceitos que seriam mais adequados à jurisdição familiar, como a educação moral e social do indivíduo, exacerbando a sensação de uma liberdade indesejada e imprópria na transmissão de códigos formais que não serão traduzidos pelos aprendizes, pelo fato deles estarem dialogando com núcleos exteriores a linguagem escolar, que são mais fáceis de serem plenamente absorvidos por não requererem um desenvolvimento demorado do aprendizado de seus mecanismos.

Logo, a ausência de limites traz uma idéia de facilitação em compreender informações imediatamente simplificadas e livres pela vivência do paradigma moderno da captação veloz do conhecimento.

Contudo, esta absorção não possui um período adequado para refletir e analisar os significados e implicações destes saberes antes de um posicionamento prematuramente cobrado pelos pares enquanto indivíduos e instituições.

Esses por sua vez já se encontram tão submersos na imensa rede diversificada de correlações entre conhecimentos interdependentes que muitas vezes as reações expressam por vezes em forma de violência, medo, raiva, dúvida ou cansaço do que ocorre e pode acontecer na vida moderna são resultados da tendência moderna de não buscarmos soluções consistentes para resolver os problemas modernos.

No conjunto destas amálgamas se expandem as sensações e reações humanas diante do desconhecido ou incompreendido, onde formulamos nosso ideário e julgamento acerca do que representa o outro em relação a nosso espaço e nosso lugar e afirmamos o mesmo a seu respeito.

Aqueles que seguem de maneira consciente ou sem reflexão aos valores e critérios desta homogeneidade moderna encaram todo tipo de diferença como uma ameaça para qual devemos ficar atentos ou tentarmos suprimir por sua capacidade de desorganizar as peças consistentes da sociedade.

A diferença deixa de ser uma particularidade para se tornar algo indesejado, um perigo na sobrevivência das relações coletivas e da vida moderna. Esta seria a postura intrinsecamente desejada nos participantes da contemporaneidade para manter a *pureza* de seu mundo, como nos descreve Bauman (1998) ao tratar dos que não fazem parte ou não conseguem se adequar à premissa moderna:

...os deixados fora como um “problema”, como a “sujeira” que precisa ser removida, são consumidores falhos – pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos, pessoas incapazes de ser “indivíduos livres” conforme o senso de “liberdade” definido em função do poder de escolha do consumidor. São eles os “novos

impuros”, que não se ajustam ao novo esquema de pureza. (BAUMAN, 1998:24)

Temos pela explanação vista um novo padrão de pureza (mercado) e de ação (consumo) da vasta produção e relação moderna instituída a ser seguida e reproduzida pelos indivíduos. O mercado representado pelas instituições e seus representantes são a referência para todos das noções e interpretações ideais, em contrapartida o consumo indica as atitudes que devemos desempenhar, ou seja, as ações/reações que devemos ter em função das regras e normas apresentadas pelas instituições.

Aqueles que estiverem descontentes ou resistentes às novas diretrizes devem ser hostilizados e considerados desajustados, marginalizados e por fim considerados inaptos a permanecer ou usufruir do repertório e benefícios oferecidos, mesmo quando há interesse em fazer parte desta coletividade mas devem ser excluídos caso não possuam os pré-requisitos.

Desta forma uma das alternativas encontradas para separar os sujeitos puros dos impuros sem maiores atritos seria pela demarcação territorial e espacial na *desregulamentação e privatização* dos centros comerciais e de consumo que atuam por iniciativa própria como vigilantes e seguranças para os enquadrados nas resoluções em vigência.

Estes recursos respondem também a exigências políticas de maior liberdade de consumo dos consumidores assim como as exigências de ajustar enfaticamente os resultados da reivindicação de cumprimento da lei e da ordem como meio de prevenir e combater os protestos daqueles afetados pelos limites da desregulamentação e privatização com a privação da destreza e capacidades para ser consumidores.

A *remoção*, como nos declara Bauman, precisa ser gradual e menos dispendiosa possível, buscando reintegra-los para não prejudicar os consumidores, responsáveis diretos pela contribuição. Mas em casos onde se torne mais eficaz usar ações ostensivas, deve-se excluir e encarcerar os descontentes, situação muitas vezes observada em julgamentos de questionável resolução, penas e mesmo base de motivos para o encaminhamento ao tribunal.

Aos excluídos a redenção pode ser dada quando são emoldurados como *estranhos*, ou seja, pessoas invisíveis que podem ter o privilégio de circular nos meios permitidos pelos consumistas

e membros reconhecidos da vida moderna, mas apenas na condição de serem os servidores e componentes da satisfação e boa funcionalidade do sistema, descritos da seguinte forma por Bauman (1998):

Os estranhos dirigem restaurantes, prometendo experiências excitantes para as papilas degustativas, vendem objetos, de aspecto esquisito e misterioso, apropriados como assuntos de papo na próxima festa, oferecem serviços que outras pessoas não se rebaixariam ou se dignariam a oferecer, acenam com guloseimas de sensatez, revigoradamente diversas da rotina e da chateação. Os estranhos são pessoas que você paga pelos serviços que elas prestam e pelo direito de terminar com os serviços delas logo que já não tragam prazer.... Como o turista, o patrão, o cliente, o consumidor dos serviços esta sempre com a razão: ele ou ela exige, estabelece as normas e, acima de tudo, resolve quando o combate principia, e quando acaba. Inequivocadamente, os estranhos são fornecedores de prazeres. Sua presença é uma interrupção do tédio. (BAUMAN, 1998:41)

Sua atuação está sempre transitória e pendente da opinião de outros, levando a ilusória crença de que quanto mais dedicação e esforço sejam feitos para agradar e evitar o distúrbio, maiores as chances de desfrutar e ser aceito prolongadamente no coletivo moderno e, por conseguinte, menor a presença de rótulos e adjetivos que o ponham a margem das relações para nomeá-lo.

O estranho surge como a diferença que não consegue ser aglomerada na homogeneidade denominada de *pureza* por Bauman (1998), como uma reação dos sujeitos de um determinado lugar ao longo dos tempos para tratar o que abala a ordem.

Nas analogias se reforçaram o entendimento do estranho como sendo impuro, um vírus ou sujeira que infesta um organismo pleno e funcional, uma característica presente em todas as aglomerações humanas, mesmo nas comunalidades da antiguidade e provavelmente antes destas.

A diferença sempre fora um tabu e uma interrogação insistente na vida coletiva que deveria ser extinta, mas que jamais desaparecera mesmo submetida a grandes rigores e punições dos que aderiram ou se posicionaram ao seu lado, e parece ter ganhado novo fôlego e força na contemporaneidade. Contudo as diretivas modernas pregam a ordenação e a purificação de seus membros e de sua ordem, gerando o sentimento de um recomeço constante.

Outro aspecto que salienta estas incertezas e disputas pelos significados na contemporaneidade, mas que também vem sendo contemplada como uma alternativa para toda a tensão, desigualdade

e insegurança atual se vislumbra na inserção institucionalizada da palavra *identidade* como uma suplente adequada nos tempos atuais para comunidade, como nos realça Bauman (2003):

“Identidade”, a palavra do dia e o jogo mais comum da cidade, deve a atenção que atrai e as paixões que desperta ao fato de que é a *substituta da comunidade*: do “lar do supostamente natural” ou do círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora. Nenhuma das duas esta a disposição em nosso mundo rapidamente privatizado e individualizado, que se globaliza velozmente, e por isso cada uma delas pode ser livremente imaginada, sem medo do teste da prática, como abrigo de segurança e confiança e, por essa razão, desejada com ardor. (BAUMAN, 2003:20)

A maioria dos discursos e argumentos de iniciativas populares, ONG’s, intelectuais e sujeitos em oposição aos reflexos apresentados pelo percurso moderno é baseado na afirmação da identidade como opção viável e segura para as políticas e demais atividades voltadas à superação das fronteiras mantenedoras.

Mesmo os discursos institucionais sustentam nos últimos anos programas e ações de valorização das diferenças pautadas numa concepção de identidade que se vale em parte deste teor comunitário, dos laços e grupamentos organizados ao redor desta idéia. Porém, a noção identitária possui um paradoxo nos seus propósitos e na sua significação.

Para trazer a segurança e a tranquilidade ansiada pela coletividade precisa deixar de ser meramente a substituição da comunidade, estabelecendo um teor mais condizente com as manifestações culturais atuais e adotando reformulações que possam resolver o dilema da *singularidade*, pois Bauman (2003) alerta que as idéias e proposições contidas nos raciocínios emitidos no discurso da identidade ainda estão carregadas da ênfase na diferença, o que ressoa como sendo apenas uma nova modalidade de divisão e marginalização autorizada dentro da sociedade.

Uma das expressões de conflito contemporâneas encontradas na migração global dos povos e coletivos abandonados pelo Estado-Nação e também discutida por Bauman (2003) se relaciona com os dilemas do conteúdo da identidade, onde as políticas governamentais têm buscado restringir a entrada dos estrangeiros nos seus territórios, que podem ser os estranhos e diferentes,

para manter apenas a *movimentação dos capitais* (economias, produtos, investimentos) e sujeitos necessários a *liberdade do comércio* extraterritorial.

A tensão entre o desejo vindo das instituições e dos sujeitos de abertura para os negócios, investimentos e economia com a penetração de massas descartáveis produz na opinião de Bauman uma diáspora étnica pela proximidade com os *estranhos étnicos*, que inflama os nativos a procurarem, pela estranheza natural, meios de separação e afastamento, os quais são igualmente reproduzidos pelos grupos atingidos.

Esta segregação via estranhamento ocasiona numa tendência de conduta descrita como *cosmopolita* das elites, cuja separação das demais situações e coletivos funda um modo de vida auto-sustentado em qualquer lugar ou circunstância, pois não reconhece lugares ou pessoas exceto as viventes dentro de seu estilo:

A mensagem do modo “cosmopolita” de ser é curta e grossa: não importa *onde* estamos, o que importa é que *nós* estamos lá... os estranhos que não podem ser *fisicamente* removidos por causa do teor indispensável dos serviços que prestam ao isolamento e autocontenção ilusória das ilhas cosmopolitas são *culturalmente* eliminados – jogados para o fundo do “invisível” e “tido como certo”. (BAUMAN, 2003:55)

A globalização hoje firmada como uma realidade a ser trabalhada em todas as localidades ganha abrangência e desenvoltura com a derrubada das barreiras transnacionais e sua rápida agregação por aqueles que possuem os requisitos, como os cosmopolitas, para trafegar seus domínios.

Contudo, ao mesmo tempo em que os espaços vão perdendo sua órbita, adquirem uma significação cada vez maior por se tornarem a melhor escolha aos interessados em pertencer a um lugar e buscar sobreviver às agruras de uma totalidade flexível, mas individual, com oportunidades apenas para os escolhidos, e sem lugar ou chance aos que não forem bem sucedidos.

O papel antes autoproclamado do Estado de instaurador da ordem e segurança, e sob muitos aspectos melhor executado pela comunidade, deve agora ser encontrado por outros recursos e disposições, entre eles a retomada de sentidos e significados comuns:

A “defesa do lugar”, vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um “assunto comunitário”. Onde o Estado fracassou, poderá a comunidade – a comunidade local, uma comunidade corporificada num território habitado por seus membros e ninguém mais (ninguém que “não faça parte”)... (BAUMAN, 2003:102)

O esforço por encontrar segurança dos problemas e dificuldades do cotidiano leva os persistentes na busca por outras formas de viver, juntamente aos sobreviventes da absorção dos projetos construtores da nação, de teor nacionalista ou liberal, exposto em Bauman (2003) como sendo descritos por vezes enquanto “*minoría étnica*”, a tentarem organizar e se proteger em seus próprios grupos de origem, se apegando com características comunais diante de uma negação á assimilação e a expulsão para viver exilado da sociedade.

São nestes grupos que se formam os atuais contornos da comunidade na forma de fortificações, como os guetos, onde os descontentes com as macro-condições se protegem e impedem a entrada do outro, pelo medo de que sua presença possa destruir suas conquistas e ao grupo.

Nos guetos o perigo e o alerta seguem as mesmas motivações da busca pela *pureza* da sociedade, fazendo com que a vigilância, a hostilidade e o afastamento do estranho sejam considerados meios defensivos importantes e imperativos para manter a segurança.

Essa seria a causa da afirmação de Bauman de que o gueto consegue ser *territorial* e também *social*, pois na territorialidade sustenta a coesão de seus membros e nas premissas sociais evita a penetração dos considerados exteriores e desta forma demarca a homogeneidade interna contrária com a heterogeneidade externa.

Os guetos e os fenômenos a ele relacionados tendem a seguir juntos com a ampliação da pobreza e da criminalidade por serem resultados diretos de políticas de privação e confinamento dos indesejados e marginalizados.

A intenção clara é a exclusão premeditada dos mesmos das classes sociais, da mesma forma que ocorre nas classes baixas, para serem empurrados rumo a condições fora de algum significado e funcionalidade, amparadas em regimentos de lei e ordem que os compreendem como possuidores de antecedentes intrinsecamente criminais:

Pode-se dizer que as prisões são guetos com muros, e os guetos são prisões sem muros. Diferem entre si principalmente no método pelo qual seus internos são mantidos no lugar e impedidos de fugir – mas eles são imobilizados, tem rotas de fuga bloqueadas e mantidos firmemente no lugar nos dois casos. (BAUMAN, 2003:110)

Vemos nestas exposições como as políticas modernas não possuem nenhuma capacidade para lidar com a diferença e o quão restritas são as escolhas dos indivíduos “desajustados” para viver numa contemporaneidade cada vez menos interessada em trazer soluções diferentes do aprisionamento, reclusão ou distinção aos dissidentes.

Outra movimentação realizada no encontro com formas mais sólidas de segurança tem sido o incentivo de aplicar perspectivas multiculturais na sociedade, pois as mesmas estariam consonantes aos anseios de espaços como dos guetos e de causas sociais diversas.

Os estudos multiculturais têm sido compreendidos como uma opção intelectual que lida com as melhores respostas das mazelas contemporâneas pelo respeito e afirmação das identidades, formações e manifestações culturais múltiplas.

Bauman (2003) assegura que esta posição levantada pela intelectualidade como réplica para amenizar os anseios e preocupações dos que vivem no mundo apenas reconhece a diversidade e os dilemas, contrastes e deficiências da vida moderna e contemporânea sem participação incisiva sobre as ações e projetos. Uma circunstância decorrente da ausência em confrontarem e integrarem a construção e revolução da ordem e dos valores do Estado e da nação modernas.

Desta maneira o autor recomenda uma interpretação cautelosa do multiculturalismo enquanto exposição da opinião de intelectuais, acerca da *condição* dos homens diante dos poderes e relações em jogo, pois pode representar apenas uma forma de *ajustar* pela conciliação dos problemas e dificuldades observadas sem uma resolução combativa.

Para Bauman (2003) um dos maiores problemas na interpretação multicultural está no fato de ter se hospedado num momento do contexto atual onde a premissa mais importante para transformação têm sido a de realizar o *desengajamento*, como já demonstrara Giddens (1991).

De acordo com o autor, nesta premissa cada um deve encontrar sem uma coordenação prévia sua realização na experimentação da variedade constatada e guardar as descobertas para si, fazendo

das diferenças culturais uma estratégia para fortificar e defender o isolamento comunal moderno via segurança discutido anteriormente.

I. 4 OPÇÕES DE AÇÃO CONTEMPORÂNEA – O ENGAJAMENTO RADICAL E A NOVA COMUNIDADE

A vida é como um lençol muito curto: quando se cobre o nariz, os pés ficam frios, e, quando se cobrem os pés, o nariz fica gelado.

Bauman, Entrevista Folha de São Paulo, 2003.

Vivemos hoje um momento significativamente intermediário do caminho humano em que os acúmulos produzidos nas diversas facetas dos conhecimentos do homem sobre si e a realidade ao seu redor para orientar, fortalecer e sedimentar as escolhas dos sujeitos nos causa uma sensação de frustração.

Todo o desenvolvimento consolidado parece não contribuir de forma alguma ou pouco na formação de meios que indiquem o alcance ou compreensão de uma base sucessora da modernidade que nos proporcione maiores benefícios e melhorias na vida de todos.

Essa sensação de incômodo tem estado cada vez mais intensa e presente nas relações coletivas atuais, fomentando pelos discursos e atividades políticas e culturais uma indevida extensão da temporalidade do ciclo moderno bem como na permanência de suas instituições e pressupostos vivenciados por todos.

As bases institucionais da contemporaneidade parecem a cada dia sinalizar para o falecimento de suas estratégias, organização, princípios e ações antes entendidos como capazes de estender, resolver e adequar seus valores sobre a maioria dos problemas da vida humana.

Ao retomarmos o período pré-moderno na discussão da constituição da comunidade anterior, percebemos que denotara o estabelecimento de formas de existência e relação entre os homens a

partir de uma coesão e associativismo que entendemos como alicerces cruciais da idéia de comunidade.

A opção pela agregação e conduta de cooperação mútua entre os indivíduos na antiguidade era buscada não apenas instintivamente em seus primórdios, mas culturalmente entre os sujeitos como estratégia eficaz de enfrentamento e resolução dos problemas e perigos naturais aos quais estavam constantemente submetidos.

Estes vínculos bem como todo o modo de vida existente tinham como intencionalidade maior assegurar meramente a sobrevivência do coletivo, sendo, posteriormente, renovado pelo compartilhamento obrigatório de princípios, hábitos, crenças, e costumes voltados também à permanência de suas experiências e transmissão para gerações futuras.

Os homens, em sua caminhada da Antiguidade à Idade Média, mantiveram-se quase sempre dentro destas prerrogativas, pois a realidade e o tempo conhecidos se baseavam nas interações homogêneas do coletivo, formadas pelos princípios religiosos e morais estabelecidos pelas autoridades no conjunto.

Nesta relação coletiva toda estrutura familiar e proximal destinava sua existência e condição construída a subsistência, sendo que a produção econômica, política e cultural transcorriam em torno da vivência própria a cada povo e grupo organizado.

Com a chegada da Modernidade e a subsequente instalação da sociedade, através dos princípios fundamentados nas grandes revoluções científicas, no iluminismo, nas reformas políticas e na industrialização nos séculos XVIII e XIX, ocorreu uma drástica transformação na percepção do ser e existir humano.

As proposições em andamento proclamavam a substituição das convencionalidades anteriores consideradas de teor conservadoras e bastante restritivas em favor de novas propostas mais ousadas e abrangentes, cuja intenção era rumar para o desenvolvimento emancipado e permanente dos indivíduos.

A regulação que vinha sendo exercida pelo Estado no início do século por meio da legislação explícita dos direitos e deveres visara supra racionalizar o modo de vida social dos indivíduos

através da coerção pela privação da liberdade individual, aceita voluntariamente pelos sujeitos como forma de adquirir maior segurança e comodidade.

Entretanto conforme nos destaca Bauman (1998) ao frisar a forma de vida moderna como um *mal-estar* civilizatório contemporâneo, esta condição surge de um processo de totalitarismo hegemônico da individualidade que realça a característica repressora e restritiva das possibilidades de uso da liberdade aos sujeitos e não assegura em qualquer de suas facetas a desejada segurança.

A liberdade moderna não propicia a satisfação das necessidades ou das realizações, causando maiores frustrações pela perda excessiva ou desgastada de valores em detrimento de uma perspectiva que insiste numa permanência inviável para obtenção da satisfação.

.... a liberdade individual reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supra-individuais devem ser medidas... A liberdade individual, outrora uma responsabilidade e um (talvez o) problema para todos os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano. (BAUMAN, 1998:9)

Essa peculiaridade do percurso moderno de sempre se encaminhar rumo à conservação também havia sido ressaltada por Tonnies (1963) quando afirma que o estado protege sua civilização através da legislação e política para estender à ciência e opinião pública a idéia de que sua permanência seja necessária e eterna enquanto meio eficaz de alcançar a perfeição pelo progresso, embora a cultura popular e as manifestações próprias da vida comunitária tidas como expressões marginalizadas ou inadequadas a proposta moderna continuem presentes de maneira discreta ou contestatória na macroestrutura da sociedade.

Contudo, a erosão das instituições modernas sinaliza também a extrema urgência na construção de possibilidades estruturais e de relação que sigam adiante ao invés de buscarem a permanência de uma condição estagnada e circular incapaz, como qualquer teoria ou forma de vida de contemplar totalmente a diversidade humana formada por especificidades e interesses tão variados.

A contemporaneidade dentro das discussões recentes acerca das relações e condições grupais parece acirrar ainda mais a indagação e a incerteza quando comparada com as leituras anteriores da organização e vivência das relações coletivas.

Tal característica pode ser percebida nas interpretações que podemos desempenhar acerca dos valores mais adequados a serem introjetados e praticados pela maioria, como na fomentação do individualismo, da polivalência na atuação profissional e da aplicação de iniciativas isoladas, como meios pessoais por excelência de conquistar o pleno desvencilhamento e independência necessários a formação eficaz que pode assegurar a satisfação e o reconhecimento consensual de uma trajetória bem sucedida.

Entretanto estas finalidades são igualmente almejadas pelos sujeitos considerados a princípio diferentes, apenas por serem *os outros* como nos destaca Bauman (1998), mas que se tornam diante de sua inadequação ou contrariedade em adaptarem-se os indesejáveis e inaptos a obtenção das vantagens do projeto moderno, mesmo sendo orientados e submetidos aos mesmos parâmetros, termos, leis e obrigações socialmente delimitadas no contrato com o Estado para assegurar a perpetuidade e desenvolvimento dos homens.

A divergência logo se torna sinônimo de um fracasso individual ou de grupos insatisfeitos que usam da desobediência como recurso para evitar as penalidades necessárias ao convívio moderno.

Todavia o cumprimento irrestrito destas regras modernas não pôde nem pode resolver as ambigüidades e desigualdades entre os homens, provocando meramente o acirramento da intolerância, do medo, da insegurança, da marginalização e revolta no alargamento de um verdadeiro precipício obscuro de massas.

Dentro deste abismo são colocados ou foram forçosamente jogados aqueles insatisfeitos ou impotentes diante dos atributos necessários à mera sobrevivência em sociedade representados pelas exigências institucionais do Estado e das relações sociais regularizadas no preenchimento dos requisitos mínimos de adequação e reconhecimento dos direitos e deveres numa sociedade moderna.

Apesar dos discursos institucionais da sociedade reafirmar a confiabilidade e o investimento nos princípios do plano de desenvolvimento moderno para obtenção da segurança mínima, percebemos a rápida decomposição do controle e organização no mundo contemporâneo.

Muitos dos *riscos* e *perigos* assinalados por Giddens, sejam eles de cunho geográficos ou econômicos, são mais crescentes e ameaçadores na atualidade não apenas pela incidência de conflitos e catástrofes pelas ações desenvolvimentistas pelas coletividades em escala global, mas por sua capacidade de serem estendidos e compreendidos pela maioria dos sujeitos como acontecimentos viáveis de ocorrer indiscriminadamente a qualquer local, situação e povo:

O caráter acentuadamente contrafactual da maior parte dos riscos conseqüentes está intimamente vinculado á insensibilidade que uma listagem deles tende a promover...Quanto maior for o perigo, mensurado não em termos de probabilidade de ocorrência mas em termos de uma ameaça generalizada á vida humana, mais inteiramente contrafactual ele é. (GIDDENS, 1991:135)

Deste modo se torna compreensível os catastróficos efeitos da sistemática lesão dos meios de vida atuais, como emprego, planos de futuro e as variadas expressões das relações humanas antes reconhecidamente estáveis e duradouras.

Hoje tais relações estão regidas pela incerteza ocasionada com a ameaça da perda repentina e súbita, cujo teor oculto e impreciso impedem o reconhecimento confiável do contexto cujas causalidades são imprecisas, mas perceptíveis na sua abrangência, cujas explicações geralmente incidem sobre a incapacidade de adequação dos indivíduos no cumprimento das normas estabelecidas.

O receio iniciado com a suspensão dos recursos da vida em segurança leva ao medo e caos, vistos por Bauman (1998) como catalisadores de possíveis transformações:

Nada incita tão exaltada, licenciosa e desordenadamente a ação como medo da dissolução da ordem, encarnada pela figura do viscoso. Mas há muita energia fervendo nesse caos. Com um pouco de habilidade e astúcia, ela pode ser reunida e de novo desenvolvida para dar ao desgoverno uma direção. (BAUMAN, 1998:42)

As críticas do autor sobre os efeitos de desajuste que a perturbadora presença do *estranho* ou diferente dentro de um coletivo devidamente estabelecido por critérios e certezas inquestionáveis, sem dúvida reforçam uma possível expansão da condição transitória e tênue de quais são os riscos para todas as formas do cotidiano, pois os movimentos e ações dos que se encontram em desarmonia com o contexto rompem, segundo os critérios fundamentados pela organização social vigente, com as determinações e limites consensualmente aceitos por um coletivo, impulsionando ao questionamento das bases de fundamentação e razões onde se constitui a idéia de segurança e liberdade nas relações humanas.

... a preocupação com os estranhos assumiu um papel particularmente importante entre as muitas atividades abrangidas no cuidado diário da pureza, da renovação de um mundo habitável e organizado. Isso aconteceu assim que o trabalho de purificação e “colocação em ordem” se tornou uma atividade consciente e intencional, quando fora concebido como uma tarefa, quando o objetivo de limpar, em vez de se manter intacta a maneira como as coisas existiam, tornou-se *mudar* a maneira como as coisas ontem costumavam ser... (BAUMAN, 1998:19)

Desse modo, podemos compreender os grupos considerados na atualidade como marginalizados ou *problema* por Bauman (1998) não apenas como os rejeitados e deslocados do aparato da sociedade por serem indesejáveis que não conseguem atuar no que considera como um *jogo consumista*, mas são vistos como sendo um elo imprescindível na trajetória do desenvolvimento coletivo por salientar outras condições e meios de viver e existir no mundo.

Suas “incômodas” presenças na atualidade atestam não somente as fragilidades, mas, sobretudo, as rupturas feitas pelos sujeitos com os macrosistemas contemporâneos ao trazer para a superfície das ações e reflexões questionamentos acerca dos aspectos contraditórios ou incoerentes das propostas globais modernas.

A tonalidade imutável e definitiva da proposta se torna mais visível quando percebemos uma intencionalidade na organização e meios disponíveis de suprimir qualquer coisa, ou pessoa, passível de distorcer ou duvidar da eficácia e clima de harmonia contemporâneo.

O choque dos sujeitos marcados pela exclusão com esta amalgama criada pela noção de homogeneidade provoca entre suas conseqüências um afastamento dos ditos estranhos dos espaços institucionais formais, devido a desacordos, ausência de pré-requisitos ou mesmo desinteresse pela conquista individual dos objetivos oferecidos pelo Estado.

Aqueles que estão desajustados buscam referências e relações coletivas menos excludentes ou alternativas para seguir expectativas mais condizentes com seus objetivos e/ou que melhor expressem seus valores culturais coletivos e individuais, a exemplo dos diversos grupos e movimentos de cunhos sociais reunidos em torno de coletividades unidas por questões de gênero, etnia, política, atividade social entre outras.

Esses temas e questões inseridas hoje no que podemos considerar uma tendência de restituição de parâmetros comunais podem beneficiar bastante no redimensionamento das reflexões dos grupos e coletividades que hoje são encaradas meramente como áreas de fomento e disseminação da marginalização e criminalidade:

.... a autodeterminação comunal pode auxiliar as etapas iniciais do longo processo de reaponderamento dos sujeitos humanos, em sua resolução de suportar as pressões disciplinares atualmente experimentadas como as mais desagradáveis e esmagadoras. Mas há um ponto perigoso e facilmente despercebido, em que o “reaponderamento” se converte num novo “desaponderamento”, e a emancipação numa nova opressão. Uma vez nesse caminho, é difícil perceber onde parar e, em regra, é tarde demais parar assim que o ponto for reconhecido, depois do fato. (BAUMAN, 1998:46)

Todavia como nos ressaltara Giddens (1991) as reações dos sujeitos, antes estranhos e hoje marginalizados, diante das promessas modernas e iluministas podem ser muito variadas, indo desde meras adaptações aos seus riscos, seguranças e perigos numa atitude mais pragmática ao otimismo na razão e perícia dos sistemas modernos ou numa conduta pessimista frente até prováveis conseqüências de viver numa realidade conturbada e incerta.

Entretanto, na sua descrição de atitudes desejáveis a superação dos dilemas contemporâneos, Giddens (1991) destaca o papel crítico-transformador das coletividades no momento de tratar da opção que denomina por *engajamento radical* como sendo uma atitude emancipatória a ser exercida rumo a uma *política da vida*, onde o esforço emancipatório visa não apenas libertar de todas as formas de desigualdade, mas realizar e satisfazer a todos sem qualquer distinção:

... uma atitude de contestação prática para com as fontes percebidas de perigo. Aqueles que assumem uma postura de engajamento radical alegam que, embora estejamos cercados por graves problemas, podemos e devemos nos mobilizar para reduzir seu impacto ou para transcendê-los. Esta é uma perspectiva otimista, mas vinculada á ação contestatória ao invés de uma fé na análise e discussão racional. Seu vínculo principal é o movimento social. (GIDDENS, 1991:138)

Fora justamente das iniciativas espontâneas e locais de contestação vindas de coletividades específicas e historicamente excluídas pelo Estado, em busca de uma emancipação ou distinção diante do processo de massificação moderna como estratégia possível de sobrevivências e também de continuidade de suas produções culturais, e mesmo educacionais, que se formara a propulsão necessária para constituição organizada de movimentos amplos.

Existem iniciativas que demonstram alternativas emancipadas, como a organização dos sem terra e grupos de ecologistas ou pré-vestibulares para negros e carentes que fazem uma dinâmica eficaz de retro alimentação entre micro e macro realidades onde as questões de ordem levantadas e reivindicadas pelos sujeitos frequentemente se constituíram de tópicos que dizem respeito também a problemas de âmbito geral da sociedade.

Esta correlação parece ocorrer justamente num momento de incidência cada vez maior destes movimentos nas instituições mantenedoras da sociedade, cuja participação direta ou indiretamente, mas ativa, nas propostas e ações deliberadas trazem o conflito da existência social para uma expressão coletiva ainda voltada para um conceito desenvolvimentista de teor excludente e individualizado.

Os espaços decisórios e de reflexão modernos expressam as dualidades da realidade contemporânea, fazendo com que vertentes, como espaço e tempo, o local e global, ou o estranho e o familiar sejam nas análises de Giddens (1991) deslocadas de seus sentidos e significados iniciais para serem recontextualizados num processo de reordenação da realidade.

Neste processo os elementos de disparidade e diferenciação de instâncias e situações estabelecidas segundo antecedentes específicos perdem suas características, como nas macropolíticas e discursos presentes na propagação da idéia de aldeia global enquanto alternativa viável de transnacionalizar e redefinir o lugar e atuação dos sujeitos no cotidiano contemporâneos pelo resgate instável de noções pertencentes á idéias anteriores, neste caso de

elementos ligados a idéia de comunidade no período pré-moderno ou a nova relação entre informalidade e proximidade, combinadas pelos preceitos societários modernos.

Bauman (1998) contrapõe estes indícios e o ceticismo do encurralamento emanado da modernidade com a sugestão de nos concentrarmos na capacidade emancipatória das coletividades humanas:

Essa oportunidade não se acha na celebração da etnicidade nascida de novo e na genuína ou inventada tradição tribal, mas me levar á conclusão a obra do “desencaixe” da modernidade, mediante a concentração no direito de escolher a identidade de alguém como a única universalidade do cidadão e ser humano, na suprema e inalienável responsabilidade individual pela escolha – e mediante o desnudamento dos complexos mecanismos administrados por estado ou tribo e que tem em mira despojar o indivíduo dessa liberdade de escolha e dessa responsabilidade. A unicidade humana depende dos direitos do estranho, não do problema sobre o que – o estado ou a tribo – esta habilitado a decidir quem são os estranhos.. (BAUMAN, 1998:46- 47)

Estes movimentos aparentemente dúbios realizados nas estruturas modernas, nomeados de *deslocamento* e *reencaixe* nos trabalhos de Giddens (1991), se realizam sobre os aparatos dos contextos culturais e informacionais, destinados principalmente ao ajustamento segundo uma ótica globalizante de ordenação de mundo.

Dessa forma as relações coletivas e suas produções são desconstruídas enquanto se recriam condições sutis de oportunidades mais condizentes e integradas ao panorama moderno atual, permitindo que tenhamos uma compreensão de pretensa evolução e progresso nas dinâmicas contemporâneas sem aparentemente termos de abandonar por completo toda a carga de realizações, valores e princípios antecedentes.

Podemos visualizar deste modo a eficácia da iniciativa voluntária no espaço educacional fomentada por programas como o *amigos da escola* como uma discutível inserção de profissionais livres num espaço de formação através de um reencaixe desqualificado pelo deslocamento dos critérios curriculares e de experiências profissionais orientadas no contexto pedagógico-educacional para lidar com circunstâncias, ambientes e relações do contexto educacional.

A permanência desta ação ao invés de melhorar as condições da escola e de seus participantes parece tornar menos significativo o papel desempenhado pelo professor e demais profissionais da educação ao caracterizar a área escolar e seus aspectos (como os conteúdos, métodos, práticas e princípios próprios de seu meio) como estando desqualificável e disponível indiscriminadamente a sujeitos que não receberam uma formação diretamente voltada para tal finalidade.

O teor do trabalho realizado pela iniciativa voluntária não tem sido na cooperação ou na ação complementar de iniciativas que ofereçam melhores opções aos que buscam viver e produzir na contemporaneidade, mas de estreitar a segregação para supervalorizar os campos originários dos participantes do projeto no intuito de penetrar e conquistar maior espaço na educação, ampliando sua crise.

Justamente por esta possibilidade de proliferação de grupos com interesses estritamente segregacionistas na raiz constitutiva de determinados movimentos de base social que precisamos estar atentos aos contra-sensos, conforme nos alerta Giddens (1991) ao realçar o cuidado na atuação dos movimentos sociais na direção de situações de rigoroso equilíbrio entre os ideais e o realizável dentro do que chama de *realismo utópico*.

O autor destaca cautela especialmente quanto ao caráter declaradamente revolucionário de perspectivas apoiadas em pensadores como Marx e demais tendências socialistas, onde os segmentos oprimidos tenderiam a possuir o privilégio adquirido pela constante opressão histórica.

Acrescenta também que não existe uma uniformidade ou harmonia nos interesses dos oprimidos e muitas vezes as transformações podem surgir involuntariamente, principalmente no firmamento de grupos e temas estabelecidos posteriormente aos movimentos trabalhistas e de expressão democrática anteriores ao século XX. Esta situação fica evidente

Neste sentido, Giddens nos recomenda considerarmos a influência de outros espaços e atuações expressivas, como igualmente cruciais na condução para uma realidade mais humana e consistente (como demonstra a estreita associação por parcerias entre os diversos movimentos ligados a temáticas específicas com representantes de organizações assistenciais internacionais, empresas e governos).

Dentro do ponto de vista do *realismo utópico*, ou seja, o engajamento exercido pelos movimentos sociais ou demais instâncias na constituição de temas e no despertar para novas propostas representa apenas uma das controversas facetadas em disputa na transformação do mundo:

Os interesses das corporações de negócios divergem frequentemente dos governos, que por sua vez estão com frequência enfocados em questões regionais. Todas as agências nas quais não há “outros” podem ser redefinidas em termos da atenção a preocupações divisivas. Os movimentos sociais não são mais imunes a esta tendência do que as organizações estabelecidas. (GIDDENS, 1991:162)

Desse modo a proposta de Giddens do *realismo utópico* baseada no engajamento radical para construção de uma *política da vida* requer cautela redobrada e avaliação realista das possibilidades de mudança e transformação conduzidas pelas coletividades, visto que pressupõe a participação e influência decisiva de esferas diferenciadas de poder, ou *agências de poder*, para alcance de metas e intenções emancipadas de um futuro realizável, pois podemos vir a encontrar nos discursos e ações ditas transgressoras e reconstrutoras somente substitutivos continuístas do projeto moderno imbuídos apenas de adaptações calcadas nas premissas voláteis de mundo do capital globalizado.

As flexibilidades conclamadas nos princípios modernos trazem uma mobilidade que nem sempre pode ser controlada e incide sobre pessoas e lugares aos quais se postam como contrapontos da organização, inclusive sobre os sujeitos em trânsito pelas relações e circunstâncias.

Bauman (1998) nos traz tal situação ao discutir a figura do *turista* como alguém capaz de *misturar e desprender* aspectos rigidamente acomodados e reiterados na hierarquia global mesmo estando no que classifica de uma condição de *estar dentro e fora ao mesmo tempo*, podendo selecionar e conduzir seus passos livremente buscando situações novas e satisfação.

Um estratagema menos difuso e compreensivo poderia surgir de uma *política do reconhecimento* levantada por Bauman (2003) para obtermos uma parcela das promessas modernas e alcançarmos, sobretudo uma situação menos desigual dentro da própria sociedade a traves de meios nela presentes:

Nem todas as diferenças têm o mesmo valor, e alguns modos de vida e formas de união são eticamente superiores a outras; mas não há forma de definir qual é o que, a menos que seja dada a todas a oportunidade de defender e fundamentar seu pleito. (BAUMAN, 2003:73)

Entretanto, esta perspectiva possui um aspecto controverso de sua abordagem na discussão da disposição em inexistir uma hierarquia nos contatos e resoluções dos grupos e idéias envolvidos que inviabiliza uma reforma absoluta da estrutura visto que se torna necessário no alcance da mudança uma preservação de pressupostos e pratica de sujeitos destinados a conservação.

O nivelamento entre os vários participantes precisaria ser considerado, pois a distância de interesses, lógicas e motivações interferem em qualquer situação relacional.

Um exemplo tácito desta dificuldade se encontra num episódio narrado por Mazzotti e Oliveira (2000) acerca de uma discussão entre especialistas e ecologistas sobre o que consideraram uma irracionalidade cometida pelos garimpeiros em manterem o uso do mercúrio na extração de ouro.

Sustentados por noções dos efeitos biológicos e ambientais do uso exacerbado do mercúrio em contato com a população garimpeira e a natureza, os especialistas explanaram longamente junto às populações e famílias que utilizavam tais recursos sobre os malefícios da aplicação do mercúrio, todavia, os garimpeiros possuíam crenças e experiências diferentes que atestavam a eficácia da substancia sem necessidade de maiores cuidado na sua manipulação desconsiderando os alertas e argumentos dos cientistas.

Recompôr os limites e fronteiras impostas como falhas e retomar a negociação dos significados e propósitos da vida coletiva parecem ser as melhores opções para iniciar novos horizontes humanos, evitando alguns desvios e aceitando uma reflexão que exige ações concretas para revisão das bases de conjunção coletiva, como nos elucidada Bauman (2003) ao tratar da postura que podemos desempenhar no tratamento comunitário:

...por mais que devamos respeitar o direito de uma comunidade á proteção contra forças assimiladoras ou atomizadoras administradas pelo Estado ou péla cultura dominante, devemos também respeitar o direito dos indivíduos á proteção contra pressões comunitárias que negam ou suprimem a escolha. Os dois direitos são notoriamente difíceis de conciliar e de respeitar ao mesmo tempo, e a pergunta que enfrentamos diariamente e a que devemos responder diariamente é como proceder quando eles se chocam. (BAUMAN, 2003:124-125)

Lidar com as reações globalizantes e discriminatórias do Estado em conjunto com as atitudes absolutas do meio comunal refletem a dúvida no declinar para uma forma de segurança/insegurança e da manifestação da liberdade que se pretende abordar depois de desgastados os melhores exemplares promovidos pela modernidade, cujas conseqüências sentimos com gravemente na contemporaneidade.

Uma boa pista dos sentimentos e aspirações que precisamos vislumbrar segue nas recomendações de Bauman (2003) sobre a ênfase que devemos reter nas nossas idéias e mentalidades do trajeto diante de nós:

Somos todos interdependentes nesse nosso mundo que rapidamente se globaliza, e devido a essa interdependência nenhum de nos pode ser senhor de seu destino por si mesmo. Há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lidar individualmente. O que quer que nos separe e nos leve a manter distância dos outros, a estabelecer limites e construir barricadas, torna a administração dessas tarefas ainda mais difícil. Todos precisamos ganhar controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida – mas para a maioria de nos esse controle só pode ser obtido *coletivamente*. (BAUMAN, 2003:133-134)

O caminho ou recurso para convergirmos as coletividades rumo a escolhas menos extremistas parece nebuloso e indecifrável quando tentamos equacionar e encaminhar sob um determinado ponto de vista. Já não é mais possível resolvermos os dilemas sob o prisma incerto e libertário da sociedade, nem pela afirmação totalitária e agressiva das variações comunitárias modernas ou tradicionais, pois não há mais dúvida de que ambas as posições tem a unilateralidade como marca.

Porém podemos construir algo íntegro de sentidos e significados quando peneiramos o bojo das discussões e repensamos nossas prioridades e atitudes para reformar nossa individualidade e partirmos em seguida para o contato com as resoluções do próximo.

II PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Conforme mencionamos anteriormente, este estudo teve por intenção realizar uma análise reflexiva dos principais significados e aspectos argumentativos, presentes nos textos de trabalhos divulgados nos anais da ANPED entre 2000 e 2002, analisando os trabalhos que trataram direta ou indiretamente de comunidade e da sua relação com a educação, pois tendo em vista que a maior parte das discussões ou estudos que envolvem este tema costuma estar em sua maioria relacionada com as tendências que apontamos na literatura, optamos no levantamento e seleção dos dados analisados por considerar neste estudo trabalhos cuja ênfase e conteúdos abordassem direta ou indiretamente a comunidade.

Nossa preocupação da relação da comunidade com a educação teve por maior intuito repensarmos não apenas na situação da comunidade e das relações coletivas na contemporaneidade, como também considerarmos a articulação das políticas e práticas educacionais realizadas por entidades formais e informais ligadas ao Estado ou a iniciativas do terceiro setor diante das experiências descritas e recomendadas pelos estudos analisados.

Contudo vale destacar que no período selecionado para nossas análises houve também os primeiros grandes impactos das mudanças nas macro políticas públicas que vinham sendo implantadas em relação ao tema comunidade nos últimos anos, como por exemplo, o fato de termos vivido considerável impacto das tentativas de implementação no âmbito das políticas públicas dos princípios gerais que regem a nossa idéia de gestão e do papel das comunidades a partir da década de 90.

Desse período em diante, o Brasil deixa de ser uma República Hierárquica Federativa e se transforma numa República de entes Federativos. Essa mudança redimensiona não apenas o papel desempenhado pelos municípios até então, como traz uma série de desdobramentos para o entendimento e a função da comunidade na construção das políticas públicas no âmbito nacional.

Com a promulgação da constituição de 1988, torna-se objetivo do estado garantir que os municípios participem não apenas como implementadores de políticas como também de formuladores e parceiros na construção das políticas públicas nacionais.

Na área de educação essa mudança de status municipal se articulará a criação e fortalecimento dos conselhos educacionais, que concretizam a idéia da participação comunitária como elemento axial da gestão democrática.

Por trás dessa perspectiva encontramos como idéia forte subentendida que nenhuma política macro pode ser concretizada sem o apoio e a contribuição daqueles que vivenciam nas suas práticas cotidianas as políticas micro dos municípios. Deste modo, as singularidades e necessidades específicas das comunidades podem ser percebidas a partir do momento em que os segmentos comunitários numa determinada localidade possam transformar os indivíduos nestes espaços em reais atores no contexto social mais amplo.

Desse modo, podemos perceber porque no contexto da década de 90 e do momento presente ocorreram um forte crescimento de iniciativas privadas e incentivadas pelo setor público ligadas com projetos envolvidos em propostas e ações dos movimentos sociais de cunho local urbano e rural.

Dentre as possibilidades viáveis de análise nas publicações da fonte escolhida, optamos por focalizar nosso estudo apenas nas discussões contidas nos anais dos grupos de trabalho em Sociologia da Educação, Educação Popular e Movimentos Sociais, pois estes grupos possuem uma longa história de articulação e produção consistente entre temas que relacionam as esferas de interesse neste estudo.

Os aspectos comunitários na literatura científica sempre estiveram vinculados por sua historicidade bem como nas caracterizações por tratarem das facetas do homem e de sua vivência coletiva implica num esforço por compreender e refletir sobre as razões que fazem os

sujeitos se organizarem segundo critérios diversos e na forma como estas agregações ocasionam ou resultam de fenômenos próprios da experiência de vida entre os homens.

Vale ressaltar também que nossa escolha pelas referidas fontes se deveu principalmente ao fato da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação ser uma entidade reconhecida pela presença de profissionais e interessados em educação comprometidos com o desenvolvimento do ensino e pesquisa em Educação no país.

Como instituição, a ANPED aborda problemas e situações educacionais através de trabalhos em grupos de investigação e colaboração realizada por pesquisadores atuantes no campo da educação que buscam fomentar uma produção voltada para intercâmbio e às necessidades concretas dos sistemas de ensino, das universidades e das comunidades locais e regionais, bem como na cooperação com associações, agências e entidades como a CAPES, CNPQ, INEP, CEDES, SBPC, Fundação Ford entre outras.

Estas parcerias e contatos interinstitucionais demonstram uma parcela da influência e da amplitude que as contribuições realizadas por esta fonte proporcionam especialmente no que tange a construção de políticas para as coletividades, um dos aspectos de maior interesse em nosso estudo. Portanto, além de revelarem as atuais tendências políticas e teóricas sobre educação e serem mais condizentes com nossa proposta de lidar com o cruzamento de temas, no caso a comunidade, com o universo educacional.

Os trabalhos publicados nos grupos da ANPED onde focamos nossas análises possuem nas suas historicidades mais recentes um forte interesse crescente pelas demandas macrossociais que estão sendo manifestadas pelos fenômenos sociais contemporâneos, cujos reflexos estão sendo percebidos com maior incidência nos espaços e nas questões investigadas pelos campos.

Dessa forma os apontamentos e discussões trazidas neste trabalho apresentam no corpo contextual uma parcela das perspectivas que vem orientando ou sendo afetadas pelas ações da realidade humana na atualidade.

Trazemos conjuntamente ao longo das nossas análises alguns dados estatísticos bem como indicadores e conclusões de pesquisas levantadas por fontes governamentais (como o IBGE, IPEA, INEP) e de outras organizações (Ong's e fundações) formais e informais que

complementam e justificam a contextualização deste estudo, apresentando também o panorama das políticas públicas.

Para alcançarmos considerável parcela destas intenções e das discussões acerca dos significados e implicações sobre a comunidade, optamos pela utilização de um procedimento de pesquisa de cunho qualitativo de acordo com a concepção de autores como Demo (1996) e André (1986) na qual ressaltam as análises e tratamentos dos dados elaborados de maneira crítica e prudente por parte do pesquisador, calcando-se por observações organizadas de forma a possibilitar uma extensa liberdade de interpretações do contexto registrado.

Para complementar nossa intenção de estabelecer uma organização metodológica coerente com nossa proposta, consideramos na construção de nossa metodologia as recomendações de Alves – Mazzotti (1998) sobre a construção de um quadro ou referencial teórico constituído a partir da combinação de leituras compatíveis com as questões investigadas e o referencial adotado para obter maior coesão no estudo e nas análises.

Embora nossa abordagem teórica possua manifestações de autores que possam parecer contrários ou discordantes com a linha de sustentação de nossa argumentação, suas presenças se justificam pela necessidade de apresentarmos outras formas de conclusão, contraponto e margem dos assuntos e significados analisados enquanto críticas pontuais a serem reconhecidas no esforço para assegurar a consistência de nossas interpretações.

Nessa posição de compreensão do estudo científico as reflexões e considerações das fontes eleitas visaram sustentar uma objetividade e consistência indispensável á atividade acadêmica, condizente com as correntes paradigmáticas de educação na atualidade.

As orientações mais contemporâneas sobre as análises científicas salientam o cuidado na inserção e interpretação dos problemas e circunstâncias demonstrados nos textos para buscar novas orientações que superem as amarras modernas e desenvolvam novas possibilidades sem abandonar posições mais flexíveis imprescindíveis aos estudos e atividades em Ciências Humanas, como no indica Ferreira (1998) ao recomendar uma visualização do que constitui a realidade e dos necessários contatos que devemos exercer entre as especificidades objetivas e subjetivas.

A abordagem metodológica para a coleta dos dados do estudo se constituiu em sua maioria de uma análise de documentos (anais da ANPED) entendidos por Alves-Mazzotti (1998) como sendo “*qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação*”, e neste sentido, os anais escolhidos representam uma síntese das reflexões, caminhos adotados, referenciais de análise e interpretação e das conclusões estabelecidas como caracterizadoras do panorama investigado.

Sabemos que nas discussões científicas a utilização de documentos sem o apoio de outros instrumentos, como a entrevista e a observação, tende a ser percebida como precária ou sem substância pelo fato das pesquisas qualitativas exigirem a confrontação dos métodos adotados na captação e interpretação das informações.

Propomos-nos dessa maneira a tratar de significados e leituras passíveis de serem realizadas sobre um material previamente produzido por também leitores formais do mundo, segundo linhas de pensamento e argumentação presentes nos textos analisados e que tentam descrever e organizar a partir de seus critérios e julgamentos as dinâmicas das relações coletivas atuais.

Uma abordagem dos documentos que reforçara nossa posição de abranger a diversificação de motivações e argumentos subjetivos na explicação dos fenômenos coletivos pode ser verificada na discussão de Ludke e André (1986) sobre as críticas quanto à utilização de documentos.

Nesse texto apontam as objeções relativas à validade e arbitrariedade como posições tomadas por defensores do objetivismo, certamente pautados nas escolas positivistas, na definição de juízos críticos restritos para a construção de conhecimentos científicos. Os autores afirmam também que os estudos documentais têm como propósito maior a compreensão dos valores, sentimentos, intenções e ideologias presentes nas *fontes* ou nos *autores* do documento de acordo com suas definições.

Portanto a utilização de análise documental neste estudo seguiu estas indicações para coincidir com os questões e objetivos que nos permitam conhecer e discutir as significações, o contexto, as articulações, descrições, interpretações e sugestões apresentados nos trabalhos selecionados para construirmos nossa própria compreensão das relações coletivas, tanto da comunidade quanto da sociedade, com a escola e a educação dentro da conjuntura da contemporaneidade.

Como estamos tratando de dinâmicas amplas e pouco desenvolvidas nas pesquisas em educação na atualidade, optamos por definir os procedimentos da análise de acordo com as especificidades dos dados que levantamos, do tempo disponível para desempenharmos nossas exposições e dos eixos histórico - filosóficos (comunidade, sociedade e contemporaneidade) apontados dentro de nossa literatura.

Realizamos nossas análises e interpretações dos aspectos envolvidos na construção das idéias, propostas e ações levantadas no decorrer do estudo seguindo uma abordagem pautada na perspectiva em educação de análise da argumentação com o uso da *metáforização*, discutida por Mazzotti e Oliveira (2000).

Segundo os autores a proposta de análise considerando a *metáforização* seria um dos recursos para entendermos a produção de conhecimentos através da argumentação, um processo que apresenta a trajetória dos conhecimentos para serem estabelecidos. Nesta perspectiva, todas as idéias e saberes passam por constantes aquisições e interiorizações das informações novas ao repertório cognitivo/afetivo já estabelecido dentro do grupo social.

Esta perspectiva metodológica resulta das contribuições de Raymond Boudon (1988) em sua construção da denominada *teoria racional da ação social* na compreensão e análise das práticas sociais na contemporaneidade. Sua proposta resgata a influencia contextualizada da argumentação e dos enunciados nas Ciências Sociais para entendimento dos juízos expressados pelo homem.

...o ator social é um ativo produtor de argumentos voltados para explicar suas crenças, atitudes, valores, práticas. Sendo ativos produtores de seus argumentos em contextos argumentativos que são os grupos sociais, os atores sociais não deixam governar por mecanismos inconscientes... Uma primeira implicação dessa teoria é considerar que as ideologias não são idéias recebidas passivamente pelas pessoas, mas um ideário para o qual elas contribuem com seus argumentos, modificando-o segundo suas crenças, práticas, necessidades. Sendo as ideologias explicadas sobre as práticas sociais, elas são o resultado de processos argumentativos, os quais se apóiam nas práticas sociais das pessoas. Aqui já podemos indicar uma das “razões” que os indivíduos dão a si mesmos e ao seu grupo social para adotarem esta ou aquela ideologia: o lugar social, a prática social corrente. (MAZZOTTI & OLIVEIRA, 2000:39)

O acréscimo de novas descobertas e informações já fora explorado nos estudos etimológicos de Khun (1975) onde afirma que todo conhecimento se torna hegemônico ao passar por diversas negociações inter e extra-grupais entre indivíduos e coletivos, seguindo um prévio acordo orientado por critérios de aceitação, divergência e convencimento para desencadear novo (s) significado (s) a um objeto ou questão.

Dessa forma, a perspectiva apresentada por Boudon (1998) na qual se insere o recurso metafórico propõe o entendimento das ações e pensamentos dos sujeitos a partir de seus argumentos, no intuito de examinar as suas *razões*, ou seja, os motivos e explicações que os levam a defender determinada visão das coisas, sejam elas de cunho racional convencional ou de um convencimento argumentativo, partindo do ponto de vista do próprio ator social.

Para o autor todas as hegemonias ideológicas e dos demais processos sociais não se tornam vigentes por mera passividade dos participantes, mas através de situações ativas de argumentos e contra-argumentos flexíveis.

As condutas humanas nesta perspectiva são orientadas por uma racionalidade estabelecida social e coletivamente no ideário através da argumentação constante e modificável pelas crenças, práticas e necessidades dos sujeitos, diferentemente do modelo de racionalidade comumente disseminado nas ciências, cujo teor é sempre coercitivo, dogmático e generalizável a todos em qualquer época. Este conjunto de idéias que constitui a *ideologia* é construído a partir da prática e lugar social utilizados pelos sujeitos individual e coletivamente.

A considerável vantagem desta forma de proposta de estudo e interpretação da multiplicidade humana se encontra no entendimento do conhecimento como estando num invariável processo de construção e reconstrução pelo discurso, cujo princípio reside na elaboração de argumentos persuasivos que deverão ser posteriormente acolhidos por um público que por sua vez, também produz uma discussão e reflexão no intuito de escolher a tomada de decisão mais condizente com as idéias as quais tenham se identificado.

Embora este logismo e princípio já tenha sido elaborado e resignificado por diversos filósofos ao longo da História e não apenas os gregos, a compreensão do discurso do homem para o homem nos possibilita conceber o impacto das idéias construtoras do pensamento e da ação, além de

reforçar o reconhecimento da condição de transitoriedade e mudança presentes nas manifestações humanas.

Como as interpretações se encontram passíveis de mudanças atreladas aos condicionantes historicamente situados, proporcionam que concebamos a permanente existência de uma continuidade concreta entre o senso comum, o pensamento filosófico e o científico de maneira geral, diferenciados no campo argumentativo meramente pela maneira como operacionalizam seus métodos.

Esta opção de análise traz uma considerável articulação entre os saberes constituídos que na conjuntura moderna permanecem muitas vezes isolados pelas certezas e afirmações demarcadas dentro de condições limitadas por um grupo, ou em situação de total discórdia com as demandas e conjecturas das relações e ponderações humanas diversas.

Trazemos desta forma uma outra possibilidade de tratamento das informações e conclusões vindas de pesquisas educacionais, pois ocorre certa ausência de uma exposição ao erro mais explícita, com pouca ou nenhuma experimentação e diálogo diante das demais áreas que estudam a temática educacional, apontando o excesso de rigorosidade e o manuseio de ferramentas pretensamente neutras como formas seguras do pesquisador intervir sobre as ações dos dados, proporcionando uma cientificidade.

Dessa forma trazemos ao centro de nossas considerações de análise das fontes escolhidas a presença de divergências e do caráter múltiplo nas análises e avaliações realizadas por especialistas ou grupos sobre os fenômenos, assumindo que o debate pode construir circunstâncias para elaboração de outras análises e pontos de vista.

Entendemos tal abordagem como um recurso diferenciado e, portanto passível de críticas e equívocos, mas que nos possibilita exercitar intencionalmente maneiras desafiadoras de estar e compreender a realidade a fim de ultrapassarmos as idéias que hoje temos das relações humanas, escola, homem, educação e da contemporaneidade sob percepções efetivamente diversificadas.

III ANÁLISE DE DADOS: Impressões sobre a comunidade na Contemporaneidade

O homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem “civilizado”.

Norbert Elias – O processo civilizador.

3.1 DAS FONTES LEVANTADAS

Inicialmente pretendíamos realizar um extenso levantamento em fontes diversas do desenvolvimento de estudos e trabalhos que abordassem o tema comunidade relacionada ao campo educacional no país para construirmos um panorama mais específico sobre a questão em nossas análises.

Entretanto, a dificuldade para organizar e tratar de tantas informações abrangentes e dados disponíveis nas universidades, entidades, associações, grupos e linhas de pesquisa e nos projetos sociais diversos dentro de uma proposta de cunho analítico tornavam inviável a realização de um estudo consistente somente de teor dissertativo.

O período estipulado para realização deste trabalho também foi crucial para abandonarmos esta perspectiva. Contudo acreditamos que as fontes selecionadas e seu cruzamento com as

categorizações que constituímos traduzem uma parcela dos controversos dilemas atuais entre as vertentes da comunidade, educação e contemporaneidade e suas ramificações.

Ao longo do período de 2 anos analisado, coletamos um total de 111 artigos publicados nos três Grupos de Trabalho que foram produzidos e divulgados nos anais da ANPED. Dentre os citados artigos, apenas 72 possuíam características nas suas abordagens e propostas de intenção que poderiam segundo nossa avaliação pautada nas leituras e reflexões acerca do tema, serem relacionados direta ou indiretamente com os aspectos de interesse deste estudo.

Os trabalhos selecionados apesar de demonstrarem um desnível na quantidade de publicações no decorrer dos anos, apresentam como contrapartida indícios de constante produção nos campos, conforme ilustrado na tabela 3 abaixo.

TABELA 3 – Quantidade de publicações dos grupos por ano.

2000	2001	2002
25	30	17

Fonte: Elaboração própria baseada nos trabalhos dos Gt's divulgados no site da ANPED.

Vale destacar que a referida flutuação numérica entre as publicações no transcorrer do período investigado não demonstra ausência de critérios consolidados nos respectivos grupos temáticos para avaliação e relevância dos mesmos nas questões educacionais, pois os GT's da ANPED são considerados marcos consolidados das principais tendências nas pesquisas e estudos em educação do país.

Assim sendo, os estudos disponibilizados e consultados enquanto fontes para nossa análise podem ser considerados bastante confiáveis e válidos como mapeamento das idéias e propostas mais difundidas que caracterizam as relações coletivas e as políticas públicas contemporâneas, bem como nas articulações da educação com as teorias consolidadas por importantes áreas das Ciências Humanas.

Uma observação das publicações por grupo de trabalho revela uma diferenciação também na proporção entre os mesmos, como demonstrado pela tabela 4.

TABELA 4 – Média geral de trabalhos publicados por Grupo de trabalho

Grupos de Trabalho	Publicações
Educação	32
Movimentos Sociais	22
Sociologia da Educação	18

Fonte: Elaboração própria baseada nos Trabalhos dos Gt's divulgados no site da ANPED.

Os trabalhos divulgados nos grupos de trabalho ligados diretamente a educação são maiorias numa comparação direta com os demais analisados, por conta principalmente das características próprias da área de conhecimento de se comunicar e articular intensamente e com consistência junto a temas, teorias e questionamentos amplos, cujos conteúdos costumam ser relacionáveis aos demais campos de conhecimento em Ciências Humanas.

Contudo, esta mescla de temas e leituras que vem sendo adotadas nas últimas décadas por posições mais diversificadas, como a dos movimentos sociais, originalmente marginalizadas pelas Ciências Humanas, também vem ganhando bastante força por não estarem restritas e nem precisarem estar subordinadas a uma seleção mais específica de questões ou de perspectivas de análise de teor mais academicista para serem consideradas pertinentes na discussão dos rumos da educação contemporânea.

Ou seja, as grandes questões relacionadas com as políticas públicas na atualidade tendem a passar com mais intensidade por áreas cuja historicidade de envolvimento com os dilemas humanos sempre estiveram sob forte crítica e descrédito por sua proximidade maior com a vida cotidiana.

Abordagens semelhantes vêm sendo feitas por institutos, associações e organizações ligadas ao terceiro setor de modo a parecerem compor uma alternativa mais informal e arbitrária para

que possamos compreender os fenômenos relacionados com as relações humanas e os espaços.

Em contrapartida, os campos de conhecimentos por excelência com longa trajetória instituída e estabelecida histórica e socialmente parecem perder cada dia mais espaço ou se tornam diversificados para serem condizentes com a realidade global.

3.2 CATEGORIAS

Para contemplar o dinamismo intrínseco dos aspectos que nos propomos a discutir e as contribuições das leituras que orientam nossa argumentação bem como as reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, escolhemos, a partir de rigorosa observação e profunda leitura das principais discussões contidas nos artigos, utilizar temáticas cujos conteúdos pudessem ser apresentados como categorias relevantes de análise.

Adotamos esta alternativa depois de constatar nos textos lidos que seus conteúdos e diálogos apresentados possuem forte diálogo com as linhas de análise construídas em nossa revisão literária e baseados, sobretudo, na perspectiva de uso do recurso argumentativo como forma de compreensão dos interesses, objetivos e motivações, conforme as recomendações de Mazzotti e Oliveira (2000) sobre a importância de compreender os valores e significados dados num determinado enunciado tendo em vista os referenciais de conhecimento nos quais o produtor de um determinado texto ou fala se baseia.

Tendo isso em vista, é importante destacar que adotamos por toda literatura presente neste estudo como um dos aspectos constituintes da análise, a contextualização e nomeio constante do percurso das relações coletivas e da situação educacional dentro das condições contemporâneas, pois dessa forma tivemos por intenção demonstrar que as discussões trazidas pelos trabalhos analisados encontram-se ligadas num debate mais amplo sobre quais princípios fundamentam as ações e pensamentos dentro do campo educacional quando discutimos as relações coletivas e suas expressões.

Desse modo, os textos selecionados expressam debates, estudos e impressões múltiplas dos fenômenos aos quais continuamos submetidos, apontando correlações pertinentes a nossa

intenção de compreender os significados atribuídos à interação da coletividade com a educação tendo como base a compreensão que os autores dos textos possuem dos fenômenos discutidos.

Construímos as temáticas tendo por base alguns dos aspectos que consideramos mais influentes na contemporaneidade: a natureza das relações coletivas, onde expomos a macrosituação das dinâmicas coletivas e seus dilemas; o caráter educacional percebido nas produções, atribuições e conexões com a coletividade e terminamos com uma reflexão sobre as saídas contemporâneas recomendada pelos autores dos textos selecionados.

Estas três temáticas sintetizam bastante, a nosso ver, as posições expressas nos textos sobre as questões pertinentes ao nosso estudo.

Em todas as temáticas ressaltamos nossa intenção de ampliar o diálogo com as linhas de argumento sustentadas pelos autores não apenas como recurso metodológico analítico para podermos aprofundar e explicitar os significados e conclusões que foram atribuídos aos estudos e artigos apresentados e divulgados na ANPED, mas também no intuito de trazer elementos atuais que contrapõem ou reforçam os pontos de vista identificados ao longo dos trabalhos selecionados.

3.2.1 NATUREZA DAS RELAÇÕES COLETIVAS

Discutir as relações entre os sujeitos e seus grupos vem se tornando nos últimos anos um dos grandes temas mais comuns de serem explorados por estudos e projetos ligados às organizações e iniciativas de ordem pública e/ou privada.

Contudo, os enfoques apresentados pelos argumentos nos textos sobre tais relações tendem na maioria dos casos a delinear os reflexos dessa relação ao invés dos componentes constitutivos para que entendamos a pressão exercida por aspectos como os valores e as idéias envolvidas numa determinada forma de nos relacionarmos.

As dinâmicas coletivas foram apontadas na maioria dos textos escolhidos como um dos elos de integração entre os temas e/ou fenômenos de ordem microsocial a ser destacado, sendo

muitas vezes utilizadas como mero contexto sobre ou indicio de um determinado problema no qual o tema era tratado.

Esta forma de abordagem foi bastante comentada por Zanten e Heriot (1995) enquanto conseqüência das renovações nas abordagens sociológicas em educação nas ultimas décadas que reformularam as práticas e orientações das pesquisas no campo. O mesmo tipo de ocorrência se sucedeu noutras áreas correlatas para caracterizar a nova tendência das produções pautadas na diversidade, onde a intenção é tratar e valorizar situações que envolvam os fenômenos enquanto casos específicos e particularizados para evitar a formulação de pressupostos generalizáveis.

Todavia, essa renovação do particular acabou por invalidar ou explicitar um descrédito nas tentativas para uma alternativa mista, na qual os esforços para descrições e análises de cunho geral poderiam enriquecer as experiências de teor específico, nos quais os aprofundamentos contariam com um prévio tratamento norteador do conjunto de fenômenos a ser investigado em detalhes.

Entre os temas mais desenvolvidos nos trabalhos analisados estão a diversidade cultural, em especial questões ligadas aos povos indígenas e negros ou a estudos de manifestações culturais; a educação popular enquanto objetivo de políticas públicas vinculadas com idéias de movimentos sociais ou com iniciativas no campo da saúde; a educação rural, principalmente análises de experiências ligadas ao Movimento dos Sem-Terra ou críticas das ações públicas e por ultimo a violência, tendo a indisciplina como conseqüência de processos que carecem da articulação entre comunidade, família e escola.

Poucos dos trabalhos elegeram a comunidade como tema central e mesmo quando citada era de forma indireta, como contexto de um fenômeno sobre o qual as análises e raciocínios eram devidamente tratados. Apesar de presença diminuta nos trabalhos selecionados, a questão comunitária foi explorada sob alguns dos pontos de vista que discutiremos a seguir.

Um dos poucos estudos que apresentaram uma conceituação de comunidade tratava dos resultados de uma análise sobre orçamento participativo em grupamentos denominados comunitários:

Entendo uma comunidade como sendo um agrupamento de indivíduos que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos com unanimidade ao nível dos valores num espaço territorial específico. (HERBERT, 2002:4)

Esse conceito parece relacionado com a perspectiva clássica de Tönnies (1963) na qual a comunidade serve de primeiro espaço de relação do homem com seus semelhantes e com os critérios de vida grupal, como a referida coesão. A coesão se realiza de forma efetiva apenas se ocorrerem identificações pessoais para influenciar ações e pensamentos entre a coletividade com intenção de fundamentar pressupostos vinculados à organização humana.

Mesmo nos textos onde a comunidade se encontra mencionada indiretamente a presença dos aspectos valorativos e territoriais na coesão e organização dos sujeitos é perceptível e utilizada como aspecto de argumentação dos autores, demonstrando que a alusão feita por Bauman (2003).

Ao autor, a comunidade ocupa uma posição que inspira segurança, sendo por isso considerada um elemento forte na caracterização da idéia, pois reforça a unicidade e sua oposição para com a sociedade de cunho libertador. O contexto atual das relações coletivas na percepção da maioria dos trabalhos adquiriu ou desenvolveu outras noções para fundamentar os argumentos e teorias que possam contemplar num dado momento a circunstâncias de cunho coletivo:

Hoje o discurso parece muito mais voltado para o cotidiano, para aqueles lugares onde as histórias são geradas. Não se trata de uma negação da história ou da utopia, mas de uma outra porta de entrada, de uma outra perspectiva.

A ênfase na vida cotidiana empresta um novo sentido a tão conhecido princípio de 'partir da realidade' e que, como sabemos, muitas vezes se transformava numa forma de confirmar o que já sabíamos sobre a realidade. É um reconhecimento de que o político tem a ver com a identidade pessoal e com a situação existencial do cidadão. (STRECK & EGGERTH, 2000: 6 e 7)

O cotidiano e a identidade pelo sentido adotado nos textos se tornaram elementos constantes dos atuais discursos que envolvem a cidadania ou as políticas públicas, pois são considerados elementos que podem tanto cruzar como unir contexto e fenômeno na contemporaneidade em que os termos comunidade e sociedade parecem estar num longo declínio pela intensa

associação que possuem com momentos históricos de impacto, mas cujas aplicações já não parecem ser adequadas para as demandas dos sujeitos de hoje.

Essa decadência das formas relacionais convencionais muitas vezes é chamada de *crise*, embora possa ter outras denominações de acordo com a idéia que orienta as impressões.

Porem o fato mais importante desse quadro sugerido nos conteúdos expostos pelos trabalhos é que estamos vivenciando mudanças por demais repentinas sem que haja um período propício de adaptação e mesmo entendimento de alguns. As relações pessoais e profissionais seguem num ritmo cada vez mais intenso, contínuo e acelerado sem nos permitir explorar outras facetas do homem:

... a sociedade esta permanentemente em “estado critico” e as gerações mais velhas, pessoas que estão no mundo há mais tempo e tiveram mais tempo para desenvolver hábitos e expectativas, tendem a ser as primeiras a perceber o estado atual de coisas como um “estado de crise”. A “sociedade” é de qualquer forma uma entidade imaginada, mas imaginada de muitas formas diferentes, por vezes marcadamente diferentes e não prontamente traduzíveis.

... Permitam-me frisar ainda mais este ponto: *a crise*, na medida em que a noção se refere à invalidação dos jeitos e maneiras costumeiros e á resultante incerteza sobre como prosseguir, *é o estado normal da sociedade humana*. De forma paradoxal podemos dizer que não há nada critico no fato de a sociedade estar em crise. (BAUMAN, 2000:147)

Poucos na atualidade são plenamente capazes de se organizar ou preservar equilibradas todas as partes componentes sua vida, justamente por isso tem aumentado os estudos e recomendações sobre a criação de estratégias para otimizar as condições de vida das pessoas bem como as dicas e manuais instantâneos para conciliar as necessidades de corpo e mente e dos projetos pessoais com as expectativas profissionais.

O compasso da existência contemporânea que traz o aumento da expectativa de vida e do culto a boa forma ao mesmo tempo retira garantias da concepção de trabalho e das formas de articulação da vida profissional e pessoal que antes eram capazes de garantir projeções de uma existência estável por concluírem que a estabilidade tão almejada impede um andamento dinâmico entre sujeitos e instituições.

Mesmo que a sensação de dúvida e receio sobre a existência sejam ocorrências costumeiras na vida humana é preciso reconhecer que as dinâmicas modernas atuais parecem muito distantes de oferecerem meios até mesmo para resolver dilemas antigos, como a falta de informação. A narrativa abaixo descreve parte das incompatibilidades daqueles submetidos aos critérios incoerentes da vida moderna:

Diarréias, escabiose (sarna), verminoses intestinais, impetigo (perebas), micoses cutâneas, doenças venéreas, infecções exantemáticas agudas (como catapora, rubéola e sarampo), resfriados, pediculose (infestação por piolho), pneumonia, tungíase (bicho do pé), faringites e outras doenças infecciosas e parasitárias fazem parte da rotina diária das famílias das classes populares brasileiras. Numa mesma família se costuma observar, ao mesmo tempo, várias dessas infecções que têm um caráter extremamente repetitivo. Muitas vezes, um membro da família só é levado a um serviço de saúde quando é ultrapassado determinado nível de tolerância ou quando surge alguma nova condição, que facilite o acesso. Nessa convivência diária com as doenças infecciosas corriqueiras há elementos de sofrimento e desespero, resistência e busca de estratégias de enfrentamento, esgotamento e passividade. Esses elementos se interagem numa dinâmica complexa a partir das condições materiais sociais a que estas pessoas estão submetidas. (VASCONCELOS, 2000:1)

Percebemos pelo trecho citado que as reações humanas diante das dificuldades e desinformações subentendidas pelos meios sociais como orientações disponíveis ao alcance de todos não se inicia com a passividade como muitas vezes é insinuado pelos diagnósticos de órgãos públicos e grupos privados que estudam as inter-relações entre causa e efeito, pois aparentemente o comportamento considerado como sendo desaprovado pelas normas sociais surge, como argumenta o autor do texto, somente depois de tentativas frustradas de recorrer aos mecanismos sociais oficiais e acabar por esgotar outras alternativas.

Curiosamente ocorre uma convivência quase mórbida entre situações como a que fora narrada com iniciativas e situações que poderiam sugerir a um observador retido num contexto específico que o fato descrito acima não passara de um caso isolado, pois o processo de formulação dos planos de crescimento e qualidade educacional brasileiro em âmbito macro passam por uma expansão dos projetos e programas, tanto formais quanto informais destinados a complementar os objetivos do sistema educacional formal, buscando explicitar o espaço que tem sido dado através da imprensa, empresas, ONG`s e outras instituições aos

objetivos do processo educativo como estratégia para gerar o desenvolvimento dos aspectos políticos, econômicos e culturais que envolvem a qualificação do povo e do país.

Costumeiramente o esforço para compreender o motivo da repetição ou as alternativas para tratar desse distanciamento entre os meios e os sujeitos, na exposição dos autores dos textos parece se dar na inserção do papel dos espaços públicos que por serem manifestações do Estado teriam a obrigação de resolver a questão.

No entanto, quando a esfera pública parece ineficaz para salvaguardar e resolver os dilemas dos sujeitos ou mesmo desinteressada de realizar um esforço para trazer alívio aos desnorteados, a sensação de frustração e incompreensão parecem tomar intensidade ao ponto de torna-los paralisados:

As pessoas, na comunidade, se ressentem da crise econômica. Lutam com dificuldade até para sobreviver. Mas não é esse tipo de “ajuda” que esperam de nós. Sentem falta daqueles momentos de encontro, de confraternização, de serem ouvidos e sua palavra contar, no sentido mesmo de ser levada em conta... Temos claro que só isso não é suficiente. Mas nenhuma forma de atuação sozinha pode dar conta da complexidade das demandas em comunidades que sentem falta de tudo, mas sentem falta principalmente daqueles espaços em que cada um sabe que pode falar - porque vai ser ouvido - e em que se sentem bem. (AZIBEIRO, 2001:14)

Esse tipo de apoio e conforto tem sido mais raro de ser observado na atualidade, principalmente por ressaltar características das comunidades anteriores ao surgimento da organização societária, embora esta vida simples ainda tenha sido uma opção durante algum tempo para os descontentes até o alcance da plena hegemonia do Estado-nação.

Sem dúvida o modelo societário trouxe desenvolvimento e agilidade para articulação dos homens, fornecendo materiais e técnicas que aperfeiçoam todas as formas arcaicas de comunicação, trabalho, lazer e mesmo relacionamentos. Em contrapartida, seu progresso parece trazer um afastamento das pessoas de um contato mais proximal entre si, cheios de situações que valorizam o contato e identificação distanciadas supõe trazerem consigo dentro desses critérios uma identificação e a sensação do bem estar de pertencer a um grupo:

A frieza com “os forasteiros”, estranhos tornado-se vizinhos e vizinhos virando estranhos, é sinal de um esfriamento geral das relações humanas por toda parte. Frias são as pessoas que de há muito esqueceram como pode ser aconchegante a comunhão humana e quanto consolo, conforto, encorajamento e simples prazer se pode obter dividindo a própria sorte e esperanças com os outros – “outros como eu” ou, mais precisamente, outros que são “como eu” exatamente por *dividirem* minha sorte, minhas misérias e sonhos e, mais ainda, por me preocupar com sua sorte, sua miséria e sonhos. (BAUMAN, 2000: 60)

É na efetiva comunhão, e, sobretudo na identificação com outros de sua espécie que os homens conseguem criar maior sentido para suas realizações e experimentar iniciativas que podem trazer benefícios ao grupo. Sem uma possibilidade sólida e, sobretudo, experimentada de estabelecer proximidade pela identificação com outros sujeitos, causada seja pela perda da segurança ou pelo crescimento da indefinição providenciado pela crise, acaba por estimular o estranhamento, a indiferença e mesmo antipatia entre os indivíduos.

Certamente a relação de indivíduos e grupos pode ser realizada de formas casuais como nos indica Heller (1992) e partindo do somatório dessas individualidades podemos constituir uma coletividade, contudo a compreensão exposta no texto se refere a um efeito contemporâneo de um distanciamento pautado numa forma de individualidade que reforça as diferenças entre os sujeitos.

Destes incômodos nascem as reações de negação das semelhanças entre os sujeitos, pois se não houver uma circunstancia capaz de gerar um compartilhamento não apenas de problemas, mas de desafios e interesses visível, não ocorre familiaridade.

Um dos aspectos que remete a ligação dos sujeitos defendida nos textos é a cultura exercida e defendida. A modernidade com seu teor globalizante não somente desestabilizou as formas de interação anteriores como incentivou as idéias de diversidade pautadas na pluralidade de manifestações, coletividades e comportamentos que devem ser aceitos como significativos mesmo que exponham divergências que desfavoreçam o contato humano.

A multiculturalidade é um conceito que designa a realidade diversa culturalmente e a convivência de grupos culturais em um mesmo território, no entanto, o que se observa, é que sob os auspícios desse termo as relações entre os sujeitos ficam relegadas a uma espécie de manutenção de

identidades, tradições e costumes culturais, sem que seja potencializado o intercâmbio. Como resultado desse processo, a tendência em criar guetos ou grupos culturais separados e distanciados é muito maior.

Já a interculturalidade carrega as relações entre sujeitos de distintas culturas e os processos que, pelo encontro/enfrentamento, possibilitados pelo intercâmbio, não separam, nem guetizam, mas colocam sujeitos em relação, estimulando as trocas e os intercâmbios, possibilitando que outras formas culturais ganhem visibilidade. Desse processo, que não é recente, mas histórico, configuram-se outras novas formas de expressão cultural. (SILVA, 2002:12)

As tendências ligadas a pluralidade nesse raciocínio parecem diferenciar-se sutilmente, contudo nas linhas contemporâneas de reflexão sobre a realidade, temos a clara percepção de que tais tendências compartilham da mesma raiz ideológica, sustentada na diferença, acabando por atuar num mesmo percurso sectário:

... o multiculturalismo é orientado pelo postulado da tolerância liberal, pela preocupação com o direito das comunidades à auto-afirmação e com o reconhecimento público de suas identidades por escolha ou herança. Ele funciona, porém, como força essencialmente conservadora; seu efeito é uma transformação das igualdades incapazes de obter aceitação pública em "diferenças culturais"- coisa a ser louvada e obedecida. (BAUMAN, 2003: 97-98)

Essa afirmação da diferença, inclusive apontada como benéfica nos textos, pode não apenas frisar um teor diferente como trazer também consigo alguns perigos, conforme nos aponta Pierucci (1988) quando salienta o "charme" e "fascínio" dos discursos de esquerda que afirmam a diferença como caminho, pois a obsessão pela diferença seria uma característica ligada à direita política.

Seria neste pólo político fomentador da modernidade que vem sendo negado historicamente o princípio de igualdade entre os homens pela existência das diferenças entre os grupos coletivos étnico-culturais.

Todavia, Bauman (2003) já alertara para o fato de uma perspectiva baseada no reconhecimento da diferença precisar contribuir com uma redistribuição das culturas pleiteantes da diversidade para que suas reivindicações sejam validas.

Outra vertente que possui bastante adesão é a anteriormente citada perspectiva identitária, bastante ressaltada em diversos dos textos analisados como uma escolha mais fiel das

condições contemporâneas. A idéia da identidade expandiu-se dentro da atualidade, perpassando desde a questão inicial de nomeio da forma de ser e estar do sujeito para demarcar as práticas e rumos das instituições hoje:

Parto do pressuposto que se por um lado às escolas se identificam à medida que pertencem as a mesma rede de ensino e, portanto, estão sujeitas às mesmas diretrizes e calendário; por outro lado elas se diferenciam, por ocuparem um lugar diferente no espaço geográfico da cidade e estarem inseridas em contextos sócio-culturais também diferentes e, principalmente por transitarem no seu interior atores e grupos de atores diferentes, cada um, individualmente ou em grupo, encarnando concepções de mundo, de gente, de educação e de escola diferentes. E, nesse caso, criam dinâmicas específicas em cada escola que lhes conferem identidades próprias. (CARDOSO, 2002:1)

Além do exposto, precisamos também manter certa cautela antes de firmarmos as identidades como meio qualificado para unificar as relações coletivas ou como explicação das diferenças, pois as idéias e valores que são incorporados as perspectivas identitárias raramente explicam os dilemas efetivos tanto nas dinâmicas institucionais como nas dos sujeitos.

A escola da atualidade, bem como o processo educacional, parecem carregar em seu interior muitos elementos conflituosos e antagônicos que serão considerados na análise da categoria seguinte.

Entretanto, a identidade como vem sendo tratada nos textos, além de ser uma idéia geradora de muitas polemicas por seu livre trânsito por esferas diversas, esta passível justamente por esse fato de sofrer reinterpretações por demais tendenciosas, como as relacionadas com os dilemas da instabilidade gerada pelos valores da modernidade:

A conceituação popular da insegurança atual como “problemas de identidade” é um caso flagrante de diagnóstico errado e prescrição potencialmente perigosa. Como tantos outros modelos sociológicos outrora em moda e hoje meio esquecidos, ela toma o contingente por fundamental, o fenômeno que pede explicação como sendo a própria explicação. Despejar ansiedade na fôrma das preocupações com a identidade já é resultado de longa e complicada série de fatores – um sintoma, não a causa da aflição. (BAUMAN, 2000:199)

Encontramos nesse comentário de Bauman uma importante advertência sobre as precipitadas interpretações que os fenômenos expostos na contemporaneidade podem nos induzir quando percebidos sob pontos de vista muito restritos.

O autor acrescenta um aspecto de fundamental consideração no reconhecimento da identificação dos sujeitos com a forma pela qual é nomeado dentro das relações contemporâneas:

... perguntar “quem você é” só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo; só se você tem uma escolha, e só se você tem de fazer alguma coisa para que a escolha seja “real” e se sustente. (BAUMAN, 2005: 25)

A conclusão apresentada reforça a idéia de que o auto-reconhecimento, ou seja, como nos definimos, detém maior veracidade e significação sobre um contexto ou relação do que muitas das intrincadas narrativas descritas e conceituações produzidas por alguns grupos de estudiosos diversos ou trabalhos de intervenção. Confirma desse modo a necessidade permanente de mantermos uma postura vigilante de nossas análises sobre os fenômenos e sujeitos envolvidos, algo inclusive salientado pela perspectiva teórica da Teoria Racional da ação contemplada por Mazzoti e Oliveira (2000).

Outra das constantes correlações demonstradas nos textos sobre as dinâmicas coletivas e de ordem comunal, se encontra na argumentação que defende o ato de “dar voz” aos sujeitos viventes no meio estudado:

...dar-lhes a palavra, buscando a partir de sua própria fala as memórias de identidades, bem como a consciência das diversidades constitutivas da própria comunidade. Ouvindo e aprendendo deles, também, qual pode ser a contribuição da universidade para eles, uma vez que percebemos cada vez com mais força a contribuição deles para nós: a compreensão que a nossa *verdade* não é absoluta, de que o nosso jeito de entender as questões e encaminhar soluções não é o único possível, nem mesmo sempre o melhor! (AZIBEIRO, 2001:14)

Neste trecho a sugestão dada vem seguida de uma posição questionadora sobre a validade nas supostas trocas de conhecimento entre o meio comunal via os conhecimentos do sujeito local e o das instituições, no caso a universidade. O aspecto identitário está referendado pela

diversidade que segundo o autor é parte integrante da organização da comunidade, mais uma vez entendida como ambiente.

A ênfase na idéia da identidade de cunho individual bem como na sua importância sobre as relações coletivas parece acentuar aspectos mais individualizados, deixando a articulação entre os espaços coletivos num segundo plano.

Heller (1992) afirma que tal particularidade do indivíduo não exclui sua natureza generalizável, pois a associação com a coletividade vem do pertencimento a um patamar mais amplo que denomina de humanidade. Através desse vínculo que os sujeitos possuem e buscam intencionalmente ocorre uma elevação do que chama de *cotidianidade de teor individualizado*. Caso não ocorra esse pertencimento de maneira espontânea, Heller indica que são ocasionadas as catástrofes e exclusões feitas pelos sujeitos ou pelos pertencentes ao meio social.

O ente singular humano sempre atua segundo seus instintos e necessidades, socialmente formadas mas referidas ao seu Eu e, a partir dessa perspectiva, percebe, interroga e dá respostas à realidade (...). O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu Eu, em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares de si mesmo e em que, desse modo, socializa sua particularidade. (HELLER, 1992: 80)

O pensamento, o sentimento e ação típicas da cotidianidade indicam que cada indivíduo é, ao mesmo tempo, particular e genérico devido ao fato de ser único e irreduzível, mas também complexo quando absorve a realidade social vivenciada. Por isso afirma que o homem deve ser autor de sua própria história construída no dia-dia, pela convivência e incorporação das relações sociais que são intercedidas pelos chamados *mediadores culturais* como a família, a escola, a igreja, a comunidade dentre outros grupos.

Dessa forma, o indivíduo amplia o seu contexto e passa a integrar autonomamente esferas da sociedade que exigem sua capacidade decisória, tornando o sujeito ser histórico e criador de cultura.

Os elementos que proporcionam a consistência das relações coletivas nessa perspectiva são construídos dentro dos grupos que representam a contemporaneidade, ou seja, as instituições

consolidadas pela sociedade são as co-responsáveis junto a instâncias como o Estado por influenciar algumas das idéias que margeiam as representações da realidade e os dilemas modernos.

Essa condição fica mais explícita quando observamos o raciocínio trazido por Bauman de angústias atuais que acabam sendo geradas nos meios de formação dos sujeitos:

A família utiliza ainda mais claramente do que a nação jamais usou a dialética tipicamente moderna entre transitoriedade e durabilidade, entre a mortalidade individual e a imortalidade coletiva. É na instituição da família que todos os aspectos assombrosamente contraditórios da existência humana – mortalidade e imortalidade, fazer e sofrer, determinar e ser determinado, ser criado e criar – se encontram de maneira mais viva e entram num jogo interminável de mutua sustentação e fortalecimento. (BAUMAN, 2000: 44)

De acordo com sua argumentação, todos temem o inescapável caráter mortal da existência humana, contudo espaços coletivos, como a família citada, fornecem laços de vínculo e confiança que insinuam uma suposta permanência de algo independente dos feitos individuais, pois aqueles que estão voltados a alguma forma de grupo ou ordem podem sentir-se menos incomodados com o determinismo biológico ou mesmo social já que quando um sujeito deixa de existir dentro dos critérios socialmente consensuais o registro de sua trajetória pode não ser reconhecido.

Talvez seja esta sensação de finitude que mova os indivíduos em situação de margem das esferas coletivas a buscarem formas alternativas de vinculação, mesmo que seja por tentativas ou submissão isso a condicionantes limitados do espaço público. Essa parece ser a hipótese defendida em alguns textos:

...a inclusão marginal da população manifesta-se sob um padrão precário e extorsivo de serviço. Precário porque insuficiente em termos de atendimento, acesso e qualidade. Extorsivo porque nele a população é responsabilizada por seu estado de privação e é convocada a arcar com os custos daquilo que deveria ser-lhe oferecido como direito. É dentro deste movimento também, mais particularmente a partir do desmonte do Estado e de estratégias neoliberais que valorizam a chamada participação da sociedade, que têm crescido alternativas como as cooperativas educacionais, bem como os programas sociais que associam Estado e entidades da sociedade civil (ONG's e entidades comunitárias), na tarefa de desenvolver determinados serviços antes oferecidos pelo poder público. (PEREGRINO, 2001: 8)

O autor buscou demonstrar que a degradação do Estado e de suas ofertas associativas levaram a formação de espaços para cumprir com as atribuições historicamente realizadas na sociedade pelo Estado e que no momento atual o ideário global pautado na perspectiva liberal busca incentivar no Estado esse abandono referendado.

Todavia se analisarmos o percurso da sociedade e das idéias liberais, provavelmente teremos de rever as premissas dos movimentos que fundamentam essa posição:

A promessa do Iluminismo de que não há nada que a espécie humana não possa conseguir com seus próprios recursos se tiver o tempo necessário para acumular conhecimento também foi privatizada, como tantas outras coisas. A liberdade humana traduziu-se em liberdade de cada um dos seus indivíduos. (BAUMAN, 2000:74)

Portanto, a liberdade societária que sucedeu a segurança comunal sempre indicou nos seus conteúdos uma exacerbação das livres oportunidades como recompensa para os que estivessem dispostos a buscar por seus próprios meios o seu espaço.

Claro que o resultado desse incentivo a auto-suficiência não poderia deixar de ser outro que não a total abertura para individualização de todas as facetas antes coletivizadas e submetidas a referências que deixam de existir para flexibilizar e justificar ações e pensamentos humanos novos.

Foi por meio desta constituição de critérios abertos que se possibilitou a criação de novos acordos entre os sujeitos e os espaços com suas instituições normativas:

A sociedade presencia processos novos de construção de indivíduos que vão ao encontro das novas relações e aprendizados, constituindo múltiplas redes relacionais que, ao mesmo tempo que lhes possibilitam uma gama de opções, os limitam à escolha de papéis e códigos sociais. (DURAND, 2001:5)

Esse esquadramento da situação moderna usando a metáfora das redes demonstra um dos resultados da abertura de critérios para desempenho de suas potencialidades na sociedade, pois a rede apensar de conter várias interligações e aparentar uma gama de escolhas, restringe os movimentos dos sujeitos presos sob seu raio de ação. Vale ressaltar que o aprisionamento é

uma condição espontaneamente escolhida pelos sujeitos por terem se disponibilizado, mesmo que de forma coercitiva, a participarem das dinâmicas propostas.

Essa aceitação em se submeter fora em grande parte conseguida pelo que Bauman (1998) e Giddens (1991) chamam de *confiança*, neste caso intimamente oferecida como um critério para obter o esperado sucesso:

Mas imaginar a sociedade foi em toda a era moderna a base em que se assentou a confiança na onipotência da espécie humana. E foi plausível e factível imaginá-la em função da densa rede de deveres e obrigações em que todos os membros eram gradual, mas inexoravelmente apanhados a medida que cresciam e conquistavam seus direitos de adultos. (BAUMAN, 2000:75)

Assim vemos que a família e demais espaços de formação do homem para viver na coletividade, trabalham mesmo sem tomar consciência para promoção desse projeto de incentivo da constante busca de conquistas.

Por esta explanação fica claro porque as políticas públicas foram se destituindo das obrigações com a vida coletiva e promovendo que outras formas de organização se encarregassem da pesada tarefa e lidar com as mazelas da vida coletiva que não puderam ser flexibilizadas, papel que vem sendo executado pelas organizações e grupos extra-oficiais, com reações diversas como demonstra a argumentação a seguir:

...se a distribuição de encargos pelo estado em direção a empresas privadas é alvo de ferrenha oposição por parte de grupos políticos que combatem as políticas de privatização, a mesma distribuição de serviços públicos entre associações comunitárias ou as chamadas ONG's não é objeto do mesmo tipo de reação acalorada. Pode-se mesmo dizer que uma certa valorização positiva que setores da esquerda atribuíram a iniciativas e organizações de caráter comunal tem sido fortemente incorporada por forças tradicionalmente identificadas como estando à direita do espectro político. Parece haver uma quase unanimidade em torno de políticas – as mais diversas – encetadas para ampliar a incorporação, o prolongamento da permanência ou a mudança em padrões no atendimento educacional de populações historicamente alijadas (ou muito precariamente incluídas) de tal direito elementar. O fato de tais políticas recorrerem a formas de gestão e organização que apelam para uma participação mais ativa da clientela envolvida e/ou alteram padrões clássicos dos serviços públicos tem sido recebido ora com aquiescência ora com entusiasmo, mas raramente tem sido objeto de crítica consistente. (COSTA, 2001:2)

Dessa forma o fenômeno da privatização ganha uma compreensão que o constitui numa posição mais substancial e que segue além das críticas comumente ligadas a posições com teor político-partidárias, pois retoma o conflito com a condição pública que proporcionou sua expansão, sendo por isso mesmo pouco diferenciável no sentido de aplicarmos um juízo de valor.

Vendo esta trajetória somos levados a questionar qual seria o papel a ser desempenhado pelo âmbito público na contemporaneidade:

O público – reunião de outros indivíduos – só pode aplaudir ou apupar, elogiar ou condenar, admirar ou depreciar, instigar ou dissuadir, estimular ou amolar, incitar ou abafar: jamais prometerá algo que o próprio indivíduo não possa obter por si mesmo, jamais atacará o problema *pelo* queixoso (não passando de um aglomerado de agentes individuais, o público ouvinte/opinante não é em si mesmo um agente), jamais assumirá a responsabilidade no lugar do indivíduo. (BAUMAN, 2000:72)

Desse modo há pouco que possa ser reivindicado efetivamente pelas constantes propostas de resgate ou reformulação do espaço público, pois ele já não serve de forma alguma como área de reconstrução ou mesmo de criação de relações coletivas pautadas sobre outros pressupostos que não as ligadas a ampla liberdade.

São estas linhas de reflexão que guiam as estimativas de falecimento do Estado e do poder praticado pelo espaço público expostas no trecho abaixo:

... simplificação do ‘público’ como meramente do povo, representado numa *homogeneizada “comunidade”*, que não mantém (ou não deve manter) relação com o espaço político do Estado – entendido, aqui, enquanto instância que regularia e administraria interesses em disputa e conflito. De outro lado, vislumbra-se, neste precário artifício retórico, o Estado *desaparecer de vez*, levando junto suas presumíveis obrigações públicas, que, como foi sugerido pela palestrante, não tem nada a ver com o povo e muito menos seu “*governo*” porque aquele (o povo) está, nesta proposta ‘*global*’, onde sempre deveria ter estado nesta *comunidade homogeneizada*, se possível *despolitizada*, ou ainda *apolitizada*, porque distanciada do espaço do público referido ao Estado e ao Governo. (MARANHÃO, 2001: 9)

Assim sendo, podemos entender que as relações coletivas contemporâneas vivem num desconforto constante, pois não apresentam opções nem meios de realizar algo novo, conforme nos explicita Bauman:

Todas as formas de comunhão são na verdade frágeis e vulneráveis, enquanto os módulos permanecem mal integrados. Em nenhum grupo nos sentimos “inteiramente á vontade”; em qualquer grupo que eventualmente nos acolha sentimos-nos antes como que passando uma noite no hotel ou algumas horas num restaurante do que jantando em casa com a família. (BAUMAN, 2000: 163-164)

A delicada união limitada entre os sujeitos ocasiona por vezes na retomada saudosista de antigas opções tidas como ainda seguras e viáveis de serem trazidas e novamente praticadas, como as tendências comunitárias apontadas por Bauman (2003), porém são efetivamente refúgios superados porque não podem garantir mais do que uma solução inadequada e defasada diante do contexto de mudanças cotidianas.

Outra alternativa para qual os sujeitos costumam se voltar se encontra nas práticas de uma forma de democracia dentro das relações sociais que permita uma existência mista entre as oportunidades ligadas a liberdade e diferença em convívio harmonioso com certos parâmetros confiáveis de assentamento igualitário que em tese estariam constituídos na idéia e prática da cidadania:

... se queremos falar de democracia na escola devemos, ao mesmo tempo, reconhecer as diferenças nos papéis sociais e nos deveres e buscar aqueles aspectos em que todos os membros da comunidade escolar têm os mesmos direitos. Estou falando, por exemplo, do direito ao diálogo, à livre expressão de seus sentimentos e idéias, ao tratamento respeitoso, à dignidade, etc. Tanto nas escolas quanto nos hospitais e nas famílias. Estamos nos referindo, afinal, à igualdade de direitos que configura a cidadania. Com isso, entramos no tema da cidadania, outra palavra que pode ser empregada em muitos sentidos. Desde sua origem na Roma antiga, a idéia de cidadania está vinculada ao princípio de que os habitantes tem o direito de participar da vida política da sociedade. Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos que permite aos cidadãos e cidadãs o direito de participar da vida política e da vida pública, podendo votar e ser votado, participar ativamente na elaboração das leis e de exercer funções públicas, por exemplo. (ARAÚJO& ARAÚJO, 2002:2)

Sendo uma construção produzida pelo aparecimento do Estado-nação, a cidadania, conforme apontam algumas posições nos textos, estava fadada a fracassar para poder liberar a livre iniciativa como regra das relações coletivas amplas, pois mesmo ainda sendo possível encontrar hoje resquícios dessa idéia em espaços institucionais a argumentação em vários dos textos remete a concepção de inevitabilidade da transformação do modo de viver anterior ao da cidadania contemporânea:

... o significado de “cidadania” tem sido esvaziado de grande parte de seus antigos conteúdos, fossem genuínos ou postulados, enquanto as instituições dirigidas ou endossadas pelo Estado que sustentavam a credibilidade desse significado tem sido progressivamente desmanteladas. O Estado-nação, como já mencionamos, não é mais o depósito da confiança pública. A confiança foi exilada do lar em que viveu durante a maior parte da história moderna. Agora esta flutuando á deriva em busca de abrigos alternativos – mas, nenhuma das alternativas oferecidas conseguiu até agora, equiparar-se, como porto de escala, á solidez e aparente “naturalidade” do Estado-nação. (BAUMAN, 2005: 51)

O antigo modo de vida em sociedade bastante promovido na construção da idéia de nação e de símbolos que foram trazidos originalmente com as formas de organização anteriores a modernidade já não podem ser considerados abrigos consistentes para repouso e criação de alternativas para os dilemas contemporâneos, pois cada um deles tem seus dias contados e aparentemente nada pode ser feito para mudar esse resultado.

Apesar de alguns já terem percebido tais rumos, a grande maioria das pessoas segundo os textos continua procurando e apostando nessas formas coletivas para se protegerem contra os prolongados desequilíbrios que vem pulverizando todas as opções já buscadas:

Tanto a nação como a família são soluções *coletivas* para os tormentos da mortalidade individual. As duas transmitem mensagem semelhante: minha vida, ainda que curta, não foi inútil e sem sentido se modestamente contribuiu para a durabilidade de uma entidade maior do que eu (ou que qualquer outro indivíduo como eu), uma entidade anterior à minha vida e que sobreviverá a mim, por mais que eu viva; é essa contribuição que confere um papel imortal a vida mortal.. Dada a mensagem, parece menos sinistra a questão do que acontece após a *minha morte*: eu morrerei, mas minha nação, minha família vão permanecer – e permanecerão em parte porque dei a minha contribuição. Em vez de aceitar a provação de minha mortalidade resignadamente, fiz algo (e não apenas algo, mas algo que realmente conta) para me elevar acima dela. Fiz da minha própria mortalidade individual um instrumento de imortalidade coletiva. Quando morrer, deixarei algo que será a sobrevivência (quem sabe talvez mesmo uma autêntica e eterna permanência) de algo maior e mais importante que minha própria existência fugaz. (BAUMAN, 2000:45)

Ainda que sejam redutos em fase de termino, parecem conseguir ressuscitar a disposição dos sujeitos submetidos às condições contemporâneas por buscas respostas e sentido para existência humana em seus conteúdos, assim como as forças para enfrentar os fenômenos autodestrutivos da contemporaneidade parecem também requerer tal ação. Entretanto, seus princípios não possibilitam buscar outras condições de se alcançar uma forma de se relacionar e existir.

3.2.2 CARÁTER EDUCACIONAL

Os textos tratados denotam também na sua maioria a escola como espaço e centro de referência de todos os temas e práticas ligados ao campo da educação. Alguns trazem críticas em diversos tons e objetivos ao modelo tradicional da escola, mas reconhecem seu papel de formadora dos sujeitos e principalmente dos grupos considerados em desvantagem ou marginalizados.

A comunidade costuma ser declarada quando citada nos trabalhos, ou como parte constitutiva do processo educacional escolar ou como macro contexto onde podemos inserir as transformações sociais e individuais necessariamente por intermédio escolar.

Entre os temas mais abordados estão o analfabetismo, como consequência das concepções de políticas públicas ultrapassadas; a diversidade cultural representada por movimentos ligados a culturas indígenas e negras e análises dos princípios políticos, tratando sobre o papel da escola e seu espaço na atualidade.

Um dos aspectos mais fortes da escola enquanto instituição pode ser constatado numa observação cautelosa de seus fundamentos, balizados nas idéias hegemônicas anteriores a própria modernidade:

A escola, desde o tempo dos jesuítas (iniciado no período colonial), tem participado da construção de uma história oficial que tanto teve seu papel na “integração” cultural dos povos indígenas do Brasil, isto é, a lógica da cultura européia-ocidental/cristã quanto da construção de verdades que atenderam aos interesses mercantilistas e que atendem aos interesses capitalistas atuais. (GRANDO, 2000:5)

Essa função argumentada de nomeio inclusive da identidade de grupos e eventos continua sendo desempenhado em todos os ramos da educação, afinal as bases que sustentaram a contemporaneidade precisavam ser construídas sob alguns alicerces responsáveis pela geração de sujeitos capazes do exercício futuro de sua independência.

Todavia para que os homens possam expressar livremente sua independência precisam obedecer as ditas *opções individuais*, uma concepção de escolha que Bauman sinaliza como sendo definidas por um conjunto de alternativas selecionáveis:

Durante toda a fase clássica da modernidade, o principal instrumento para criar uma agenda de opções foi a *legislação*. Do ponto de vista do indivíduo enquanto optante, a legislação é antes e acima de tudo um poder que pré-seleciona. Os legisladores fazem suas escolhas antes do indivíduo e lhe reduzem o leque de opções: algumas, possíveis em teoria, são excluídas do leque de possibilidades práticas ou associadas a sanções punitivas severas o bastante para torná-las caras demais e portanto dificilmente vistas pelo optante comum como plausíveis, quanto mais atraentes. A legislação em outras palavras separa o reino da viabilidade prática do leque de possibilidades teóricas; o primeiro recebe uma forma diferente do (e sobretudo mais estreita que o) segundo. (BAUMAN, 2000:79)

É através da legislação que foram fornecidos os parâmetros e premissas da liberdade instituída via nação, família, escola bem como as demais instituições atreladas ao espaço do Estado e por onde se realizou toda posterior modificação de teor mais incisivo na caracterização da contemporaneidade, onde a liberdade de opções fora acentuada.

Também por essa análise, percebemos porque existe uma considerável cisão na percepção das pessoas entre teoria e prática, tendo os aspectos teóricos gozado historicamente bem como socialmente de maiores regalias, aceitação e mesmo um desejo pautado na idéia de que apenas a teoria seja capaz de providenciar uma vivência respeitável, rica, e plena sendo que tais valores foram e continuam sendo estimulados na grande maioria dos espaços e grupos coletivos.

Em contrapartida, os meios práticos são sempre vistos como imprecisos e inadequados para conquista de realização pessoal ou profissional, pois sequer são reconhecidos fora de esferas coletivas ligadas a necessidades primárias do homem.

Aqui podemos notar nitidamente pela explanação do texto que a ação da educação como espaço de formação, e principalmente da escola, sempre fora voltada para formação e consolidação do pensamento orientado para liberdade do indivíduo e dos grupos coletivos:

... é objetivo da educação escolar transformar o ser humano num ser social que, atendendo aos ideais de seu tempo histórico, seja útil à comunidade. Portanto, os educadores considerando que a liberdade é filha da autoridade, devem ajudar seus educandos a se construírem no marco da regularidade, libertando-se do imediatismo das impressões, o que gera dispersão e inquietação. (FERNANDES, 2001:2)

Mais uma vez a analogia da escola como campo de conhecimento estabelecido pelas contribuições de ramos teóricos que visam auxiliar da autonomia em contraponto com

impressões desorganizadas pela vida empírica são evocadas como forma para demonstrar que a escola é a escolha inevitável para os interessados em desenvolver habilidades que lhes permitirão exercer sua plena liberdade na vida contemporânea.

Reconhecendo o papel de promoção de socialização secundária, portanto não apenas vinculada ao oferecimento de comportamento imediato, mas de inserção num mundo histórico e social, o professor ou professora, adultos responsáveis pela educação de crianças na escola, precisam dar voz a elas para conhecerem sua cultura e encontrarem os conteúdos sócias a serem discutido. (BREGANHOLI & MELLO, 2000:12)

O trecho apresentado flexibiliza a função socializante da educação propondo uma colaboração conjunta dos educadores com os aprendizes, mas sem abandonar a responsabilidade detida pelos profissionais de trazerem os aparatos e conhecimentos que devem ser transmitidos nas futuras gerações. Mais uma vez a recomendação trazida nos textos é de realizar uma colaboração sem romper em demasia com os pressupostos já conhecidos, utilizando o discurso da consideração pelo outro via metáfora de “dar voz aos excluídos” como prática compensatória atenuadora das diferenças no processo educativo.

O teor metódico e organizado das atividades e princípios sempre foi ressaltado nas caracterizações do que constitui o espaço escolar e suas rotinas, pois as expectativas do que seja uma boa escola ou um processo educativo eficaz trazem consigo idéias que remetem as posições positivistas aproximadas das estruturas das Ciências Naturais.

No trecho abaixo se torna bastante explícito que essas influências continuam sendo as esperadas do campo educativo e de seus profissionais, independente do tipo de opção inovadora que possa ser apresentada para superar as dificuldades na dinâmica do ensino-aprendizagem:

... todo o dia é sempre igual. Mesmo que esse igual seja recheado de diferenças, diferenças que acabam sendo percebidas como iguais pelo nosso olhar constituído pela lógica da homogeneidade. Como é sempre igual, é possível prever o que vai acontecer. Mesmo que algumas vezes (talvez sejam muitas essas vezes) ocorram situações imprevisíveis - pois no cotidiano também se encontram os desvios, os erros, as perdas, o acaso -, então, tenta-se colocar tudo como deve ser, como já se sabe que é, como já era previsto. (ESTEBAN, 2001:3)

Entretanto, as diferenças e exclusões comentadas podem ser visualizadas dentro das macrodinâmicas entre os sujeitos e grupos que parecem seguir uma hierarquia responsável

pela demarcação de suas características e do seu papel nos seus espaços, afinal o processo educacional esta subordinado ao repertorio e bases de conhecimento, valores e idéias que cada sujeito deve adotar, como nos ressalta Bauman:

O principal instrumento moderno para criação do código de escolha foi a *educação*. Trate-se de um esforço institucionalizado para instruir e treinar os indivíduos na arte de usar sua liberdade de escolha dentro da agenda estabelecida legislativamente. A educação visa a prover os optantes de sinais de orientação, regras de conduta e, acima de tudo, *valores* que orientam a opção, ou seja, dotá-los da capacidade de distinguir entre as razões corretas e incorretas de preferência e a inclinação a seguir aquelas e evitar estas. A educação visa induzir os indivíduos as normas que dali em diante guiarão a sua prática. Se a legislação estabelece a agenda dividindo as opções teoricamente possíveis entre as que são permitidas e as que são proibidas e puníveis, a educação desempenha sua função codificante subdividindo o conjunto de opções disponíveis / permitidas entre as que são desejáveis / recomendáveis/ adequadas e indesejáveis/ não recomendáveis e inadequadas. (BAUMAN, 2000:79)

Dentro do processo de restrições para o pleno desenvolvimento das opções individuais é na escola e, arriscamos dizer em todas as ramificações educacionais, que se “aprendem” os conhecimentos de fundamentação de nossas opiniões, ações e reflexões sobre a realidade e suas variadas caracterizações.

É, portanto, sob orientação ou captação de saberes promovidos nas instituições produtoras de conhecimento na sociedade que podemos construir os pré-requisitos necessários para ascender no patamar mais amplo da liberdade individual e dos meios coletivos modernos.

De uma forma ou de outra, os sujeitos acabam sendo pressionados pelas áreas coletivas e mesmo pelos seus interesses para exercer sua liberdade a buscar pertencer e ser reconhecido pelos seus pares como membro capaz de manusear o repertório de conhecimentos e valores contemporâneos:

Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos á própria vontade... No outro pólo, se abarrotam aqueles que tiveram negado o aceso a escolha da identidade, que não tem direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (BAUMAN, 2005:44)

Esse efeito das relações coletivas contemporâneas são demarcados pela questão identitária e por isso refletem a dura seleção pela qual todos precisam ser expostos para galgar novos horizontes e projetos de interesse.

Quando se nota claramente as organizações expressas pelas manifestações contemporâneas de constituição dos sujeitos aptos a utilizarem sua liberdade, acabamos em contrapartida por questionar sob a ótica educacional como se deu a transformação das idéias iluministas para matriz moderna:

... Uma outra compreensão da escola, cuja matriz histórica esta na filosofia iluminista, atribui a essa instituição uma outra possibilidade: desenvolver um projeto educacional libertador, fundando em valores outros que não os hegemônicos que asseguram a dominação de uma classe sobre outra. Nessa perspectiva, a escola é compreendida como um espaço de formação de sociabilidades para a 'cidadania emancipatória'. Contemporaneamente, pode-se observar que essa compreensão da escola esta contida em projetos educacionais dito alternativos, desenvolvidos fora da órbita do Estado - escolas democráticas, escolas comunitárias... (ROSA, 2000:2)

O contrasenso da iniciativa recomendada pela autora e noutros textos como fundamentos da educação moderna esta no fato do meio escolar estar de fato preparando desde sua fundação cada um dos sujeitos que o perpassam para o exercício de suas cidadanias emancipadas e autônomas, embora a abrangência dessa liberdade só seja cobrado depois de passados vários anos de vida do sujeito.

Poderíamos pensar tendo esse processo como principio que a capacitação e instrumentalização com arcabouços contemporâneos nos permitiriam adquirir posições dentro das instituições formadoras da dinâmica vigente, onde possamos tentar fazer uma grande reforma nas idéias. Entretanto, assim como ressaltamos nas discussões sobre as dinâmicas coletivas anteriores, as noções modernas já se encontram num ponto sem volta:

A política e a democracia que existem de fato são tão distantes dos modelos ideais como as sociedades contemporâneas em relação ao modelo de uma sociedade autônoma. Este está presente na prática no máximo como *projeto* e como todos os projetos tem um poderoso adversário nas realidades que deveria transformar. (BAUMAN, 2000: 90-91)

Realidade e projeto assim como teoria e pratica aparecem nas impressões e ações dos sujeitos como estando dissociadas de tal maneira que aparenta que jamais poderia ser diferente.

A síntese de Bauman das implicações dos projetos modernos retrata com precisão toda deturpação sofrida pela idéia de liberdade, sujeito e relação coletiva em todas suas manifestações atuais e também nos textos desta análise:

Originalmente, o que prometiam os pensadores da modernidade emergente era uma liberdade ativa, a liberdade de fazer coisas e refazê-las para melhor se adequarem à existência humana. O que tinham em mente era a *liberdade do ser humano*. Liberdade que tinha como elemento primordial a capacidade de dar às coisas uma forma tal que os membros da espécie não fossem mais impedidos de agir de acordo com o mais humano dos seus dons naturais: o poder de fazer juízos racionais e se portar segundo os preceitos da razão. Era na capacidade humana de agir, na capacidade coletiva da espécie de corrigir os erros e descuidos da natureza e os seus próprios erros e desleixos do passado que se esperava encontrar um inabalável alicerce para a liberdade individual – liberdade de seguir o caminho da razão. Só dentro da coletividade todopoderosa o indivíduo poderia ser realmente livre – quer dizer, não ser escravo de suas paixões e desejos pré-humanos ou inumanos. (BAUMAN, 2000:77-78)

Sem dúvida a transposição da liberdade do ser para liberdade total de escolha reformulou os parâmetros de relação, sujeito, grupos, idéias e mundo para algo desumano e ausente de bases confiáveis sob as quais possamos reformar ou aproveitar das experiências passadas como alicerces para uma nova construção.

3.2.3 SAÍDAS CONTEMPORÂNEAS

Por fim discutimos as reflexões, críticas e opiniões declaradas nos textos para destrancar ou ao menos amenizar um pouco dos dilemas que perpassam o horizonte contemporâneo e as escolhas atuais.

Falar de saídas ou caminhos viáveis é sempre dificultoso e pouco garantido como meio de responder ou substituir demandas contidas nas grandes questões apontadas por toda análise, mas pode nos possibilitar um alívio.

Os textos lidos em sua maioria enfatizam a esfera educacional como alternativa mais confiável para explorar novas tendências e idéias que possam aos poucos submergir como contraponto as propostas desiguais contemporâneas, embora também hajam aqueles que preferem contar com a renovação ou reinterpretação das políticas macro para criar referenciais capazes de mudar a realidade constatada.

Perspectivas cujas abordagens sejam mais otimistas, como a citada abaixo, conseguem defender o estado de crise na modernidade como um evento passível de uma infecção interna generalizada a exemplo dos meios tecnológicos e dos seres vivos:

A inscrição de direitos á educação diferenciada, que a um tempo contempla a tradição científica da escola da sociedade moderna, e valoriza as tradições singulares de cada etnia indígena, constitui num fato sem precedentes na historia da educação brasileira, sob responsabilidade estatal, moldada nos paradigmas formulados de maneira mais densa no processo de instituição da instrução publica, sobretudo nos princípios associados á Revolução Democrática. (CAMPOS, 2000:1)

A questão a ser considerada nessa indicação reflexiva é se tem como haver uma permanência da identidade de um grupamento fechado, como no caso dos indígenas, compartilhada com os pressupostos societários modernos de teor desigual e que prezam pela supressão de qualquer alternativa que possa concorrer ou ameaçar a integridade da contemporaneidade.

Por outro lado a exaltação dos distanciamentos e limites entre as diferentes formas de contextualizar e analisar a realidade podem prejudicar sensivelmente os esforços de pensar e agir diante dos fatos expostos:

Há um certo grau de hierarquia dos campos de atuação da Política Social e da Educação. Pode-se, é verdade, planejar e implementar políticas sociais sem que se toque na questão educacional e da mesma forma, efetuar uma política educacional sem levar em conta a questão social. (COSTA, 2001:1)

Pelo exposto, as políticas sociais e educativas costumam nas suas ações se restringir as leituras e propostas de campos de conhecimentos ou temática que não estejam devidamente alinhados com suas premissas, como aconteceu no campo educacional no século XX quando as Ciências Humanas que estudam a educação escolar como objeto simplesmente resolveram ignorar a possibilidade de estabelecer diálogos entre os instrumentos teóricos e metodológicos próprios de suas disciplinas conjuntamente.

Esse tipo de esforço competitivo por sobressair suas compreensões do que seja efetivo e significativo nas práticas é uma das conseqüências dos dilemas iniciais que podem influenciar a ações de grupos:

Talvez os educadores populares estejam caminhando sobre um fio de navalha: de um lado deparam-se com a não possibilidade de compreender os processos cognitivos caso considere a existência de um “mundo objetivo” que nos informa; de outro lado, podem com outra cilada, a do caos e da arbitrariedade, da ausência de objetividade onde tudo é possível. (MATURANA, 2000:12)

A esfera de cunho popular, apesar dos esforços contrários para realçar a relevância de suas investigações, como se apresenta nas discussões abordadas nos trechos de vários trabalhos selecionados, continua em condição distanciada e mal vista pelas demais abordagens da educação, especialmente as de cunhos tradicionalistas que contemplam a variedade de leituras sobre educação como sendo frágeis e insustentáveis.

Continuamos a preservar pelos dilemas explicitados nas fronteiras legislativamente construídas de opções e reforçadas educacionalmente como escolhas.

Contudo, as dúvidas e inquietações que conduzem as trajetórias contemporâneas sobre o processo educativo e da vida moderna tendem a nos manter tensos e reticentes sobre como lidar com a condição de constante crise, sobretudo quando fazemos o diálogo dos processos coletivos e individuais para compreender a nossa situação na realidade vivida:

O que hoje chamamos *crise* não é apenas a situação em que se chocam forças de natureza conflitante – o futuro esta no equilíbrio e a vida esta a ponto de adquirir um formato novo mas imprevisível – mas antes e acima de tudo um estado no qual *provavelmente nenhum formato emergente se consolida e dura mais tempo*. Em outras palavras, não é o estado de *indecisão*, mas o de *impossibilidade de decisão*. (BAUMAN, 2000:148)

Esse diagnóstico, formulado pelo autor dos rumos modernos pode aparentar narrar uma circunstância irremediável e desanimadora no começo, mas um olhar detido sobre tais afirmações denota existir um ponto de convergência mesmo que desconhecido de onde possivelmente se formule as novas formas de viver e relacionar entre os sujeitos.

A dúvida ou receio quando são voltados para eleger alternativas de interpretação dos sujeitos e suas expressões são comportamentos que podem conduzir ao aprofundamento de aspectos capazes de enfraquecer os determinismos modernos, como defende o autor abaixo:

... é preciso recordar, repetir talvez, e elaborar. Recuperar pacientemente na memória, as lembranças que (ainda) podem dar suporte às utopias de reinvenção do humano. (TAVARES, 2001: 8)

Nessa posição, o argumento apontado diz que ser humano vive em condição diversa e conflituosa na maior parte de seu tempo, procurando espaços, pessoas, grupos e outros indivíduos capazes de conciliar ou pacificar os dilemas por ele produzidos e sentidos.

Diante de tantas atribuições e possíveis desdobramentos para vida moderna, Bauman sugere:

... a tarefa já não é explicar a crise para expulsá-la, retirando do esconderijo os fatores peculiares responsáveis pela produção de estados extraordinários em sistemas de outro modo regulares e normativamente regulados. Ao contrário, a tarefa é construir uma teoria do ser – humano - no – mundo que não veria a incoerência e a disfunção como eventos extraordinários que incorporariam na sua definição da existência humana aqueles fenômenos que são explicáveis em termos utilitários e portanto não teriam necessidade de uma “teoria da crise” especial. (BAUMAN, 2000:156)

Logo, a cultura, o pensamento e todas as convenções ou expressões humanas precisam ser reconhecidos na visão apresentada como estando e sendo constituídas por processos de mudança ininterruptas que sobrecarregam as delimitações e certezas concentradas em determinadas relações modernas.

Aos espaços de articulação e crítica disponíveis aos indivíduos cabem compreensão de repensar suas afirmações e lidar com as ambigüidades da atualidade, sendo que tais atuações parecem ser as mesmas permeadas com rupturas que separam as realidades citadas no argumento abaixo:

No centro destas situações de exclusão encontram-se os atores que, ao nosso ver, ocupam posições de particular visibilidade. Situados no campo de fronteira entre o global e o local, em pontos onde as estruturas sociais em movimento esgarçam-se, e mais facilmente expõem suas contradições, os moradores de comunidades que vêm atuando em projetos sociais, públicos ou privados, possuem um horizonte particular de vivenciamento das contradições sociais e de sua interpretação crítica. Assim como os jovens, que na fronteira do abandono escolar, e instados por suas condições de vida e de escolarização, experimentam a injustiça do fracasso sistemático de suas aspirações, percebendo, mais claramente do que outros, as impossibilidades e interdições que se escondem por trás das aspirações, produzidas e alimentadas em relação à escola. (PEREGRINO, 2001:14)

Apesar dos riscos de confrontar as diferenças alguns autores recomendam o exercício de uma aproximação cautelosa dos conflitos como maneira de reconfigurar o papel das identidades e dos espaços:

a potencialização da própria ação desencadeada pelo conflito, pelo enfrentamento, ou então, pelo diálogo e pelo encontro pode permitir a constituição de espaços alternativos produtores de outras formas de identidades, marcadas pela fluidez, pela interação e pela acolhida do diferente. (SILVA, 2002:13)

Parece-nos inegável que as soluções temporárias geram novos ânimos e muitos benefícios aos sujeitos que se encontram margeados da dinâmica social instaurada pela modernidade. Nesse sentido é preciso reconhecer que as iniciativas de movimentos e projetos organizados por militâncias comprometidas com o desenvolvimento das localidades e dos seus participantes ainda são capazes de fazer maiores transformações de algumas realidades do que se recebessem apoios de órgãos vinculados ao espaço público.

Entretanto, estas iniciativas há muito são usadas pelos meios formais como estratégia de difusão de produtos e idéias, sobretudo em nosso contexto brasileiro atualmente caracterizado pelas parcerias entre projetos do Terceiro setor com micro iniciativas que podem esconder sob uma pretensa política de afirmação local a intenção de fixar os indivíduos ao espaço onde vivem:

Num momento em que somos cotidianamente interpelados por discursos sobre a importância do voluntariado, das parcerias, das responsabilidades sociais, articulados a discursos do mercado e do consumo, considero oportuno procurarmos entender as racionalidades políticas ali engendradas, no sentido de podermos colocar sob suspeita muitas das verdades que se colocam nos espaços dos movimentos sociais. (KLEIN, 2002:13)

Os movimentos sociais há muito deixaram de ser vistos como organizações marginais depreciadas pela maioria dos sujeitos na contemporaneidade. Hoje tais manifestações detém um status incentivado pelos meios de comunicação, representações de governos e organizações ligadas aos setores públicos e privados, demonstrando que de fato qualquer alternativa organizável que seja capaz de reunir adeptos de idéias dissonantes dos acordos socialmente estabelecidos pode correr o risco de se ver cooptado pelas mesmas representações as quais estava acostumado a ver em lado oposto:

O aspecto assustador do mundo contemporâneo é que, quanto mais inteligentes tendem a ser as ações, mais elas se acrescentam ao caos. (BAUMAN, 2000:149)

A capacidade de adaptação e resignificação das instâncias modernas sobre concepções muito diversas aos seus preceitos causa séria preocupação, pois podem facilmente serem confundidas com iniciativas transformadoras.

Também vale destacar dentre os argumentos levantados que o teor humano envolvido nas escolhas e opções são incentivados, mesmo com a crítica feita sobre a presença de fraquezas e receios individuais sendo influenciados por uma mortalidade e finitude de suas realizações de acordo com os valores modernos, afinal os homens tendem a reunir-se desde o primórdio dos tempos para superar as adversidades climáticas e da fauna:

Enquanto objetivação da atividade humana, o conhecimento é uma produção coletiva, inserida criativamente na história dos povos que, em diferentes épocas e em diferentes configurações sócio-econômicas, políticas e culturais, responderam de maneira específica aos desafios colocados para a formação humana. (CASAGRANDE, 2002:2)

Bauman (2000) inclusive recomenda que as expressões humanas, em especial a cultura não sejam vistas como áreas divisoras entre as manifestações aparentemente independentes, pois defende que a multiplicidade e as ambivalências junto aos contra-sensos sempre difíceis de interpretar e harmonizar auxiliam no que compreende por *causa da liberdade humana*, nas quais as incoerências são entendidas como um processo reativo as formas de ordenação e adequação socialmente interessadas na continuidade das restrições a liberdade e desigualdade dos sujeitos.

Reconhecer e aprender a conviver com determinadas diferenciações expressas pelas coletividades traz descobertas sobre como nos compreendemos e como podemos ser compreendidos pelos outros, tanto na exposição de virtudes como de desavenças:

... só aprenderemos a descobrir e a valorizar a diversidade convivendo com pessoas diferentes, diversas, plurais. Sem dúvida, é graças à maneira de ser, pensar e agir de cada um que o mundo fica mais interessante, mais diverso, menos apático. Mas, infelizmente, ainda há diferenças que são verdadeiros estigmas, funcionam em nossas sociedades como marcas vergonhosas que expõem ao desprezo, à opressão e até mesmo à eliminação. Muitos de nós, em muitos recantos do mundo, não aprendemos ainda a respeitar aquele e aquela que anda diferente, que fala diferente, que vê o mundo com outros olhos, que tem a cor da pele diferente, que crê de modo diferente, que deseja e se identifica de outro modo, que pertence a outra cultura, a outra geração ou a outra classe social. No entanto, acredito que todas as pessoas são seres absolutamente valiosos e todas elas podem e têm importantes contribuições a dar, desde que todas tenham oportunidades de aprender e

conviver. E sobre isso o campo educacional tem muito a dizer. (SOUZA, 2002:21)

Uma das mais graves e sinuosas características da contemporaneidade vigente e bastante apontada em algumas posições dos textos se referem a resignificação da crise antes percebida somente como tribulação passageira, mas que ganhou contornos de um fenômeno permanente. Essa mudança de visão por sinal veio acompanhada da inesperada substituição do que antes era denominado por perigo pela idéia de algo mais instável, ou seja, a noção de risco:

Os perigos diferem dos “riscos” porque podem ser localizados mais ou menos com exatidão e nos permitem assim tomar medidas para evitá-los ou pelo menos resistir a eles. Mas, acima de tudo, os perigos vão e vêm, são acidentais e independem do que fazemos ou não: são distúrbios na busca em geral suave de nossos objetivos, provêm de fora e não tem nada a ver com o que perseguimos. Os riscos são algo inteiramente diferente: trata-se de aspectos inerentes as nossas ações, estão presentes no que quer que façamos e decorrem dos nossos atos; podem talvez ter seu tamanho reduzido, mas jamais são inteiramente eliminados. (BAUMAN, 2000:150)

Todas essas modificações descritivas dos fenômenos tanto percebidas como aquelas provocados pelos sujeitos no contexto moderno podem se agravar caso se tornem expressões alçadas pelos meios e instituições modernas.

A insegurança juntamente com a instabilidade e incerteza são por este ponto de vistas as ameaças mais incomodamente ascendentes na condição social tanto dos indivíduos como das coletividades no modo de vida atual por fortalecerem a sensação de desconforto e o medo pelo que pode vir no decorrer da existência dos sujeitos, estando ou não concordantes com essa forma de viver:

Com efeito, parece que os indivíduos, sós ou em conjunto, pouco podem fazer para combater, quanto mais derrotar, as ameaças à segurança de sua condição social ou à certeza sobre suas perspectivas futuras. A localização exata dessas ameaças é esquivada e difícil de fazer; localizações que se podem eventualmente adivinhar permanecem em geral bem longe do alcance dos poderes individuais reais ou imaginários. (BAUMAN, 2000:55)

Precisamos diante de tantos sobressaltos ser capazes de reconhecer que vivemos sob influencia das crises:

“Estar em crise” já não é visto mais como uma lamentável reviravolta do destino ou um infortúnio, mas como um atributo inevitável da condição humana. Vivemos constantemente uma situação imprevisível, assumimos riscos em tudo o que fazemos – nossas decisões podem ser, sob certos aspectos,

melhores ou piores, mas dificilmente seriam impecáveis ou melhores em *todos* os sentidos. (BAUMAN, 2000, :151)

O sujeito contemporâneo se descobriu desguarnecido para lidar com os dilemas e reflexos das relações do mundo globalizado num primeiro momento. Aqueles que começaram a reconhecer seus cotidianos como estando permeados pelos parâmetros dúbios e inseguros como algo permanente logo descobriram a necessidade de estratégias para sobreviver no contexto:

Quando a qualidade deixa na mão ou não esta disponível, você tende a procurar a redenção na quantidade. Se os compromissos, incluindo aqueles em relação a uma identidade particular, são “insignificantes”... você tende a trocar uma identidade, escolhida de uma vez para sempre, por uma “rede de conexões”. Tendo feito isso, contudo, assumir um compromisso e torná-lo seguro parece muito mais difícil (e assim mais desconcertante, até mesmo assustador) do que antes. (BAUMAN, 2005:37-38)

O caráter descartável das relações e representações que fazemos de nos mesmos bem como a transitoriedade das ações e pensamentos podem nos causar angústias e indecisões, mas também possuem potencialidades que podem nos ajudar a sobreviver aos infortúnios modernos se pudermos pontuar estratégias flexíveis.

IV CONCLUSÃO – Considerações finais

Quanto mais profundamente penetramos na riqueza de fatos particulares a fim de descobrir a estrutura e regularidades do passado, mais solidamente emerge um contexto firme de processos dentro dos quais são reunidos os fatos.

Norbert Elias – O processo civilizador.

Diante dos diálogos estabelecidos por todo estudo e nos posicionamentos apresentadas pelas fontes, ficou claro que o contexto moderno não oferece nem seria capaz de apresentar formas de organização em teor coletivo que possam traduzir ou lidar devidamente com as pressões sociais da concepção hegemônica da total liberdade explícita na perspectiva contemporânea de mundo.

Também está claro que as escolhas e opções que nos levaram a consolidação do modo de vida contemporâneo tornam necessárias, e com muita frequência, que adotemos uma pré-disposição para desmontar nossas convicções, crenças e saberes instituídos para sermos capazes de suportar as fragmentações e desequilíbrios do modelo modernista atual e sermos ainda capazes de desempenhar certas condutas ou expectativas que a realidade nos impõe de forma severa.

Aparentemente, o momento que vivemos hoje encerra com algumas fases de recriações ou aperfeiçoamentos dos velhos paradigmas, antes influentes na criação de novos valores e práticas, mas que foram de tal forma rastreados e desmantelados na modernização das articulações e normas vigentes que se tornaram rapidamente desprovidos de matéria para construir um abrigo eficaz contra os determinismos da vida na sociedade atual.

Bauman (2000) apresenta uma descrição bem detalhada da situação humana frente aos novos tempos de organização segundo os pressupostos globais:

... a integração e reprodução da “ordem global” toma mais uma vez o disfarce de um processo espontâneo e impelido por si mesmo. A grande novidade da modernidade foi apresentar a criação, preservação e continuidade da “ordem” como uma *tarefa* – um propósito dificilmente atingível sem uma ação humana decidida, concertada e consciente da sua meta. Mas a produção da ordem não é vista mais como uma tarefa; ao contrario, toda ação que visa a impor uma ordem diferente daquela em vigor é suspeita de interferir indevidamente na capacidade e poder da “mão invisível” (com ênfase no “invisível”); empenho arriscado, fadado a desperdiçar ou estragar pelo menos um tanto quanto e talvez mais do que possa consertar ou melhorar. E se a continuada existência da totalidade já não é uma tarefa, então os planejadores de tarefas não são mais necessários e os possíveis impostores, os autoproclamados profetas, que nunca faltam, devem ser mantidos á distância. E não há necessidade de as classes detentoras de conhecimento assumirem o papel de intelectuais – de guias espirituais que pretendem tornar as pessoas diferentes do que são ensinando-lhes que é útil para elas aprender essas coisas. Não existem grandes tarefas, portanto não há utilidade para as grandes idéias. (BAUMAN, 2000: 105)

Assim sendo, ficamos a cada dia mais retidos por escolhas e opções previamente delimitadas e sem rumos claros de onde poderemos encontrar um refugio seguro para refletirmos ou exercermos novas atitudes que nos permitam construir uma base sólida de existência. As opções e promessas de alternativas em vigência não podem ser consideradas como escolhas pois tendem a nunca se concretizar e somente causar a sensação de desgaste nos ânimos dos sujeitos.

Foi sobre este contexto que buscamos responder acerca dos contextos comunitários tratados pelas fontes , onde a comunidade tendeu a ser frequentemente abordada e considerada em sua relação com a educação escolar como um tema transversal ou de adendo nas análises e trabalhos de grande parte dos estudos elaborados e práticas adotadas no Brasil, impedindo dessa forma que fizéssemos uma reunião somente de textos que tivessem tal assunto por tema.

Nesse momento da trajetória humana, a condição comunitária apresenta sua ruína na articulação encadeada com o que Bauman (2000) indicou como sendo a *fragmentação da vida* e, portanto, dos principais elementos constitutivos que são responsáveis indiretamente pela constituição da identidade e da sua vertente (a identidade nacional) como representações que cumprem o papel de substituir as dinâmicas exercidas na comunidade antes. Para o autor, essa dissociação também pode ser mais facilmente notada nas dinâmicas da organização em sociedade, pois as mesmas não possuem uma historicidade ou continuidade natural resultante dos esforços e das relações humanas, mas sim de uma criação contemporânea, conforme nos destaca o trecho abaixo:

...chegou como uma *ficção*. Ela se solidificou num ‘fato’, num ‘dado’, precisamente porque tinha sido uma ficção, e graças á brecha dolorosamente sentida que se estendeu entre aquilo que a idéia sugeria, insinuava ou impelia, e ao *status quo ante* (o estado de coisas que precede a intervenção humana, portanto inocente em relação a esta). A *idéia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento* e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia – recriar a realidade á semelhança da idéia. (BAUMAN, 2005: 26)

Dessa forma o autor confirma que não há como as pessoas considerarem se agregar através da comunidade, pois a antiga vida comunitária não mais existe e as ditas reencarnações não passam de interpretações diluídas em preceitos modernos que descaracterizam ou trazem a tona apenas os aspectos mais conflitantes da vida comunal, como guetos e grupos de identidade isolacionista.

As concepções sobre a comunidade e a escola são descritas nos textos analisados como sendo articulações coletivas contemporâneas submetidas indiretamente ou não aos códigos de escolha construídos pela sociedade bem como pelo Estado que influenciam as coletividades humanas para que adquiram valor e resultados apenas quando seus esforços estão todos voltados para si mesmos. Embora ambos não seja entidades vivas, são formadas por grupos de pessoas e organizações que formulam e defendem a determinados conceitos e valores. Na melhor das hipóteses existe uma crença na improvável renovação do Estado ou de suas instituições, como os meios educacionais.

A dinâmica escolar e o espaço da escola são descritos como campos de formação determinantes no percurso das interações estruturais e funcionais que regem a vida social, mesmo quando integrado na atuação conjunta ou paralela, com os demais setores inclusos no sistema social amplo.

Sobretudo, a escola continua sendo entendida como parte essencial e indissolúvel da vida humana, pelo fato de seus princípios educacionais servirem de estruturas basilar dos aspectos que conduzem aos contatos sociais dentro da realidade. Existe muita insatisfação com as limitações do meio escolar em resolver as questões ou ao menos apontar caminhos para os futuros sujeitos ativos na vida contemporânea. Muitas das novas tendências envolvendo as políticas publicas sugerem como ação atenuante dessas dificuldades a aplicação de reformas ou maior observância dos deveres previstos pela lei com relação ao papel da escola e do processo educacional, contudo é fato muitas vezes percebido que a escola terá de lidar com o

dilema de ou ser um espaço educativo amplo e mais adequado com as múltiplas demandas do mundo contemporâneo ou ser uma área voltada somente para formação profissional ou mesmo de formação basilar do futuro trabalhador e cidadão como em sua raiz, pois neste momento tenta abarcar todas esses papéis, porém não obtém êxito em nenhum deles.

Quando relacionada ao contexto contemporâneo essas atribuições ganham maior intensidade, pois criam metodologias para a mobilização dos atores na concentração e plena assimilação dos aspectos necessários a vivência, a fim de proporcionar que cada sujeito possa buscar construir suas formas para atenuar ou superar as condições desiguais, resgatando de acordo com a avaliação dos autores analisados, a capacidade de adaptar as experiências acumuladas com motivações e finalidades ligadas ao pleno exercício da cidadania ou na caracterização da identidade.

Sobre as questões descritas como problemáticas na articulação entre política, educação e comunidade, podemos expressar que com a decomposição da comunidade as perspectivas políticas encontram-se sintonizadas com as idéias contemporâneas de fragmentação e miniaturização de cada aspecto da vida em elementos autocontidos que fazem com que o processo de vida de cada sujeito esteja confinado temporariamente nos espaços sócias indicados como seguros para manifestação de suas idéias, ou seja, o conforto com sua condição de existência só pode ser alcançado quando cada um se mantém dentro dos limites de oportunidades e condições profissionais e pessoais estabelecidos ou adquiridos na história recente, pois não há mais espaço nem oportunidades para os que tiverem interesse numa exploração e acréscimo de novos campos e áreas na contemporaneidade.

Em contrapartida as políticas adquirem uma forma de medo da existencia que torna os sujeitos ansiosos e preocupados, a ponto de se tornarem incapazes de desejar ou se esforçar para modificarem suas condições de existir, exceto dividindo seus medos em problemas restritos e controláveis para que sejam desenvolvidas pequenas tarefas de ordem prática realizáveis.

Se antigamente um dos maiores receios humanos com as diversas facetas da vida parecia estar concentrado somente no futuro que teríamos, hoje somamos a essa incerteza o imediatismo do presente que se mostra sempre instável e perturbador para criação de planos, interesses e segurança dos sujeitos .

Foram condições desiguais parecidas que Giddens (1991) percebeu como estando associadas a compromentimentos voluntariamente estabelecidos por um a espécie de pacto feitos das instituições com os sujeitos através de uma representação do que caracterizou como *sem rosto* por serem pautadas na crença na eficiência dos sistemas abstratos (fichas simbólicas e sistemas peritos).

No tocante dos problemas apontados na relação comunidade com a educação pelas leituras analisadas, podemos dizer que independente das posições e argumentos dos artigos, estamos numa visível condição na qual as pessoas estão constantemente inseguras, desorientadas, confusas e bastante assustadas com a instabilidade e transitoriedade evocadas pela vida contemporânea como sendo valores aceitáveis além de estimulados para se viver no mundo que habitam.

Desta forma, poderíamos concluir que a comunidade parece uma boa e confiável alternativa para trazer tranquilidade, segurança física e reflexiva diante da luta numa rede limitada em busca de uma liberdade de escolha e auto-afirmação. Contudo esta mesma comunidade exige para adesão forte lealdade absoluta além de usar meios segregatórios para afastar os que não conseguem se adequar a sua proposta.

O dilema do pertencimento tanto a sociedade como a perspectiva comunitária ainda em pauta na atualidade é de que todos estão interessados numa liberdade, mas não que exceda suas responsabilidades. Isso decorre do fato da dinâmica global ter atingido um ponto sem retorno, porém é da natureza e condição humana depender de seus semelhantes, e esta parece a melhor escolha para assegurar vulnerabilidade de todos e a segurança de forma mutua, ou seja, o aspecto mutável que tanto parece oprimir os anseios dos sujeitos contemporâneos parece ser uma condição necessária para criação de outras formas de relação entre os homens que consiga superar os dilemas da liberdade e da segurança.

Para escola e a educação parece continuar sustentando sua atuação como selecionadora dos sujeitos que se inserem no mundo do trabalho, um desacordo com as angustias dos sujeitos que vivem a contemporaneidade.

Talvez seja possível entender que a educação requer a constituição de repertórios mais pertinente na formulação, questionamento e modificação dos conhecimentos que possam explicar de maneira consistente as práticas estabelecidas como estando repletas de incoerências, divergências, conflitos e arranjos flutuantes que representam uma pequena parte da diversidade da condição humana.

Por fim na observação das relações com as propostas e/ou sugestões e/ou iniciativas apresentadas na interpretação dos autores para melhorar a relação da comunidade com a escola e a educação, concluímos que o teor libertário deveria ser praticado enquanto tentativa de gerar ou estimular aspectos do que Bauman (2000/2002) declara como sendo uma *boa sociedade*, ou seja, uma forma de organizamos as nossas vidas onde seus integrantes se sentem livres de coação para fazer e tomar suas decisões por espontânea vontade acerca de suas liberdades.

Portanto, entendemos que um dos principais desafios de hoje é o de encontrar alternativas temporárias que nos possibilitem partilhar não apenas os problemas e desafios, como também tornar acessíveis o máximo possível às alternativas encontradas no enfrentamento de dificuldades nas áreas, realizando uma autêntica globalização de conhecimentos materiais e/ou intelectuais pertencentes a todos e para todos os homens. É preciso não somente reconhecer, mas acatar uma real liberdade das idéias para que sejam efetivamente traduzidas em práticas articuladas.

Isso poderia ocasionar na criação de alternativas para os dilemas públicos e políticos, provocando uma reflexão e a construção de práticas condizentes e compromissadas com transformação, mantendo vigilância às contrariedades e conflitos presentes nos projetos das macropolíticas públicas e educacionais.

REFERÊNCIAS:

- ARAÚJO, U. F. & ARAÚJO, V. A. **Assembléias escolares: Construindo a democracia em instituições de ensino fundamental**. 25ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2002
- AZIBEIRO, N.E. **Educação popular e movimentos sociais: O que tem feito as assessorias?** 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2001
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000
- BAUMAN, Z. Entrevista Jornal Folha de São Paulo, 2003
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Vol. I**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986
- BOTTOMORE, T.B. **Introdução a Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1974
- BOUDON, Raymond. **O justo e o verdadeiro. Estudos sobre a objetividade dos valores e dos conhecimentos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- BREGANHOLI, V.C. & MELLO, R.R. **Crianças de bairro popular e escola: Encontro e desencontro**. 23ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2000
- CAMPOS, R.C. **Movimentos indígenas por educação: Novos sujeitos sócio culturais na história recente do Brasil**. 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2000
- CARDOSO, T. M. **A cultura da escola engendrada nos espaços/tempos do cotidiano escolar**. 25ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2002

CASAGRANDE, N. **O processo de trabalho pedagógico no MST: Contradições e superações no campo da cultura corporal.** 25ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2002

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente.** Brasília: Universidade de Brasília, 1998

COSTA, M.C. **Criar o público Não-estatal ou tornar o público estatal: Dilemas da educação em meio á crise do Estado.** 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2001

DEMO. : **Pesquisa: principio científico e educativo.** São Paulo: Ed.Cortez, 1996

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Relatório de 1957.** MEC: Brasil, 1957

DICCIONÁRIO DE FILOSOFIA HERDER. **Version en CR-ROM.** Barcelona, 1996

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LINGUA PORTUGUESA. **Versão em CD-ROM.** São Paulo: Editora Objetiva, 2001

DURAND, O.C. **Formas associativas juvenis: O caso dos jovens da ilha de Santa Catarina.** 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2001

DURKHEIM, E. A educação como processo socializador. (in): PEREIRA, L. **Educação e sociedade: Leituras de Sociologia da educação.** SP: editora Nacional, 1964

ESTEBAN, M. T. **A avaliação no processo ensino-aprendizagem: Os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano.** 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2001

FERNANDES, A. C. **Um estudo sobre o engendramento da indisciplina no cotidiano escolar.** 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2001

FERREIRA, Rosilda A. **A pesquisa científica nas Ciências Sociais: Caracterização e procedimentos.** Recife: UFPE, 1998

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 199.

GRANDO, B.S. **“Educação escolar indígena e o processo e “integração” dos povos indígenas à sociedade brasileira: Um movimento histórico de luta e resistência cultural”**. 23ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2000

HELLER, Á. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992

HERBERT, S. : **A experiência pedagógica do orçamento participativo em comunidades do Vale do Caí**. 25ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2002

HERSKOWITZ, M. J. **El hombre y sus obras: la ciencia de la antropologia cultural**.1952

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: O breve século XX 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

HORKHEIMER, Max. e ADORNO, Theodor W. **Temas básicos da Sociologia**.São Paulo: editora Cultrix, 1973

KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Ed. perspectiva, 1975

KLEIN, M. **Governando o social: Racionalidade política dos programas de formação profissional nos movimentos sociais**. 25ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2002

KILPATRICK, W. H. **Educação para uma civilização em mudança**. São Paulo: Melhoramentos, 1974

LUDKE, Menga & ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: Abordagens ualitativas**. São Paulo:EPU, 1986

LURIA, A.R. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987

LYND, Robert S. & Helen M. **Middletown: a study in contemporary American culture**. NY, 1937

MARANHÃO, H. : **Das ‘reinações globais’ no “público”:** Notas sobre o projeto amigos da escola. 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2001

MATURANA, H. **Desfazendo nós: Educação e autopoíése**. 23ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2000

MAZZOTTI, A.J.A. & GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais.** São Paulo: editora Pioneira, 1998

MAZZOTTI, T. B. & OLIVEIRA, R.J. **O que você precisa saber sobre ciência(s) da educação.** Rio de Janeiro: Ed.DP&A, 2000

MELLO, G.N. de. **Magistério de 1 grau: Da competência técnica ao compromisso político.** São Paulo: Ed. Cortez, 1993

MILLS, C. Wright. **A elite do poder.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1962

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Relatório do Departamento Nacional de Educação** no exercício de 1951. INEP: Brasil, 1952

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Relatório do censo escolar.** INEP: Brasil, 2002

MORIN, E. **A cabeça bem - feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

PEREIRA, L. **O professor primário metropolitano.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1963

PEREIRA, L. **A escola numa área metropolitana: Crise e racionalização de uma empresa pública de serviços.** São Paulo; Ed. Pioneira, 1976

PEREGRINO, M.D. **O improvável nos tempos liberais: As possibilidades da análise de atores populares nas estruturas em ação e os processos de exclusão.** 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2001

PETITAT, A. **Produção da escola / produção da sociedade: Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente.** Porto Alegre: Artes Medicas, 1994

PIAGET, Jean. **Gênese das Estruturas Lógicas Elementares.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970

PIERUCCI, A.F. **Ciladas da diferença.** São Paulo: Ed 34, 1988

RIBEIRO, J.Q. Formas do processo educacional (in): PEREIRA, L. **Educação e sociedade: Leituras de Sociologia da Educação**. São Paulo: Ed. Nacional, 1964

ROSA, D. L. **Trabalho pedagógico e socialização: Considerações sobre a contribuição da escola para a formação do sujeito moral**. 23ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2000

ROUANET, S.: **Iluminismo e contra – iluminismo: Sobre a modernidade e seu projeto inacabado** (in): Cadernos de pesquisa e Cultura Contemporânea. Salvador: FACOM/UNEB, 1998

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. (In): **Coleção Os Pensadores**. São Paulo, SP: editora Nova Cultural, 1999

SCHILLING, K. **Historia das idéias sociais: Indivíduo, comunidade, sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1974

SERIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **O ensino no Brasil: De 1948-1950** Livro I: Ensino primário geral. MEC: Brasil, 1956

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Principais aspectos do ensino no Brasil**. Ministério da Educação e Saúde. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: Brasil, 1953

SILVA, G. F. **Interculturalidade e educação de jovens: Processos identitários no espaço urbano popular**. 25ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2002

SOUZA, J.V. **A relação projeto nacional e educação em Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes**. 25ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2002

STRECK, D.R. & EGGERTH, E. **Mediações pedagógicas na implantação do orçamento participativo no estado do Rio Grande do Sul: Alguns deslocamentos na educação popular**. 23ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2000

TAVARES, M. T. G. **Diários de classe: Alguns (des) apontamentos de uma mascaté pedagógica nas favelas do Rio de Janeiro**. 24ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2001

TÖNNIES, F. **Community and society**, traduction Charles : Loomis. NY: Harper, 1963

VASCONCELOS, E.M. Educação **popular e pesquisa-ação** como instrumentos de reorientação da prática médica. 23ª Reunião anual da ANPED. Caxambu (MG), 2000

VYGOTSKI, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988

WARNER, W. LLOYD. A black civilization. **A social study of an australian tribe**. New York, 1937

Weber, M. **The Theory of Economic and Social Organization**. 1936

ZANTEN, V. & HERIOT, A. Abordagens etnográficas em Sociologia da Educação: Escola e comunidade, estabelecimento escolar e sala de aula (in): FORQUIN, J.C. (org.) **Sociologia da Educação: Dez anos de pesquisa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995

ANEXOS

ANEXO 1 – TEXTOS ANALISADOS

23ª reunião Anual da ANPED - 2000

Educação Popular

Texto: GRANDO, Beleni. S. “Educação escolar indígena e o processo de “integração” dos povos indígenas á sociedade brasileira: Um movimento histórico de lutas e resistência cultural”.

Texto: BREGANHOLI, Vânia Cristina e MELLO, Roseli Rodrigues de. Crianças de bairro popular e escola: Encontro e desencontro.

Texto: MATURANA, Humberto. Desfazendo nós: Educação e autopioése.

Texto: MARINI, Fabiana e MELLO, Roseli Rodrigues. Relação entre a escola e famílias de classes populares: Desconhecimento e desencontro.

Texto: FANTIN, Maristela. Educação popular e saúde: Conquistas e desafios no contexto brasileiro.

Texto: STRECK, Danilo R. e EGGERT, Edler. Mediações pedagógicas na implantação do orçamento participativo no Estado do Rio Grande do Sul : Alguns deslocamentos na educação popular.

Texto: ALVARENGA, Márcia Soares de. Da cegueira á orfandade: A questão da cidadania nas políticas de alfabetização de jovens e adultos.

Texto: SEM NOME - Mapeando novos territórios: Refletindo acerca do modelo conscientizador da EP, na busca de alternativas.

Texto: FURTADO, Eliane Deyse Pontes e BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto. O que se sabe e o que se faz sobre Educação no contexto dos assentamentos rurais - colocando gás na lamparina...

Texto: VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação popular e pesquisa-ação como instrumentos de reorientação da prática médica.

Movimentos Sociais

Texto: COSTA, Sidney Alves. Política social e Educação: Uma alternativa do MST?

Texto: PARENTE, Regina Marques. As representações culturais de gênero e raça na constituição da masculinidade e do corpo dos homens negros do grupo afro-católico Maçambique de Osório.

Texto: CAMPOS, Rogério Campos. Movimentos indígenas por educação: Novos sujeitos socioculturais na historia recente do Brasil.

Texto: MUNARIM, Antônio. Educação e democracia no contexto da desconcentração do Estado.

Texto: GUIMARÃES, Leandro Belinaso e NOAL, Fernando Oliveira. Um olhar sobre os ideais educativos constituídos pelos movimentos ecologistas nos anos setenta.

Texto: ALVES, Vânia Fátima Noronha. O corpo brincante Maxakali.

Sociologia da Educação

Texto: SEM NOME – Desafios do processo de pesquisa sobre a relação de famílias de camada media e escola.

Texto: SILVA, Jailson de Souza E. A pluralidade de identidades no bairro Maré – Rio de Janeiro.

Texto: ROSA, Dora Leal. Trabalho pedagógico e socialização: Contribuições sobre a contribuição da escola para formação do sujeito moral.

Texto: VILELA, Rita Amélia Teixeira. Estar professora – ser professora: Identidade profissional de professoras primárias.

Texto: LEITÃO, Rosani Moreira. O papel da educação escolar na formação de lideranças indígenas: O caso dos Karajá.

Texto: FERRARI, Anderson. O quê se fala e o quê se cala sobre o homoerotismo masculino: Discursos, práticas e posturas dos professores diante do fato e do assunto.

Texto: ALMEIDA, Ana. Educação e estratificação social: A aprendizagem da diferença.

Texto: PINHEIRO, Veralucia. Silêncio e violência: A educação de crianças vítimas de abuso sexual na família.

Texto: DAROS, Maria das Dores; NASCIMENTO, Carla D' Lourdes e DANIEL Leziany Silveira. A sociologia na formação dos professores catarinenses.

24ª. Reunião anual da ANPED - 2001

Educação Popular

Texto: LINHARES, Ângela Maria Bessa. A narratividade enquanto ato criador: processos artísticos na crítica da cultura.

Texto: PÉREZ, Carmen Lúcia. Professoras alfabetizadoras: Historias (in) visíveis “dessa gente pouco importante” que cotidianamente (re) constrói a educação popular.

Texto: ZACCUR, Edwiges Guiomar dos Santos. Leitura indiciária: experiência cotidiana de educandos e educadores.

Texto: GONSALVES, Elisa Pereira. A difícil arte de olhar para si e para o outro: Desafios contemporâneos da pesquisa em Educação.

Texto: FURINI, Dóris Regina Marroni. Teoria da pobreza ou pobreza da teoria: Reflexões acerca da situação dos adolescentes com vivencia de rua em Florianópolis / SC.

Texto: SIEWERDT, Maurício José. Educação popular e estudos de recepção: Mídia e mediação problematizando o conflito pedagógico.

Texto: AZIBEIRO, Nadir Esperança. Educação popular e movimentos sociais: O que tem feito as assessorias?.

Texto: GOHN, Maria Gloria. Educação popular na América Latina no novo milênio: Impactos do novo paradigma.

Texto: STREK, Danilo Romeu. Por uma pedagogia da participação: Notas a partir do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul.

Texto: TAVARES, Maria Tereza Goudard Tavares. Diário de classe: Alguns (des) apontamentos de uma mascate pedagógica nas favelas do Rio de Janeiro.

Texto: ESTEBAN, Maria Teresa. A avaliação no processo ensino/aprendizagem: Os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano.

Texto: VASCONCELOS, Eymard Mourão. Participação popular e educação nos primórdios da saúde pública brasileira.

Texto: PEREGRINO, Mônica Dias. O imponderável nos tempos modernos: As possibilidades da análise de atores populares nas estruturas em ação e os processos de exclusão.

Movimentos Sociais

Texto: BRANDÃO, Carla de Sant'Ana Brandão. O processo de socialização política dos universitários: A importância da universidade e do movimento estudantil.

Texto: MORGADO, Maria Aparecida. Aprovação popular da violência policial: Um desafio político-pedagógico para o movimento de direitos humanos.

Texto: FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de. Iporanga rejeita proteção ambiental: Políticas públicas, discursos e os aspectos educativos associados aos conflitos socioambientais no Vale do Ribeira (SP).

Texto: GUIMARÃES, Leandro Belinaso. O apelo à consciência nos movimentos ecológicos e nos movimentos por Educação ambiental.

Texto: GUIMARÃES, Elias Lins. A ação educativa do Ilê Ayê: Reafirmação de compromissos, restabelecimento de princípios.

Texto: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Quem são os negros? Classificação racial no Brasil: Aproximações e divergências.

Texto: DURAND, Olga Celestina. Formas associativas juvenis: O caso dos jovens da ilha de Santa Catarina.

Texto: BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. MST, professoras e professores: Sujeitos em movimento.

Texto: LIMA, Augusto César de. Escola dá samba? O que tem a dizer os compositores do bairro de Oswaldo Cruz e da Portela.

Texto: DANCINI, Eliane Amábile. Escola: Realidade ou mito? As falas dos cortadores de cana em greve – Guariba.

Texto: NAVARRO, Ignez Pinto. O movimento dos professores universitários brasileiros: Um sindicalismo de intelectuais.

Sociologia da Educação

Texto: FERNANDES, Ângela Cibiac. Um estudo sobre o engendramento da indisciplina no cotidiano escolar.

Texto: CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A violência nas práticas escolares de adolescentes.

Texto: PEREIRA, Gilson R. M. A força das afinidades: Estudo sobre a politização do campo educacional brasileiro.

Texto: MARANHÃO, Helena Ponce. Das “reinações globais” no “público”: Notas sobre o projeto Amigos da escola.

Texto: PEREIRA, Maria José Morais. Disciplina e castigo nas escolas: Um estudo a partir da trajetórias de duas professoras do Ensino Fundamental.

Texto: OLIVEIRA, Iolanda de; TEIXEIRA, Moema de Poli e MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. “Cor e Magistério”

25ª Reunião anual da ANPED - 2002

Educação Popular

Texto: AZEVÊDO, Alessandro Augusto de. Traçando caminhos e descaminhos de um processo de educação no meio rural: Reflexões a partir de uma experiência no PRONERA no Rio Grande do Norte.

Texto: WUNDER, Alik. “S.O.S Caiçara”: Relações entre saberes da experiência e identidades em encontros na Barra do Ribeira, Iguape, S:

Texto: VASCONCELOS, Eymard Mourão. Uma abordagem problematizadora da questão do lixo e do rato em periferia urbana.

Texto: SILVA, Gilberto Ferreira da. Interculturalidade e educação de jovens: Processos identitários no espaço urbano popular.

Texto: NETO, José Francisco de Melo. O que é popular?

Texto: GONÇALVES, Luiz Gonzaga. Autorias do saber e artes da inteligência: vias históricas e alguns esquecimentos na hora de pensar o Brasil

Texto: TAVARES, Maria Tereza Goudard. A cidade e a alfabetização das crianças das classes populares: Algumas considerações.

Texto: PEREGRINO, Mônica. As armadilhas da exclusão: Um desafio para a análise.

Texto: HERBERT, Sérgio Pedro. A experiência pedagógica do orçamento participativo em comunidades da região do Vale do Caí.

Movimentos Sociais

Texto: LONGO, Isis Sousa. A participação da sociedade civil nos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

Texto: KLEIN, Madalena. Governando o social: Racionalidade política dos programas de formação profissional nos movimentos sociais.

Texto: FIGUEIRÊDO, Maria do Amparo Caetano de. Movimento e cidadania: Crianças e adolescentes na luta por direitos sociais.

Texto: CASAGRANDE, Nair. O processo de trabalho pedagógico no MST: Contradições e superações no campo da cultura corporal.

Texto: ARAÚJO, Ulisses Ferreira de; ARAÚJO, Valéria Amorim Arantes de. Assembléias escolares: Construindo a democracia em instituições de ensino fundamental.

Sociologia da Educação

Texto: SOUZA, Marcelo Gustavo Andrade de. Diferença e tolerância: Por uma teoria multicultural da Educação.

Texto: SILVA, Rosemeire Reis da. Os professores da escola pública e a educação escolar de seus filhos: Uma contribuição ao estudo da profissão docente.

Texto: CARDOSO, Terezinha Maria. A cultura da escola engendradora nos espaços/tempos do cotidiano escolar.